



O PROJETO MINAS-RIO E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:

OLHARES DESDE A PERSPECTIVA DOS ATINGIDOS

RELATÓRIO PRELIMINAR

MINAS GERAIS - RIO DE JANEIRO / DEZEMBRO DE 2013

*Produzido no âmbito do Encontro de Intercâmbio das
Comunidades em Resistência ao Projeto Minas-Rio...*

O PROJETO MINAS RIO E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:

OLHARES DESDE A PERSPECTIVA DOS ATINGIDOS

COORDENAÇÃO

Eduardo Barcelos

Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários AGB Rio Niterói

REDAÇÃO

Ana Costa

Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos - Universidade Federal Fluminense

Bruno Milanez

Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade PoEMAS - Universidade Federal de Juiz de Fora

Eduardo Barcelos

Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários - AGB Rio Niterói

Paulo Raposo Alentejano

Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários - AGB Rio Niterói / UERJ

Roberto Moraes Pessanha

Núcleo de Estudos em Estratégias e Desenvolvimento - Instituto Federal Fluminense - Campos dos Goytacazes

EQUIPE DE TRABALHO

Associação de Geógrafos Brasileiros Seção Rio de Janeiro / Niterói - AGB

Associação dos Proprietários de Imóveis e Moradores de Pipeiras, Barcelos, Cajueiro e Campo da Praia - ASPRIM

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Comissão dos Atingidos de Conceição do Mato Dentro

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - GESTA/UFG

Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade - PoEMAS/UFJF

Instituto Brasileiro de Pesquisa Socio Econômica - IBASE

Instituto Federal Fluminense - IFF-RJ

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos - NERU/UFF

Núcleo de Estudos em Estratégias e Desenvolvimento - NEED/IFF

Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais-NESA/UFF

Rede Brasileira de Justiça Ambiental - RBJA

Universidade Federal Fluminense - UFF

Universidade Federal de Minas Gerais - UFG

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

APOIO



SUMÁRIO


APRESENTAÇÃO	04
ESTRUTURA DO RELATÓRIO	06
SEÇÃO 1: O Cenário Mineiro-Metalúrgico.....	09
SEÇÃO 2: O Projeto Minas-Rio: múltiplas faces, um único projeto.....	15
SEÇÃO 3: A Questão Ambiental: da lama ao sal.....	31
SEÇÃO 4: A Questão Fundiária: privatização e expropriação.....	49
SEÇÃO 5: Atingidos e unidos: lutas e resistências ao Projeto-Minas Rio.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

APRESENTAÇÃO

Este Relatório representa um esforço coletivo de aglutinação de vozes e lutas que se colocam na perspectiva das populações e comunidades atingidas pelo Projeto Minas-Rio, desde Conceição do Mato Dentro em Minas Gerais a São João da Barra, no Rio de Janeiro, e afirma uma convergência importante de organizações que vivenciam os processos e mudanças ocorridas pela implantação do empreendimento, desde seus impactos e riscos sobre a população às arbitrariedades cometidas pelo Estado Brasileiro e poder privado. Sinaliza, de forma independente, um alerta à sociedade brasileira acerca do modelo de desenvolvimento em curso, tomando como ponto de partida as violações e processos de violência flagrados na implantação do Projeto.

Registra, assim, de forma sistemática, os fatos e dinâmicas que vêm aprofundando um quadro desigual distribuído país a fora, em torno da implantação de grandes empreendimentos e aponta a preocupação de pesquisadores, professores e organizações comunitárias para a escalada de conflitos territoriais estabelecidos pela agenda estatal, a partir de suas políticas de desenvolvimento. Extração de minério, implantação de distritos industriais, construção de estradas e barragens vêm impondo limites e riscos ao modo de vida de milhares de pessoas e grupos sociais, que vivem da terra, das montanhas e dos mares. É neste contexto que este Relatório se coloca, quer dizer na perspectiva destes grupos/classes sociais que vêm tendo violados seus costumes, suas práticas, suas condições de existência.

A identificação de inúmeros casos de violação de direitos humanos nos dois estados, somados às denúncias junto ao Ministério Público; de pesquisas realizadas acerca do licenciamento ambiental das obras do Projeto, das audiências públicas, dos intercâmbios de experiências e dos atos de resistência impulsionaram esta iniciativa. Constatar os impactos e as mudanças vividas pelas populações atingidas à qual o risco é imposto em nome de uma economia extrativa sublinha a sua relevância. E a



incompatibilidade destas lógicas de uso do território, a qual uma se sobrepõe a outra, simboliza o conflito sociedade-natureza e a insustentável prática do desenvolvimento a qualquer custo.

A iniciativa do Relatório surgiu dos dois encontros de intercâmbio realizados entre as comunidades e organizações atingidas, em maio e agosto de 2013 e tem como objetivo a unificação dos processos de resistência e o fortalecimento das comunidades atingidas. Mais do que isso, busca também congrega novas interpretações e informações acerca do Projeto e efetivamente traçar a necessidade de revisão dos critérios e procedimentos do licenciamento ambiental, como caso emblemático.

Do mesmo modo em que este documento avança numa narrativa própria, expondo as múltiplas facetas da questão do desenvolvimento, a elaboração do Relatório nos colocou diante da complexidade do problema e da necessidade de mobilizar positivamente vários sujeitos em torno desta questão, caracterizar seus contornos e fragilidades, identificar novas cartografias, resistir e avançar. E muito especialmente oferecer um instrumento de ação-reflexão coletiva que possa dar consistência à afirmação destas populações e sujeitos.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O relatório “O PROJETO MINAS-RIO E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: OLHARES DESDE A PERSPECTIVA DOS ATINGIDOS” é uma compilação sistemática de pesquisas, informações e registros produzidos no contexto dos conflitos socioambientais estabelecidos pelo Projeto Minas-Rio e pretende apresentar uma narrativa análitica, descentralizada e independente das versões dominantes e fragmentadas que caracterizam o empreendimento.

A concepção que se quer apresentar aqui se baseou na metodologia dos estudos pós-coloniais, que procura situar o leitor em outro lugar de ação/enunciação, invertendo o olhar da história por meio de novos protagonistas, qual seja sob o olhar das comunidades atingidas e dos impactos ambientais sobre seus territórios. Junto a esta, converge também o olhar crítico de pesquisadores, ativistas, movimentos sociais e organizações comunitárias, in loco, que vêm acompanhando as violações e impactos junto aos territórios atingidos, desde 2008.

Por meio desta idéia, o relatório foi estruturado em cinco seções temáticas, orga-



nizadas de forma articulada com os casos de violações de direitos humanos, sociais e ambientais, tanto em Minas Gerais como no Rio de Janeiro. Abrindo o relatório, a primeira Seção traz um panorama geral do setor minero-metalurgico, expondo suas características, dinâmicas e tendências, de forma a compreender o papel do Brasil no mercado global de minério de ferro. A segunda Seção está dedicada ao aprofundamento das características e histórico do Projeto Minas-Rio, identificando seus agentes, principais impactos e áreas de atuação. Já na terceira Seção, os impactos ambientais e o processo de licenciamento do empreendimento ganham destaque, além de apresentar as condições socioambientais das regiões e os riscos do empreendimento para os ecossistemas. A quarta Seção apresenta a questão fundiária e o processo de desapropriação das famílias, de aquisição de terras e do processo ampliado de apropriação privada do território. E por fim, a quinta Seção apresenta os grupos/classes sociais atingidas e as ações de resistência, denúncia e mobilização, juntamente à uma “linha do tempo” que traça os principais momentos que marcaram esta experiência desastrosa de desenvolvimento.





SEÇÃO 1

O CENÁRIO MINERO-METALÚRGICO

Assim como para as *commodities* agrícolas, como a soja, a carne, a celulose, a extração de minério de ferro no território brasileiro vem acompanhando o cenário de expansão do setor minero-metalúrgico por toda a América Latina. Diversos processos têm convergido rumo à promoção de um novo *boom* da mineração, impulsionado pelo dinamismo econômico do Atlântico Sul, especialmente o projeto expansionista brasileiro rumo aos países vizinhos, como o Peru, Bolívia e Equador, na escala regional, e a movimentação da economia chinesa, na escala global.

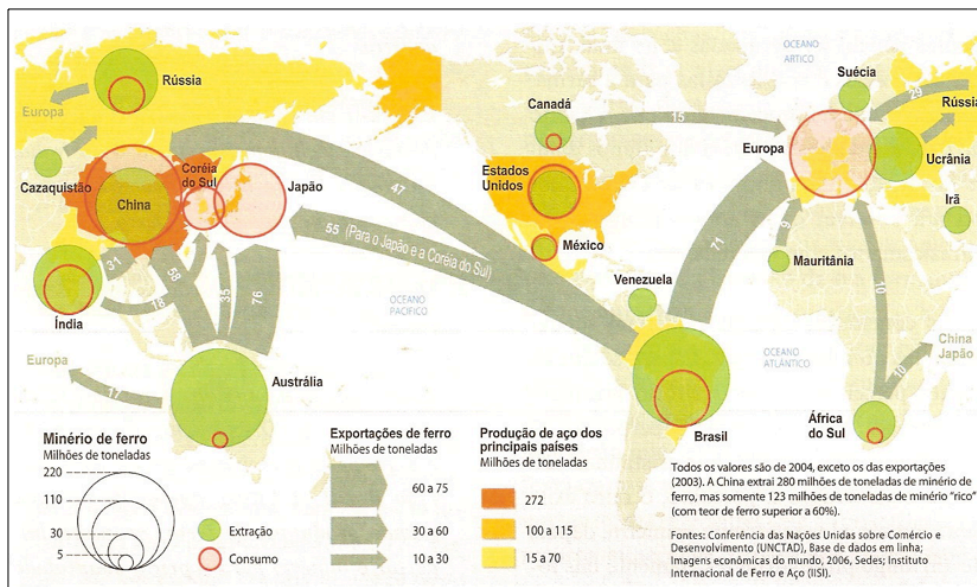
Toda a região de forma sistemática tem sido impactada por uma economia extrativa, da qual o setor minero-metalúrgico representa seu melhor exemplo e está ligada também aos processos que ampliaram a influência do setor no modelo de desenvolvimento. No Brasil, projetos de larga escala têm sido justificativas governamentais para impulsionar a economia, influenciada pelo aumento da demanda e dos preços no mercado internacional, além dos movimentos pró-mineração, que alia grandes interesses do poder econômico ao processo de desregulamentação do Código da Mineração, conforme visto à escala nacional no último ano.

A expansão desta atividade tem permitido aprofundar um modelo econômico baseado na exploração intensiva de recursos naturais, na ocupação sistemática e desordenada do território, forçando sua fragmentação e na conformação de conflitos socioambientais de todas as ordens. Na América Latina, diversos são os autores que apostam nesta arrancada exploratória do setor mineral. Segundo dados do Observatório de Conflitos Mineiros na América Latina (OCMAL), há mais de 120 disputas territoriais em toda a região¹. Conflitos por água, sobretudo, contaminação de solos, deslocamento de populações, manifestações violentas, greves, ocupações e passeatas de populações atingidas, fechamento de estradas e ferrovias, mas também pela disputa de concessões de longo prazo, fruto da corrida competitiva de grandes corporações, marcam este cenário; e no Brasil estas disputas colocam em evidência, certamente, a radicalização do controle privado e desigual do território a partir de grandes “enclaves territoriais” que circunscrevem enormes extensões de terra, atingindo comunidades, distritos e cidades inteiras.

A escala privilegiada do Brasil no cenário geopolítico global, sobretudo quando observado o potencial de produção, exploração e exportação de produtos e processos ligados ao setor minero-metalúrgico confere ao país um patamar de liderança nos mercados globais, seja em relação à Europa, ou mesmo com relação à China e ao Japão. Em todo o mundo, as jazidas ferríferas brasileiras são reconhecidas pelo alto teor de concentração, especialmente a hematita e representam a quinta maior reserva mundial, equivalente a 7% das reservas totais (370 milhões de toneladas) ou mesmo a 26 bilhões de toneladas. Este potencial garante ao setor alta competitividade, longevidade na produção e padronização dos processos, permitindo consolidar no Brasil um poderoso mercado externo.

¹ Disponível em <http://noticias.terra.com.br/ciencia/boom-da-mineracao-gera-conflitos-ambientais-na-america-latina,879800beca2da310VgnCLD200000bbcebe0aRCRD.html>

MAPA 1 – GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAL DE FERRO - 2006

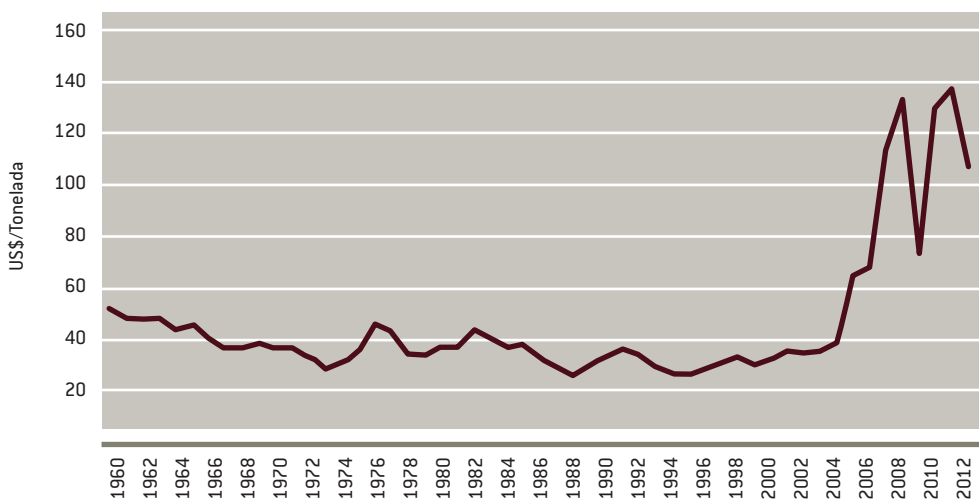


Fonte: L'Atlas du Le Monde Diplomatique, 2006

Apesar da existência de grandes projetos em torno da exploração desta commodity, permitindo a estruturação de economias de escala e um mercado de longo prazo, a exploração mineral nos últimos anos vem se mostrando vulnerável às oscilações e crises sistemáticas do mercado global, tanto em relação aos preços - que flutuam em função do consumo; aos aspectos do transporte e logística, que afetam diretamente os negócios, quanto em relação à dinâmica das potências consumidoras, como a China. É também condição desta flutuação o papel dos Estados Nacionais, com suas políticas de isenções fiscais, disponibilidade e viabilidade das jazidas, entre outros.

Na última década o mercado global de minério de ferro tem passado por um momento bastante particular. Conforme apresentado no Gráfico 1, desde o início dos anos 2000, o preço do minério passou por um significativo aumento, rompendo a tendência de queda que vinha sendo verificada desde os anos 60.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO (VALORES REAIS, US\$ 2005)



Fonte: World Bank (2013b)

Em grande parte, essa tendência de alta se deve, principalmente, à China. A mudança no perfil de crescimento da China, o fortalecimento da sua indústria siderúrgica e a ausência de reservas de minério de boa qualidade fizeram com que o país intensificasse de forma significativa suas importações, aumentando a demanda por minério de ferro no mercado internacional elevando o seu preço (WILSON, 2013).

O preço do minério de ferro passou por uma queda temporária em decorrência da crise financeira de 2008, tendo se recuperado logo em seguida. Análises mais recentes, porém, indicam uma leve queda, em 2012, em grande parte devido à redução do crescimento chinês. Apesar dessa redução, estudos indicam que o preço do minério deve se manter nesse novo patamar nos próximos anos (MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE, 2011). Por exemplo, estudos do Banco Mundial estimam que o preço do minério de ferro varie entre US\$ 115 e 120 por tonelada, no período 2020-2025, valor bem acima da média histórica (WORLD BANK, 2013a).

A importância da China no mercado internacional se torna mais explícita na Tabela 1. Este país é responsável pelo consumo de 60% (em peso) de todo o minério de ferro comercializado no mundo. Em sua maior parte, esse minério tem origem na Austrália e no Brasil (INTERNATIONAL TRADE CENTER, 2013). É nesse sentido que o Brasil passa a ter um papel de grande relevância no cenário geopolítico global, principalmente devido às suas reservas, conforme mencionado. Estatísticas de 2011, por exemplo indicavam o Brasil em segundo lugar no tamanho das reservas estimadas de minério de ferro (17%), atrás apenas da Austrália (20%) e na frente de países como Rússia (15%) e China (14%). No mesmo ano, o Brasil se apresentou como o terceiro maior país explorador de minério de ferro (14%), sendo superado pela China (43%) e Austrália (17%) (DNPM, 2012).

TABELA 1 – PRINCIPAIS IMPORTADORES E EXPORTADORES DE MINÉRIO DE FERRO (2012)

EXPORTADORES	IMPORTADORES								
	CHINA	JAPÃO	CORÉIA DO SUL	PAÍSES BAIXOS	TAIWAN	ALEMANHA	FRANÇA	OUTROS	TOTAL
AUSTRÁLIA	32,0	6,9	4,3	0,1	1,1	0,0	0,0	0,0	44,4
BRASIL	14,4	2,6	1,3	1,2	0,4	0,8	0,7	6,2	27,7
ÁFRICA DO SUL	3,2	0,4	0,2	0,2	0,0	0,1	0,0	0,6	4,6
UCRÂNIA	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	3,0
CANADÁ	1,3	0,1	0,0	0,3	0,1	0,1	0,3	0,8	2,9
OUTROS	7,9	0,5	0,0	0,3	0,0	0,5	0,0	8,2	17,4
TOTAL	60,1	10,5	5,8	2,0	1,6	1,5	1,0	17,3	100,0

Fonte: International Trade Center (2013)

No Brasil, o minério de ferro tem um papel de grande peso no setor, tendo sido responsável, em 2012, por 69% do valor total da produção mineral do país (DNPM, 2013). Se por um lado, a extração mineral brasileira é concentrada no minério de ferro, o próprio setor também mostra elevado grau de concentração espacial. Considerando as reservas medidas de minério de ferro, 67% estão localizadas no estado de Minas Gerais, 15% no Mato Grosso do Sul e 14% do Pará. O Pará e Minas Gerais ganham ainda destaque pela qualidade de suas reservas, que possuem um teor de ferro médio de 67% e 56% respectivamente; concentrações consideradas extremamente altas para os padrões internacionais. Dentro do estado de Minas Gerais, Conceição do Mato Dentro possui a sétima maior reserva medida de minério de ferro (677 milhões de toneladas), com teores médios de 40% (DNPM, 2010).

Além da concentração espacial, a indústria do minério de ferro também mostra uma elevada concentração empresarial. O mercado é dominado pela Vale que, em 2012, detinha 76% do mercado, seguida pela CSN que, juntamente com sua subsidiária Na-



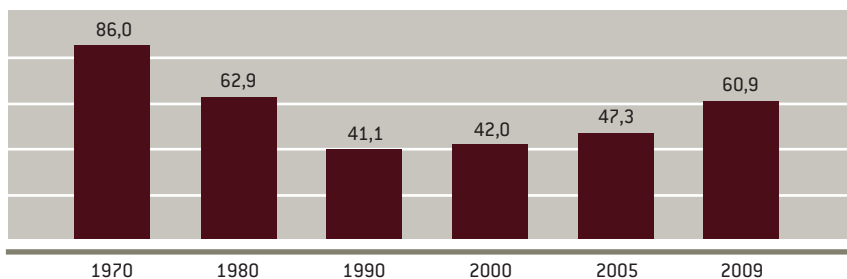
misa, possuía 8% do mercado. Naquele ano, a MMX ainda apareceu com 3% do mercado (IBRAM, 2012).

A tendência de manutenção de alta dos preços e a existência de minas de boa qualidade no país levaram a um processo de grandes investimentos do setor no Brasil. Para o período 2012-2016 estima-se que as empresas irão investir mais de US\$ 45 bilhões na abertura de novas minas, ampliação das minas existentes e no aprimoramento da infraestrutura de apoio, como ferrovias, minerodutos e portos (IBRAM, 2012). Se, por um lado, uma parte considerável deste investimento será feito pela Vale, também importante será a atuação de empresas internacionais, que vêm tentando entrar no mercado brasileiro.

Por exemplo, nos anos recentes a Ferrous Resources do Brasil adquiriu reservas em Congonhas e a Anglo American em Conceição do Mato Dentro. Em 2016, estas empresas esperam estar produzindo 40 milhões de toneladas e 35 milhões de toneladas respectivamente, e juntas somariam quase 10% da produção nacional (BRASIL MINERAL, 2012; IBRAM, 2012). Ambas as empresas têm por principal objetivo abastecer o mercado internacional e além das minas vêm investindo em infraestrutura logística. Embora a Ferrous Resources tenha iniciado o escoamento de sua produção por ferrovia, aproveitando a malha ferroviária disponível em Congonhas, ela projeta a construção de um mineroduto até a cidade de Presidente Kennedy no Espírito Santo. A Anglo American, por sua vez, desde o início condicionou o escoamento de sua produção à construção de um mineroduto entre Conceição do Mato Dentro e São João da Barra, no Rio de Janeiro.

“ Da maneira como vêm sendo planejados, esses projetos refletem dois processos combinados e contraditórios. Primeiro eles cumprem o papel de aprofundar a dependência da economia nacional dentro da divisão internacional e territorial do trabalho, vinculando crescimento econômico à lógica primário-exportadora. Este aspecto favorece o reposicionamento das cadeias produtivas mais poluentes e nocivas ao meio ambiente e de menor valor agregado, contribuindo para uma especialização subordinada das economias periféricas dentro de um patamar superior, já que os capitais envolvidos se encontram internacionalizados. Não é a toa que nos últimos anos houve um intenso processo de reprimarização das exportações brasileiras, como mostra o gráfico abaixo” (AGB, 2012, p.23)

GRÁFICO 2 – BRASIL - EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS PRIMÁRIOS 1970-2009 (EM %)



Fonte: CEPAL, Anuário 2010

Comandado pela Anglo American e Grupo EBX, o Projeto Minas-Rio é o maior projeto de mineração do mundo, incluindo o maior mineroduto, acoplado a estrutura portuária e logística, desde Minas Gerais até o Rio de Janeiro. Sua implementação vem sendo realizada desde 2007 em ambos os estados e já provocou graves danos socioambientais, além de impactar áreas de extrema vulnerabilidade ambiental. O objetivo do Projeto é a exportação de minério de ferro para Europa e China, além de todos os produtos e subprodutos derivados do minério, transformados no Complexo Industrial e Portuário do Açú.



SEÇÃO 2

O PROJETO MINAS-RIO: MÚLTIPLAS FACES, UM ÚNICO PROJETO

O Projeto Minas-Rio pode ser considerado o maior empreendimento mineiro-portuário do mundo, incluindo a construção do maior mineroduto já visto em toda a história do setor mineral, com 525 km de extensão, integrado a unidades de concentração e tratamento de minério de ferro em MG e condomínio industrial misto com infraestrutura logística e portuária no RJ. Representa a Unidade de Negócio Minério de Ferro Brasil com capacidade inicial de produção de 26,5 milhões de toneladas anuais de minério de ferro concentrado para abastecer o mercado externo, integrado ao terminal portuário misto do Porto do Açu, em São João da Barra, Rio de Janeiro.

Trata-se de um empreendimento da indústria pesada, que define um sistema integrado de transformação de insumos e beneficiamento, acoplado a estruturas de transporte e logística, plantas industriais mistas com potencial de abastecer não só o mercado mineiro-metalúrgico, como também o escoamento de produtos agregados, grânéis sólidos e semi-sólidos, unidades de construção, com destaque para a indústria naval e de refino e tratamento de petróleo, ampliando sua natureza extrativa, das montanhas à plataforma marinha. Caracteriza-se, assim pelo sistema mina-mineroduto-indústria-porto, configurando um empreendimento de larga escala.

O Projeto está estruturado em dois trechos: o trecho mineiro, que inclui a fase da exploração, tratamento e transporte mineral, sendo composto pela lavra principal, localizada na Serra do Sapo e da Ferrugem, em Conceição do Mato Dentro, e as minas de Itapanhoacanga, no município de Alvorada de Minas, ambas para extração de minério de ferro³, além da planta industrial de beneficiamento e tratamento de minério, a barragem de rejeitos e as pilhas de estéril. Além disso,

“ A concepção do projeto prevê a implantação de três estruturas complementares e associadas: (1) um mineroduto - integrado a porto marítimo situado em Barra do Açu no litoral do Estado do Rio de Janeiro - destinado ao transporte do material produzido; (2) uma linha independente de transmissão de energia - derivada da Subestação Companhia Energética do Estado de Minas Gerais (CEMIG) na cidade de Itabira - para suprir a demanda energética; e (3) uma adutora de água - com captação no Rio do Peixe, bacia do Rio Doce, no município de Dom Joaquim - para fornecimento de água nova ao processo industrial, inclusive para o mineroduto” (MINAS GERAIS, 2008, p.05).

³ O minério que se pretende explorar é em sua maioria constituído de hematita com formação bandada e tem três tipologias distintas: (1) itabiritos friáveis com 25% a 63% de teor de ferro, (2) quartzitos ferruginosos com 15% a 24% de teor de ferro e, (3) hematitas compactas com valores acima de 64% de teor de ferro. Além disso, o minério a ser produzido na mina (ROM) corresponde a uma produção anual de 56 Mtpa (milhões de toneladas por ano), com um teor médio de 41,22% de ferro, sendo necessária a geração de 68,5 Mtpa de estéril lavado, representando uma relação minério/estéril da ordem de 1: 1,21 (Idem, Ibidem). Ou seja, para a exploração de 1 tonelada de minério tem-se a geração de 1,21 toneladas de resíduos. Ainda sobre o minério, o SISEMA-MG destacou em seu parecer que “apesar de viável economicamente, o percentual médio do teor de ferro do jazimento é considerado baixo, implicando extrações de grandes volumes, com grande geração de estéril e rejeitos” (p.08)”.

O desenvolvimento da atividade minerária terá duração de 40 anos e ocupará uma área de aproximadamente 2.700 ha (Idem) implicando a implantação das seguintes estruturas:

- uma frente de lavra única e progressiva, que deverá formar uma extensa cava na vertente leste das serras do Sapo / Ferrugem, em uma extensão contínua estimada de 12,25km, impactando uma área de aproximadamente 612,5ha;
- duas cavas em Itapanhoacanga que se desenvolverão em duas áreas distintas: uma localizada mais ao norte e outra mais ao sul do corpo mineral. As cavas deverão impactar uma área de cerca de 342,27ha;
- uma única pilha de estéril externa à cava da Serra do Sapo / Ferrugem, totalizando uma área de 162,5ha, que deverá conter o estéril gerado nos 5 primeiros anos de lavra. Posteriormente, o estéril gerado será depositado no interior da cava, promovendo desta forma a recuperação da área minerada;
- uma única pilha de estéril externa à cava sul de Itapanhoacanga, na vertente leste, totalizando uma área de 73,06ha. Posteriormente, o estéril gerado será depositado nas cavas norte e sul de Itapanhoacanga;
- uma área industrial localizada nos municípios Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro, sendo aproximadamente 70% em Alvorada e 30% em Conceição, para a qual estão previstas as plantas de beneficiamento, escritórios de apoio operacional, oficinas mecânicas e elétricas, além de pátios de insumos e resíduos e sistemas de controle ambiental; sua implantação impactará uma área de 162ha;
- uma barragem de rejeitos de 875ha que receberá o efluente proveniente da usina de beneficiamento, situada a montante da referida barragem;
- uma adutora de água nova, com diâmetro de 30 polegadas e 32km de extensão, com captação no rio do Peixe até a área industrial;
- interrupção de um trecho da MG-010, entre as sedes de Conceição do Mato Dentro e São Sebastião do Bom Sucesso, com desvio de 13km para a implantação da área industrial;
- estruturas de apoio de alojamento e canteiro de obras de uso temporário a serem utilizadas durante a etapa de implantação; e
- implantação de uma subestação de energia e de uma estação de bombeamento. (Idem, ibidem, p.)

FOTO 1 – PROJETO MINAS-RIO NA SERRA DA FERRUGEM – CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - MG



Já no seu trecho fluminense, que atinge diretamente as regiões Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro, o Projeto prossegue com o mineroduto, impactando sete municípios do estado, se consolida no 5º Distrito de São João da Barra, no litoral, com o Complexo Industrial e Portuário do Aço, com linhas de transmissão que liga o empreendimento a FURNAS, além do corredor logístico que ligará a variante da BR-101, no projeto de duplicação da estrada ao Distrito Industrial de São João da Barra, área doada pelo Estado ao Projeto. No Rio de Janeiro, o projeto

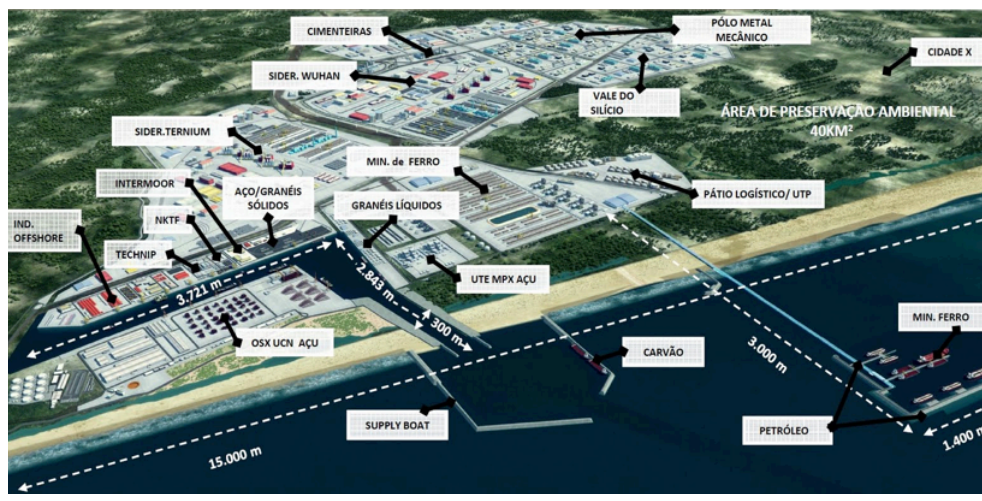
“ (...) prevê a construção de um terminal portuário privativo de uso misto com capacidade para receber navios de grande porte (220 mil toneladas) e estrutura offshore para atracação de produtos como minério de ferro, granéis sólidos e líquidos, cargas em geral e produtos siderúrgicos. Contará com um condomínio industrial com plantas de pelotização, indústrias cimenteiras, um pólo metal-mecânico, unidades petroquímicas, siderúrgicas, montadora de automóveis, pátios de armazenagem inclusive para gás natural, cluster para processamento de rochas ornamentais e usinas termoelétricas” (AGB, 2011, p.04)

FOTO 2 – PÍER DO PORTO DO AÇO – SÃO JOÃO DA BARRA-RJ



Fonte: Jornal O Diário / LLX

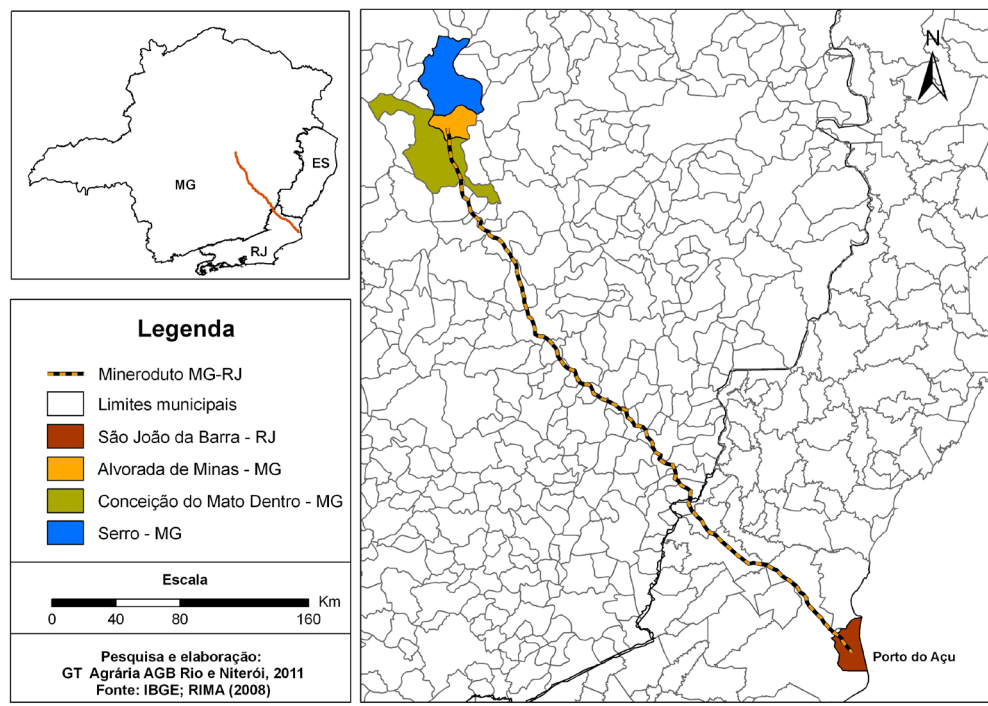
FIGURA 2 – COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DO AÇO – SÃO JOÃO DA BARRA/RJ, TERMINAIS 1 E 2 MAIS O DISJB (PROJETO MINAS-RIO)



Fonte: Blog Roberto Moraes (2012) a partir do Apresentação Corporativa de Resultados em Maio de 2012.

Neste complexo industrial, de 7.200 hectares (que o grupo EBX apresenta com efusivo marketing com a extensão de 90 Km² e maior que a Ilha da Manhattan), “o porto irá se integrar a projetos que se viabilizam mutuamente, como a construção de uma usina termoeletrica no condomínio industrial a ser construído na área de retaguarda do porto, que deve atrair desde usinas siderúrgicas chinesas a montadoras estrangeiras, atraídas pela facilidade da saída direta para a exportação, e pela facilidade em termos de geração de energia elétrica. As indústrias, especialmente a siderúrgica, poderão se beneficiar da existência do mineroduto que irá levar minério de ferro do interior de Minas Gerais ao norte fluminense a baixo custo, beneficiando-o no próprio porto, nas siderúrgicas ou unidades de pelletização, assim agregando valor ao produto e permitindo maiores ganhos através da exportação de ligas de metal de baixo custo ao invés de exportar o material bruto” (Idem, ibidem, p.6).

MAPA 2 – MINERODUTO MINAS-RIO – PROJETO MG-RJ



Fonte: AGB (2011)

FOTO 3 – CANTEIRO DE OBRAS DO MINERODUTO MG-RJ



Fonte: Blog Roberto Moraes

Esbelecida esta conexão mútua e indissociável, trata-se de dois trechos que se fundem em um único sistema empreendedor, num único projeto. Sua viabilização - mesmo diante de inúmeros questionamentos judiciais e manifestações públicas contrárias ao empreendimento - ganhou consistência ao fundir uma congregação de interesses econômicos regionais-globais, apoiados pela coalização político-empresarial formada pelos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro e mediada pela atuação do Grupo EBX, do empresário Eike Batista. Esta convergência, apesar de aparentemente difusa e fragmentada, expressa a capilaridade do setor privado no desenvolvimento das políticas e programas estatais, e com ela permitiu com que o Projeto ganhasse um caráter estratégico para ambos os Estados, inclusive para o governo federal, que incluiu no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - diversos projetos de infraestrutura que ajudam a viabilizar a construção do Porto do Açu, entre estes, o Projeto de Macrodrenagem da Baixada Campista ao custo de R\$ 100 milhões, além de criar as justificativas para financiamento públicos via o BNDES (para a LLX e OSX) e também do Fundo de Marinha Mercante para a implantação da Unidade de Construção Naval (UCN) - estaleiro - da OSX no Açu. No caso do Complexo do Açu, como um todo, os investimentos poderão chegar a R\$ 40 bilhões.

FOTO 4 – LANÇAMENTO DO PROJETO MINAS-RIO, NO PALÁCIO DA LIBERDADE, EM BELO HORIZONTE, JUNTO AO GOVERNADOR AÉCIO NEVES E AO EMPRESÁRIO EIKE BATISTA



Fonte: Jornal Mato Dentro por dentro – Ago/2007

FOTO 5 – EVENTO DE LANÇAMENTO DAS OBRAS DO COMPLEXO DO SUPERPORTO DO AÇU, EM 2007 COM A PARTICIPAÇÃO DO EMPRESÁRIO EIKE BATISTA E O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SERGIO CABRAL



FOTO 6 – VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF E DO GOVERNADOR SÉRGIO CABRAL AO PORTO DO AÇU, EM ABRIL DE 2012, ACOMPANHADO PELO EMPRESÁRIO EIKE BATISTA.



Fonte: Subsecretaria de Comunicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2012

FOTO 7 – EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO INÍCIO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DA OGX, EM 2012, NO PORTO DO AÇU –RJ, COM A PRESENÇA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF E O GOVERNADOR SÉRGIO CABRAL



Fonte: mikamienvironmentalblog

HISTÓRICO DO PROJETO

Toda esta convergência, hoje em situação instável devido à crise sistemática pela qual passa as empresas do Grupo EBX, teve suas raízes já em 1999, na gestão de Anthony Garotinho, quando da publicação do Decreto Estadual Nº 25.455 de 28 de junho de 1999 que desapropriou por utilidade pública imóveis rurais em São João da Barra. Naquela época, surgiu no Rio de Janeiro a proposta de construção de um terminal oceânico de apoio a exploração de petróleo off-shore a partir da Petrobras. Na ocasião, onde foram gastos R\$ 1 milhão de recursos do estado para os estudos de viabilidade técnico-econômica, o Projeto - hoje Superporto do Açu - foi apresentado para a Associação Comercial e Industrial de Campos dos Goytacazes, no mesmo momento onde ocorria a quebra do monopólio e preparação das vendas das Unidades de Negócio da Petrobras, durante o governo FHC.

Com a mudança de governo - estadual e federal - até o ano de 2005, o projeto ficou engavetado e sem viabilidade, quando, assim, no governo de Rosinha Garotinho deu-se continuidade às iniciativas de implantação do Projeto. Observando a expansão do setor minero metalúrgico, o Projeto foi oferecido, num primeiro momento à mineradora VALE, já demonstrando as possibilidades em ampliar a concepção original do terminal portuário para plataforma de exportação de granéis sólidos (minérios).

Ao longo de 2005 e 2006, as prospecções da MMX/Anglo American na região de Conceição do Mato Dentro/MG para a viabilização da exploração mineral já estavam bastante avançadas, e colocaram em questão as alternativas de transporte e escoamento do minério, num cenário de alta competitividade, devido ao volume transportado e sua relação com os custos de produção e os ganhos de escala. Assim, ganhou destaque a escolha da alternativa de escoamento via mineroduto - que reduziu drasticamente o custo de transporte do minério - já que por ferrovia o custo seria 16 vezes superior em relação ao mineroduto.

É neste intervalo de tempo que as duas áreas (Fazenda Caruara e Saco D´Antas) - de frente para o litoral - de restinga - e com propriedade desdobrada de massa falida de usina açucareira desdobrada - são adquiridas em poucos dias por Eike Batista.

Com isso, ainda no final do governo de Rosinha, em 2006 o Projeto do Açu é oferecido a Eike Batista, aproveitando a sinergia desde Minas Gerais, a partir da concepção do mineroduto, selando um pacto político entre o governo do Rio de Janeiro, nas suas diferentes esferas e o empresário. Esta abertura se consolida, de fato a menos de 10 dias

do término do mandato do governo Rosinha, quando da publicação do Decreto Estadual Nº 40.456 de 22 dezembro, que concebe ao empreendimento do Sistema MMX Minas-Rio e suas subsidiárias tratamento tributário especial nas fases de construção, pré-operação e operação do Porto do Açú num período de 20 anos (DECRETO Nº 40.456/2006). A quatro dias do término do governo Rosinha, em 27 de dezembro de 2006, foi lançada a pedra fundamental do Super Porto do Açú, que já tinha em seu escopo o domínio de duas grandes propriedades na região de retarguarda ao porto, as fazendas Caruara e Saco Dantas, adquiridas pelo Grupo X.

FOTO 8 – GOVERNADORA ROSINHA GAROTINHO, O SECRETÁRIO ESTADUAL DE ENERGIA, INDÚSTRIA NAVAL E PETRÓLEO WAGNER VICTER, A PREFEITA DE SÃO JOÃO DA BARRA CARLA MACHADO E O EMPRESÁRIO EIKE BATISTA NO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO SUPER-PORTO DO AÇÚ, EM 27 DEZEMBRO DE 2006

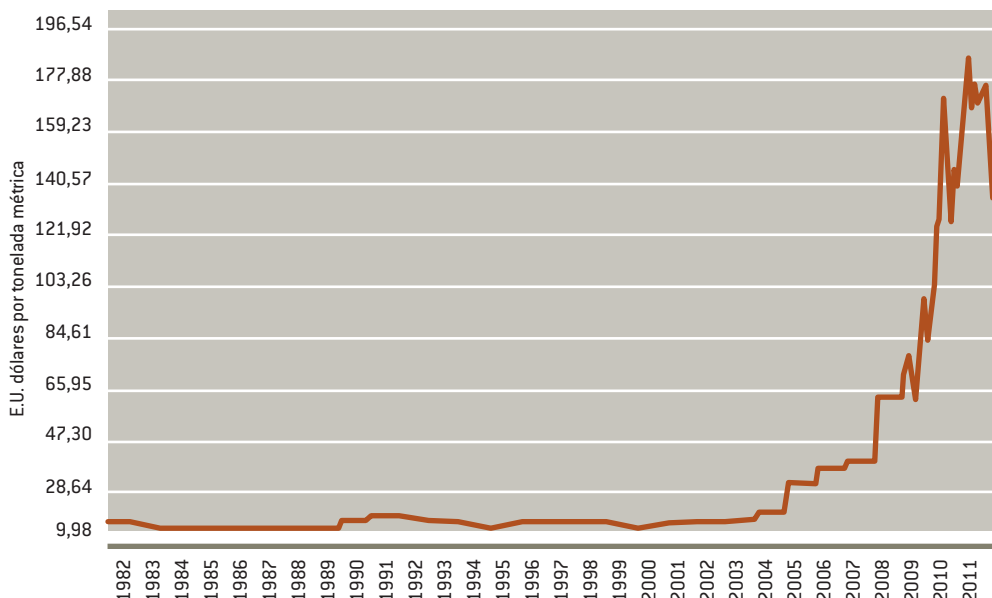


Fonte: Blog do Roberto Moraes

A proposta de construção do porto e o início das obras, já em 2007 sincronizou com o início do processo de licenciamento ambiental das instalações do complexo mineral em Conceição do Mato Dentro, realizado pelo SISEMA-MG, no caso do pátio de estocagem e das estações de bombeamento do Sistema Minas-Rio. E os alvarás de pesquisa de lavra, requeridos junto ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) já vinham sendo pedidos desde 2002, seguido de 2004 até 2007.

Garantida estas ações, foi realizado também, em setembro de 2007 um aporte externo do Fundo OTTP - o maior fundo de pensão do Canadá, ligado aos professores da província de Ontário - no valor de US\$ 185 milhões, em meio a valorização do minério como *commoditie* no mercado internacional.

FIGURA 3 – VALORIZAÇÃO DO MINÉRIO DE FERRO NO MERCADO INTERNACIONAL EM 30 ANOS (1982-2011)



Fonte: Index Mundi, in Blog Roberto Moraes e PESSANHA, Roberto, et. al 2012.

Foi a partir do investimento deste fundo no Projeto que o empresário Eike Batista começou a vender a viabilidade de seu empreendimento para investidores nacionais, acompanhando o primeiro aporte do BNDES, em 2007 para as empresas LLX e MPX. O Fundo OTTP já era bem conhecido de Eike que até 1999, antes de retornar ao Brasil era presidente de uma mina de ouro no Canadá que era controlada por este mesmo fundo de investimentos. O Minério de ferro depois de mais de 20 anos na faixa entre US\$ 10 e US\$ 20 a tonelada, passa para quase US\$ 100 (tendo chegado US\$ 190 entre os anos de 2010 e 2011).

Dada a importância do porto e com a expectativa de altos rendimentos na exploração off-shore na Bacia de Campos, também em 2007 é criada a OGX - empresa petrolífera do Grupo EBX, que no mesmo ano arremata 21 blocos de exploração na 9ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP). No ano seguinte, conseguiu a captação de R\$ 6,7 bilhões em oferta pública de ações, a maior realizada no país, seguida da contratação de técnicos e gerentes da Petrobras⁴. A criação desta empresa foi decisiva para novamente mudar a concepção do Superporto, não somente viabilizando o escoamento do minério e de produtos metalúrgicos, mas também servindo de plataforma de apoio para as operações da cadeia produtiva do petróleo e gás.

Ao mesmo tempo, em São João da Barra, já em 2008 abriu-se um processo de revisão do plano diretor do município, mudando seu macrozoneamento para permitir viabilizar a implantação do Superporto, além da redução da alíquota do ISS para a prefeitura; e em 2008 o IBAMA inicia o licenciamento do mineroduto, estimado em quase R\$ 3 bilhões.

Em março de 2008, foi assinado também entre MMX S.A. e o Governo de Minas um protocolo de intenções para investimentos no Estado. No entanto, a mineradora Anglo American assumiu o controle acionário da MMX em 2008 e, como consequência, adquiriu os direitos sobre os ativos do Sistema Minas-Rio, passando a ser denominada Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S/A (PORTAL MONTES CLAROS, 2010). Na negociação, a MMX obteve um lucro de aproximadamente R\$ 5,5 bilhões (OCMAL, 2009).

4 Disponível em <http://www.ogx.com.br/pt/quem-somos/Paginas/historico.aspx>

Apesar desta mudança as obras do mineroduto continuaram, ao meio de novas transformações. A mudança de concepção do Projeto e o anúncio de “sucessos” seguidos das explorações da OGX trouxe à tona a ideia de instalação de um estaleiro na área que circunscribe o porto, o que mais tarde com o apoio do Instituto de Tecnologia Naval⁵ em parceria “divulgada” com a Hyundai garantiu viabilidade à implantação da Unidade de Construção Naval - UCN, ligada a outro empreendimento de Eike, a OSX. Este arranque está diretamente ligado à publicação da Lei Estadual Nº 5.636 de 06 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a política de recuperação industrial regionalizada, que mais uma vez concede isenções fiscais e regime diferencial de tributação para estabelecimentos industriais relativo ao ICMS. Este fator foi decisivo para atração de novos investidores, promovendo um ambiente favorável aos negócios.

A proposta de instalação do estaleiro da OSX no Açú foi oficialmente divulgada em 2010 e se consolidou ao meio das manifestações contrárias e a pressão popular de ativistas e moradores de Biguaçu, na Grande Florianópolis, Santa Catarina, onde a unidade seria instalada. O ICMBio-SC rejeitou o Estudo de Impacto Ambiental apresentado pela OSX argumentando que a localização do empreendimento estaria incompatível com a região, pois a área escolhida “é circundada por três unidades de conservação gerenciadas pelo ICMBio, onde vivem animais que só nascem naquele ambiente ou estão ameaçados de extinção e poderiam sofrer consequências.”

“ O instituto cita como exemplo a Baía dos Golfinhos, onde vive a espécie *Sotalia guianensis*, que está na rota dos navios. Também há o risco de o canal necessário para a passagem das embarcações mudar o hábitat dos botos, ou afastá-los da região. A água de lastro, trazida nos tanques de navios com origem em portos distantes para manter a estabilidade da embarcação descarregada, pode conter espécies exóticas, que tomariam o lugar de outras nativas. Isso tudo além de afetar o turismo e a maricultura, principais atividades econômicas da região”⁶.

5 “Com o objetivo de desenvolver pesquisas, promover projetos e patrocinar iniciativas voltadas à inovação tecnológica, a OSX concebeu e implementa o Instituto Tecnológico Naval - ITN, que será implantado em quatro etapas. Em sua primeira fase de desenvolvimento, o ITN está treinando e capacitando profissionais dedicados às carreiras que compõem as equipes da Unidade de Construção Naval (UCN) e da OSX Serviços. Do convênio firmado com a Firjan, por meio do Senai-RJ, foi desenvolvido o Programa de Qualificação Profissional em Construção Naval. A iniciativa representa a primeira parceria firmada pelo ITN e conta com investimento de cerca de R\$ 13 milhões para a formação de mão de obra qualificada” Disponível em <http://www.osx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=152&lng=br>.

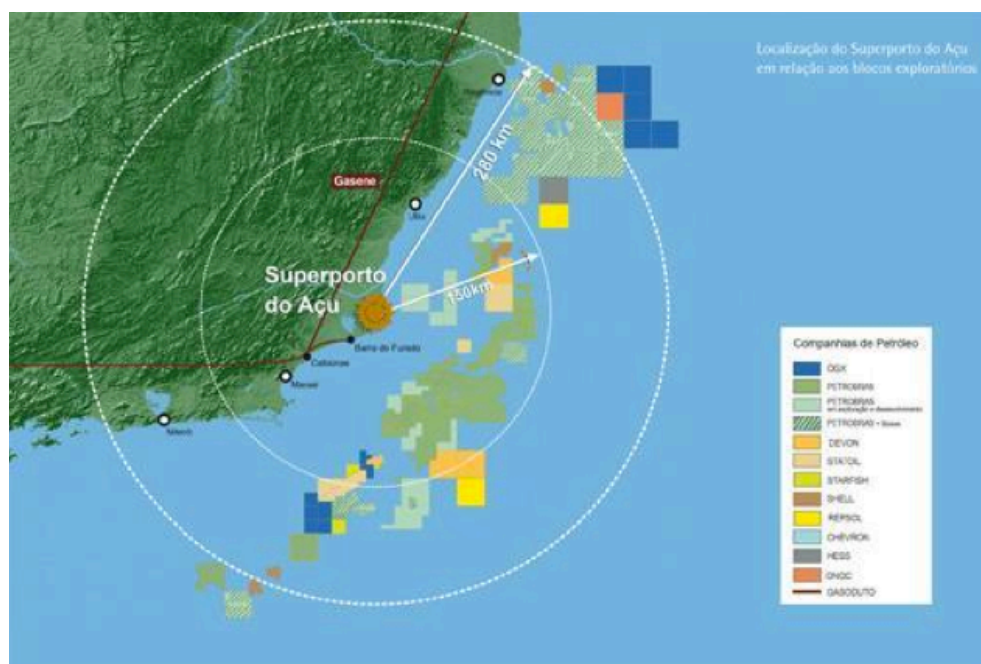
6 Disponível em <http://www.brummer.com.br/direito-ambiental/estaleiro-osx-biguacu-o-porque-da-polemica/>

FOTO 9 – ÚLTIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A INSTALAÇÃO DO ESTALEIRO OSX, EM BIGUAÇU, SC, EM 2010, QUE CONTOU COM MAIS DE 700 PESSOAS



Fonte: Flávio Neves⁷

MAPA 3 – BLOCOS DE PETRÓLEO NA BACIA DE CAMPOS – RJ E ES. OS BLOCOS EM AZUL SÃO DE CONTROLE DA OGX



Fonte: Andradetalis

A rejeição do estaleiro em Santa Catarina ganhou um contorno favorável para sua instalação na região do Porto do Açú, que certamente possui características tão vulneráveis quanto aquelas encontradas em Santa Catarina, conforme veremos adiante. Este deslocamento, contudo abriu uma nova fase para o Projeto Minas-Rio e para o futuro da região do Açú, que a partir de então, radicaliza para uma nova concepção do empreendimento.

Aqui fica óbvia a intervenção do governo do Estado do Rio de Janeiro que oferece como, contrapartida da área da Fazenda Caruara, onde pelo projeto original seriam instaladas as duas Usinas Termelétricas (UTES, uma a gás e outra à carvão) e o Distrito Industrial do Grupo EBX, a área contígua e mais interior da Fazenda Saco Dantas, pequenos produtores rurais a serem desapropriados para constituição do Distrito Industrial de São João da Barra, a ser instituído pela Codin em “convênio” com a LLX.

O minério até então, que seria exportado a granel, ou mesmo em pelotas através dos terminais do Porto, começou a se tornar o principal insumo nesta nova concepção do Projeto. Além do estaleiro, as siderúrgicas, termoelétricas, montadoras de automóveis e o ramo metal mecânico foram atraídos pelas novas possibilidades de investimento que se abriam com o Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), criado pelo Decreto Estadual Nº 41.585 de 05 de dezembro de 2008, como área de utilidade pública para fins de desapropriação. Esta área de 7.200 hectares está situada na área rural de São João da Barra, no 5º Distrito.

Ainda em 2008, no último dia do ano a Lei Municipal Nº 115/2008 foi publicada e modificou o ordenamento distrital de São João da Barra em favor do Distrito Industrial, acompanhando o decreto estadual. A nova lei revisou a Lei Municipal Nº 050 de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal e radicalizou as condições e possibilidades de ocupação do território municipal, convertendo quase 50% de seu território em terras de uso industrial.

FOTO 10 – NA FOTO: SERGIO CABRAL, GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO; CARLA MACHADO, PREFEITA DE SÃO JOÃO DA BARRA, O VICE-GOVERNADOR PEZÃO E MARILENE RAMOS, PRESIDENTA DO INEA, APONTANDO NO MAPA ÁREA A SER DESAPROPRIADA NO AÇU ATRÁS DA ÁREA DA FAZENDA SACO DANTAS



Fonte: Subsecretaria de Comunicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, divulgada pelo Blog do Roberto Moraes - 2008

Todo este cenário viabilizou concretamente a implantação do Projeto Minas-Rio, dos demais projetos, dos investidores e foi a partir destas manobras, que apostaram na expansão industrial e na dinamização da economia por meio da iniciativa privada, que hoje se tem também concretamente um processo de falência e crise do empreendimento.

Uma insustentabilidade tomou conta do ambiente de negócios do Grupo EBX, fazendo com que várias empresas fossem vendidas (ou tivessem seu controle acionário transferido em com novos aportes de capital) por parte de empresas ou, bancos e fundos de investimentos estrangeiros. Assim foi o caso da venda da LLX ao grupo (fundo de investimentos) norte-americano EIG Holding, investidores em projetos de energia e infra-

estrutura nos diversos continentes e que no Brasil, já tinha participação acionária (11,5%) no projeto de exploração de minério de ferro da empresa Manabi S.A.⁸

Já no final de 2011 e início de 2012, começam as confirmações de desistências dos projetos siderúrgicos e automotivos do DISJB (Wisco-Whuan; Ternium que comprou 22% da Usiminas), por excesso de produção de aço no mundo e pela ausência de garantia de fornecimento de gás, além do adiamento da geração de energia pela MPX, atual Eneva, agora controlada pela empresa alemã E.ON. Boa parte destes projetos foram alvos de profundas investigações do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, por meio do GATE - Grupo de Apoio Técnico Especializado para a Área Ambiental e o GAEMA - Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, que apresentaram inúmeras inconsistências nos estudos ambientais (EIA/RIMA), o que os motivou a requerer, em dezembro de 2012, a suspensão das licenças ambientais, como da siderúrgica Ternium. Projetos de cimenteiras e outras foram também e por decorrência, desmontados, apesar da Foton Motors Group, montadora de caminhões chineses sinalizar interesse pelo Açú⁹.

Também em 2012, a crise se aprofunda com a saída da espanhola Acciona, responsável pela construção do Terminal 2 (TX-2 - Terminal on-shore para atendimento ao estaleiro, empresas de apoio offshore de petróleo, DISJB e Terminal de Derivados e Cargas Diversas) do Porto. Ocorre uma demissão em massa de operários, chegando a deixar a empresa com apenas 25 funcionários, depois de ter sob seus contratos 2,5 mil trabalhadores. A paralisação parcial das obras da OSX a partir da crise já anunciada da OGX se prolongou com greves gerais dos trabalhadores, em 2011 e 2012, com paralisações, barricadas e protestos. Comerciantes locais, além dos caminhoneiros (caminhões vão a leilão) perdem mais de R\$ 1 milhão por créditos não recebidos por serviços e fornecimentos de materiais em terceirizações/quarteirizações. Mais de 20 comerciantes ainda hoje reclamam seus créditos. E a promessa de geração de 50 mil empregos ficou cada vez mais distante.

Em abril de 2013, se dá início ao repasse do controle acionário das empresas do grupo EBX para fundos e empresas estrangeiras: MPX para alemã EON; LLX para fundo americano EIG; Porto Sudeste/MMX para Fundo Mubadala, Fundo árabe, soberano de Abu Dhabi e holandesa Trafigura. A OGX de exploração e produção de petróleo a que alcançou o maior valor no mercado acionário, é que enfrenta os maiores problemas, busca parceria com petroleira da Malásia, Petronas, e afunda em crise ainda sem conseguir interessados. A entrada dos fundos estrangeiros mudou a configuração do Complexo Industrial para apenas Porto para apoio às atividades offshore, com empresas como Technip, NOV, Intermoor e outras. A Subsea7, GE e outras adiam ou suspendem projetos no Açú e o consórcio OSX e Mendes Jr., responsável por montar módulos de duas plataformas no Açú estão em definição.

8 A holding Manabi S.A. por coincidência ou não tem na sua participação acionária o fundo canadense OTTP (Fundo de Pensão dos Professores de Ontário, Canadá) com 17,7% e EIG Holding com 11,5%, fundo americano que adquiriu controle acionário da LLX e do Porto do Açú. A holding Manabi S.A. controla três empresas: Morro do Pilar S.A.; Manabi Logística S.A. e a Dutovias do Brasil S.A. A primeira Morro do Pilar S.A. tem ativos estimados junto à Bovespa de R\$ 1,4 bilhões e possui os projetos de exploração das minas de Morro do Pilar e Morro Escuro no centro do estado de Minas Gerais, no quadrilátero ferrífero, com reservas estimadas em R\$ 1,5 bilhões, com o projeto de produzir 31 milhões de toneladas por ano, sendo 25 milhões para exportação e 6 milhões para o mercado brasileiro. Além disso, desenvolve um projeto do Porto Norte Capixaba, para o qual já possui área de 1.150 hectares no litoral de Linhares, ES. O projeto do terminal portuário tem custo estimado em R\$ 1,75 bilhão. Em seu contexto está previsto: construção de píeres e berços de atracação; terminal ferroviário; mineroduto entre Colatina, ES, onde se liga à ferrovia já existente desde o quadrilátero ferrífero onde estão as minas; terminais de armazenamento de minério, grãos, fertilizantes e líquidos.

9 Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/superporto-do-acu-vai-dar-certo-afirma-secretario-do-rj.html>

Já em maio de 2013, o Ministério do Trabalho e Emprego fez 254 autuações nas obras do Porto do Açú, por pressão do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e o Ministério Público do Trabalho atuou gerando acordos entre trabalhadores e empresas. No caso da ASPRIM - Associação dos Proprietários de Imóveis e Moradores do Açú, Campo da Praia, Pipeiras, Barcelos e Cajueiro - seguiu, desde 2012 acionando a Justiça em defesa dos pequenos proprietários rurais, seja por meio de ação civil pública contra o licenciamento ambiental (Nº 0000149-98.2012.4.02.5103) encaminhada junto com outras três associações locais e o Instituto Justiça Ambiental (IJA)¹⁰, aumentando para cinco o número de ações civis públicas e liminares que questionam a regularidade do licenciamento e os impactos sinérgicos do empreendimento ao meio ambiente, seja por meio de carta advertência ao presidente do BNDES, Luciano Coutinho¹¹ em 2013, ou mesmo pela queixa-crime assinada por 29 agricultores do 5º Distrito, em agosto de 2013, acolhida ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça, contra o governador Sergio Cabral, o empresário Eike Batista e Luciano Coutinho (BNDES)¹².

Assim, numa discussão pautada quase exclusivamente nas questões financeiras, a crise foi se abatendo de forma indiferente e violenta sobre as comunidades atingidas, seja pela desapropriação propriamente dita, seja pelo processo de salinização das águas e solos, seja pela invisibilidade dos atingidos, como em Minas Gerais. A crise alcançou dimensões internacionais, sobretudo pelas remoções compulsórias de agricultores e pelos impactos ambientais.

Em Minas e no Rio, aumentaram os questionamentos sobre a real necessidade de desapropriação de tantas e novas áreas, se o empreendimento apresenta evidências concretas de insustentabilidade; aumentaram os questionamentos sobre o não cumprimento e suspensão dos projetos de compensação e mitigação ambientais; aumentaram os questionamentos sobre os impactos ambientais, da lama ao sal; e aumentaram também a convergência da luta de resistência ao Projeto Minas-Rio diante dos encontros realizados em maio e agosto de 2013 pelas comunidades atingidas pelo empreendimento.

Assim, toda a área desapropriada por decreto no DISJB, no Rio de Janeiro, vai sendo desnecessária e acaba se transformando num grande passivo socioambiental. Confirmando esta situação, um dos membros do Conselho de Administração da LLX, Luiz Reis, em Audiência Pública no dia 12 de novembro de 2013, na Comissão Especial do Porto do Açú na Alerj, diz textualmente: “A área destinada ao Estaleiro do Açú era grande demais. Maior que a soma de todos os grandes estaleiros em funcionamento hoje no país”. Oportuno que se registre área do DISJB alugada pela LLX à OSX para construção da Unidade de Construção Naval. Aliás, no dia 19 de novembro de 2013, em “fato relevante comunicado ao mercado”, a OSX Brasil informou que um de seus braços, a OSX Construção Naval (OSX CN) e a LLX Açú Operações Portuárias, subsidiária da LLX Logística, celebraram um ins-

10 “Cumprir frisar que, recente decisão liminar da Primeira Vara Federal de Campos dos Goytacazes, proferida pelo Juiz Federal Dr. Vinícius Vieira Indarte (Ação Civil Pública n. 0000149-98.2012.4.02.5103), no dia 08.02.13 (sexta-feira de Carnaval), determinou que, na instalação da Unidade de Construção Naval do Açú (UCN Açú), a OSX abstenha de suprimir restingas localizadas em área de preservação permanente, sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Determinou também que, no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00, o IBAMA fica obrigado a realizar auditoria no local do empreendimento, assim como no processo administrativo correlato que ensejou a licença de instalação pelo órgão ambiental estadual, o INEA. Por força da decisão, a empresa está obrigada também a informar ao Juiz Federal a extensão de área de preservação permanente suprimida em área de restinga, se a supressão já ocorreu totalmente e qual a data em que teria sido concluída. E por fim, o Magistrado Federal deferiu liminarmente a inversão do onus da prova contra a empresa, onde a mesma fica obrigada a fazer prova em seu favor sobre as alegações das associações demandantes, ora requerentes”. Disponível em <http://cristianopacheco.com/?p=1199>.

11 Idem, Ibidem

12 Disponível em <http://www.fmanha.com.br/economia/cabral-e-eike-denunciados-no-stj>

trumento pelo qual as partes concordaram, dentre outros pontos, em “reduzir o direito de superfície sobre a área cedida pela LLX Açú à OSX CN, com a devolução à LLX Açú da correspondente área reduzida”.

Assim, também se vê que a proposta de gestão integrada do território - amplamente difundida pelos empreendedores - vai se tornando um nexos sem sentido e esvaziado, o que permite afirmar a necessidade de um novo processo de licenciamento e a suspensão de todo o Projeto.

Com as negociações de participação das empresas do grupo EBX, na prática, pode-se perceber que o empresário Eike Batista se estabeleceu como um verdadeiro “duto”. Por ele estão fluindo imensos negócios e interesses na direção do Brasil visando trocas e fluxos materiais e de capital. Interessante, ainda observar, que a entrada de grupos estrangeiros acontece depois do licenciamento e do aporte de recursos de fundos públicos (especialmente do BNDES e FMM - Fundo de Marinha Mercante) além de projetos de infraestrutura que instituem as chamadas Condições Gerais de produção (CGP) - Conceito de Marx em O Capital- (Lencioni, S. 2007) feitas com orçamentos públicos do governo federal, estaduais e municipais, o que concede garantias e vantagens enormes e interessantes aos grupos que entram nos negócios.

Outra observação é que assim, os negócios deixam de ser de uma pessoa e passam a grupos de investidores, sem rosto, sem cara e com muitos e conhecidos interesses. Se com controlador nacional as compensações, mitigações e impactos sobre as comunidades já eram grandes, é possível imaginar o que virá pela frente, tendo em vista também o momento posterior à crise e às demissões. Sabe-se que os momentos de transição são excelentes para serem perdidas e “esquecidas” as exigências e os compromissos, a não ser que o Estado cumpra sua obrigação de regulação e fiscalização.

É também interessante, de outro lado observar, que ao contrário do que se ventila o Brasil, enquanto país chamado de emergente, oferece uma série de possibilidades de ganhos por estas corporações. Estas vêm aqui capturar o excedente de nossa economia e nossas riquezas, em negociações inter-empresas (inter-corporações), dentro da teoria de Milton Santos (1978), dos dois circuitos de economia, do conceito de território corporativo por cima do território nacional, inserida no mercado internacional de *commodities*, numa rede de globalização capitalista, no circuito superior, direcionada pelo capitalismo financeiro, altamente imbricada com o Estado - e as relações de Poder deixando à margem as populações locais do Circuito Inferior da Economia sem nenhuma capacidade de transpor escalas e submetida a pressões de todas as ordens.

De outro, há um enorme risco do Brasil ver aprofundada a nossa dependência, nossa subordinação, não apenas a nações (impérios), mas a corporações que são cada vez mais fortes e controladoras das nações que antes lhes ofereciam o território para suas sedes e, hoje, parecem dutos para o capital financeiro e líquido em busca de espaços para instalar o capital fixo.

Para além desta análise mais macro desta realidade cabe uma análise regional-local sobre o que tudo isto significa, já que temos visto que negociações e contratações locais não acontecem e toda a dinâmica deste processo é decidida e centralizada nas metrópoles, onde a direção do capital é decidida, sem nenhuma intervenção dos poderes políticos ou econômicos regionais.

As péssimas relações já existentes entre estes circuitos superior e inferior em “curto-circuito” entre a LLX/EIG e Anglo American e comunidades com abandono do papel de regulação do Estado, agindo em favor da rede “de cima”, tende a piorar com as práticas já conhecidas e exigidas pelos fundos de investimentos de redução de custos, aumento de produtividade e consequente exploração para maximização dos lucros e retorno do capital investido no território.

O que fazer para mudar esta realidade? Como intervir? O que exigir? Não parece simples, mas, ao mesmo tempo, não parece assim tão complicado se manifestar e se preparar para deixar claro do que não admite que seja feito e o que não se abre mão de que seja garantido e realizado. Assim, a Resistência de comunidades e pesquisadores se estabelece e amplia sua capacidade de superar as estratégias do Circuito Superior da Economia, na estruturação do Espaço de Produção neste setor da economia de “minério-duto-porto-exportação/porto-indústria-petróleo-energia”.



SEÇÃO 3

A QUESTÃO AMBIENTAL: DA LAMA AO SAL

O Projeto Minas-Rio atinge, de forma profunda, duas regiões de alta vulnerabilidade ambiental e com vasto repertório sociocultural ligado à vida camponesa. As obras em ambos os estados estão localizadas sob áreas de extremo interesse ecológico para a conservação da biodiversidade, conforme o Ministério do Meio Ambiente (2006) e os estudos que subsidiaram o Zoneamento Econômico Ecológico dos estados do RJ e MG (ZEE-MG, 2008; ZEE-RJ, 2010); e foram licenciadas na contramão das diretrizes nacionais e internacionais de manutenção e uso do patrimônio ambiental. O Projeto foi implantado pelos governos estaduais em parceria com a iniciativa privada, e revela mais um caso de fragmentação dos princípios e fundamentos norteadores da avaliação de impactos ambientais (AIA), a partir do processo de licenciamento ambiental, além de violar a participação das populações locais nas decisões e negociações sobre o empreendimento.

A paisagem impactada é de extrema exuberância e varia desde os campos rupes- tres interpostos com o cerrado - campo limpo - e capões de Mata Atlântica, intercaladas por afloramentos ferríferos lapidados pelos rios da bacia do Santo Antônio e Peixe no estado de Minas Gerais, e lá, na outra ponta, no Rio de Janeiro, se espalha pelas planícies costeiras, de influência fluvio-marinha, formando um grande mosaico de cordões arenosos, restingas, charcos, lagoas costeiras, influenciado por toda a dinâmica do ambiente deltaico do rio Paraíba do Sul. São áreas reconhecidas pela singularidade botânica, presença de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, baixas taxas de degradação em função dos usos históricos da região e ampla beleza cênica; no trecho mineiro as obras estão sobre “o maior interflúvio entre as bacias do rio São Francisco, rio Doce e rio Jequitinhonha, com alto valor nos processos de recarga da grande malha hídrica configurada nesta região e manutenção de micro-corredores de biodiversidade biológica, com favorecimento de pool gênico em suas áreas de preservação permanente e fragmentos florestais ainda existentes”. No trecho fluminense, o Complexo do Porto do Açú atinge áreas prioritárias para a conservação das restingas, segundo o MMA e o Banco de Dados Tropicais, incluindo o complexo lagunar Grussaí/Iquipari, considerado a expressão máxima deste ecossistema em todo o Rio de Janeiro e Brasil, totalizando cerca de 20%¹⁴ de todo o acervo florístico encontrado neste tipo de ambiente, além de contar com mais de 5 mil espécies da fauna e flora¹⁵.

13 Informações de acordo com o Projeto PDA 161-MA que trata da conservação da Serra do Espinhaço. <http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/sociobiodiversidade/item/8006-mg-concei%C3%A7%C3%A3o-do-mato-dentro>

14 <http://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Campo%20de%20Frade/EIA/Texto/EIA%20II.5.2%20Meio%20Biotico/EIA%20II.5.2.2%20-%20Ecossistemas%20Costeiros.pdf>

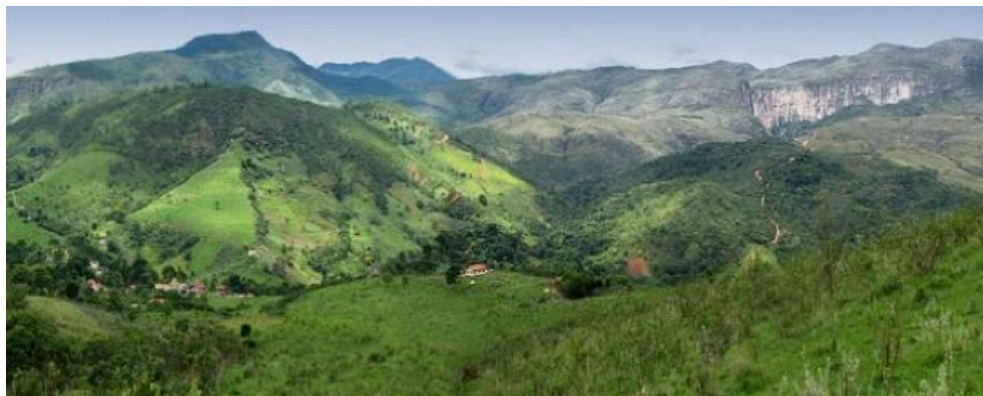
15 <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2013/06/sao-joao-da-barra-rj-tem-maiores-indices-de-desmatamento-em-restinga.html>

FOTO 11 – COMPLEXO LAGUNAR GRUSSÁI/IQUIPARI – SÃO JOÃO DA BARRA - RJ



Fonte: Portal Ecodebate / Site LLX / G1

FOTO 12 – SERRA DO ESPINHAÇO – CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - MG



Fonte: Portal Serra do Espinhaço

FOTO 13 – RESTINGA DE SÃO JOÃO DA BARRA. AO FUNDO O ATERRO HIDRÁULICO DAS OBRAS DO PORTO DO AÇU



Fonte: Blog do Roberto Moraes

FOTO 14 – PAISAGEM TÍPICA DA REGIÃO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – SERRA DO ESPINHAÇO



Fonte: Diversus

Em Minas Gerais, a região diretamente atingida localiza-se no domínio da Serra do Espinhaço, região conhecida pelo valor paisagístico, tanto o patrimônio histórico-cultural, como o ambiental, estendendo-se de Minas Gerais à Bahia. Em 2005, esta região foi classificada como Reserva da Biosfera, com base no Programa Intergovernamental “O Homem e a Biosfera” da UNESCO/ONU, fortalecendo o movimento, pós anos 90 que induzia o desenvolvimento regional por meio do turismo (BECKER, L. C.; PEREIRA, D. C., apud CIDADE E ALTERIDADE, 2011). A presença de atrativos naturais, desde cachoeiras como a do Tabuleiro, Congonhas, Rabo de Cavalo, Poço Pari e do Val, a lapa dos Índios, o córrego do Baú, o Salão de Pedras e o canyon do Peixe Tolo, distribuídos pelos vales e cânions da Serra do Intendente, pelos mirantes, histórias, pela culinária e pelos costumes locais projetavam-se como vetores desta atividade. Estas características desembocaram em várias iniciativas como o Circuito Diamante, a Serra do Cipó e “o Programa Estrada Real, além da criação de áreas de proteção ambiental e na conformação, na esfera municipal, de toda uma estrutura institucional” (CIDADE E ALTERIDADE, 2013, p.08) que fazia ressonância às expectativas locais de desenvolvimento: arranjos econômicos destinados ao fortalecimento do ecoturismo e de atividades tradicionais ligadas à cultura camponesa.

A região em MG se caracteriza ainda pela importância arqueológica e histórica, dotada de feições pré-históricas, sítios arqueológicos, lapas, cavernas, pinturas rupestres associadas à Tradição Planalto, representações antropomórficas e grafismos geométricos que indicam a ocupação tradicional de assentamentos humanos, com valor patrimonial relevante. Na região de implantação da mina, identificou-se quase 40 cavidades, entre cavernas e abrigos, que até então não dispõem de estudos específicos de caracterização do potencial arqueológico, histórico, espeleológico, científico e turístico¹⁶.

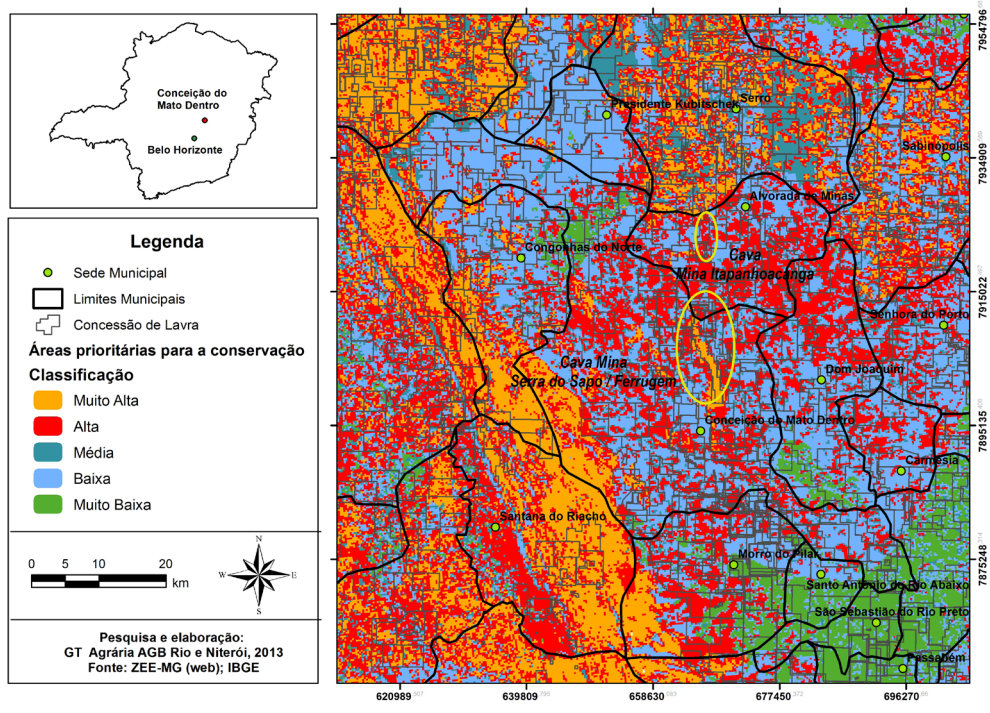
A extração mineral prevista atinge a zona de transição do Bioma Mata Atlântica (Floresta Estacional Semi Decidual) e o Cerrado (Campo Limpo, rupestres e cangas), que do ponto de vista biogeográfico se constitui um ecótono. Segundo Parecer Único SISEMA-MG Nº 001/2008, os registros apontam para “uma condição de endemismo restrito à área de implantação do empreendimento, especificamente, nos campos rupestres sobre canga existente desde o norte da serra do Sapó até o sul da serra da Ferrugem”, e neste caso a vegetação sobre canga apresenta “indicação de serem espécies ainda não descritas pela ciência, necessitando de coletas de amostras com estruturas florais para se proceder à sua descrição”.

16 Segundo o EIA Espeleológico.

“A importância da região do empreendimento, do ponto de vista da conservação da biodiversidade, devido ao potencial de ocorrência de espécies endêmicas ou raras foi reconhecida tanto pelo Estado de Minas Gerais quanto pela União. Esta importância é ressaltada pelo fato da região se encontrar inserida nos limites das áreas indicadas como de prioridade alta e extremamente alta para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira (Ministério do Meio Ambiente, 2004). As áreas são denominadas respectivamente, CP-489 Serra do Cipó e MA-631 Alto do Rio Santo Antônio (PROBIO/Ministério do Meio Ambiente, 2004). Pode-se concluir que a região das serras da borda leste do Espinhaço Meridional foi avaliada pelo ZEE-MG como sendo de vulnerabilidade natural muito alta, tendo alta prioridade para conservação e recuperação dos recursos naturais. (...) Os ambientes de canga são ecossistemas raros e de localização restrita em Minas Gerais e no Brasil. No contexto regional, destaca-se que as serras Sapo-Ferrugem constituem a maior extensão contínua de vegetação rupestre sobre canga na região, com mais de 12km e cerca de 730ha de extensão. Constituem um ambiente único de vegetação sobre canga na região devido à sua extensão, posição geográfica isolada, altitude e inserção no bioma da Mata Atlântica, podendo ser considerada uma ilha numa matriz florestal (MINAS GERAIS, 2008, p.25-26)”.

O mapa das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade amplia esta compreensão, já destacada no Zoneamento Econômico Ecológico de Minas Gerais e mostra a desconstrução arbitrária dos critérios de uso do território levados adiante pelo setor da mineração, que neste caso se localiza em áreas de alta e muito alta prioridade para a conservação.

MAPA 4 – ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ZEE – MG. EM DESTAQUE A LOCALIZAÇÃO DAS CAVAS DO PROJETO MINAS-RIO.



Fonte: ZEE-MG (web) IBGE

O empreendimento no trecho mineiro ainda impacta, diretamente, sete unidades de conservação, sendo quatro de Proteção Integral e três de Uso Sustentável, além de influenciar toda a dinâmica ecológica do entorno do Parque Nacional Serra do Cipó, o fluxo gênico e a reprodução de espécies (MINAS GERAIS, 2008). As cangas ferríferas, que se estendem pela Serra da Ferrugem são o maior trecho contínuo deste ecossistema na região e cumprem função central no intercâmbio de espécies. As obras estão localizadas na zona de amortecimento de algumas unidades, o que, no fundo, contraria as diretrizes de ocupação destas áreas, consideradas sensíveis e sujeitas a critérios rigorosos de usos.

TABELA 3 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ATINGIDAS PELO PROJETO MINAS-RIO – TRECHO MG

NOME DA UC	CATEGORIA	ADMINISTRAÇÃO	DISTÂNCIA DO EMPREENDIMENTO (KM)
MONUMENTO NATURAL SERRA DA FERRUGEM	PROTEÇÃO INTEGRAL	MUNICIPAL	AO LADO OESTE DA CAVA DA SERRA DA FERRUGEM
PARQUE MUNICIPAL SALÃO DE PEDRAS	PROTEÇÃO INTEGRAL	MUNICIPAL	9,3
PARQUE MUNICIPAL NATURAL RIBEIRÃO DO CAMPO	PROTEÇÃO INTEGRAL	MUNICIPAL	17,0
PARQUE ESTADUAL SERRA DO INDEPENDENTE	PROTEÇÃO INTEGRAL	ESTADUAL	20,0
APA GAMELEIRA	USO SUSTENTÁVEL	MUNICIPAL	7,5
APA RENASCENÇA	USO SUSTENTÁVEL	MUNICIPAL	4,8
APA ZABELÊ	USO SUSTENTÁVEL	MUNICIPAL	10,8

Fonte: MINAS GERAIS (2008)

Caracteriza-se assim, quanto aos aspectos locacionais avaliados no processo de licenciamento, uma clara demonstração de incompatibilidade e violação entre as recomendações do ZEE-MG e a política de concessão de lavras, marcando uma disputa desigual de interesses que consolida o poder econômico e o movimento de expansão minero-metalúrgico sobre áreas de alto interesse ecológico - ao mesmo tempo em que flexibiliza as análises de impacto, sob o paradigma da adequação e mitigação previstas nos estudos ambientais (GESTA/UFMG). A flexibilização nos critérios de uso desta região se transformou em caso emblemático de aprofundamento das injustiças ambientais, quando o desenvolvimento não efetiva o discurso da sustentabilidade e cria formas subordinadas de gestão do território. Ao mesmo tempo, cria também uma profunda fragilidade institucional, vista a partir da pactuação do setor privado com o poder público, quando este não afirma a própria localização do empreendimento como algo incompatível com o futuro da região. Este cenário indica uma desconstrução do princípio da precaução, visto a partir dos agravos e riscos sobre o ecossistema, quando afirma a viabilidade do empreendimento como via dominante do desenvolvimento, excluindo cenários sustentáveis com base na diversificação econômica e otimização dos arranjos produtivos locais existentes.

Segundo o próprio EIA e o Parecer Único SISEMA a “implantação do empreendimento representa uma profunda alteração dos atributos físicos, cênicos, bióticos e antrópicos presentes no contexto sócio-ambiental atual da região. Essa alteração se dará em um curto período de tempo e introduzirá novos elementos culturais que são estranhos à realidade atual e que irão originar um difícil e, muitas vezes doloroso, processo de assimilação dos habitantes locais” (p.86). Além disso, “alguns cursos d’água terão suas disponibilidades hídricas reduzidas, principalmente nascentes que podem se extinguir presentes nas serras do Sapo, de Itapanhoacanga e da Ferrugem. Esses cursos d’água não só compõem a paisagem da região, mas são atualmente utilizados para o abastecimento humano, dessedentação de animais, irrigação, agroindústria (fabricação de queijo e cachaça), lazer, pesca recreativa”. Ainda “serão alteradas radicalmente algumas montanhas que compõem as serras da Ferrugem, do Sapo e

a de Itapanhoacanga, atributos da beleza cênica da região” (p.87).

Destaca-se ainda,

- “Alteração da qualidade do solo, causada principalmente pelas atividades de terraplenagem, escavação, supressão da vegetação, descarte inadequado de resíduos, abertura da cava, formação da barragem de rejeitos e pilha de estéril;
- Alteração da qualidade do ar que ocorre principalmente durante o processo de instalação da mina, devido ao tráfego de veículos, às atividades de terraplenagem, desmonte de rochas, disposição de estéreis e etc
- Alteração da paisagem e poluição sonora, agravadas essencialmente pelas obras de instalação da mina e deverão ser agravados com a abertura da cava a construção da barragem de rejeitos e da pilha de estéril.
- Alteração e perda dos habitats.
- Aumento da imigração, ocasionado pela esperança de melhores condições de vida, alavancado pelo desenvolvimento prometido pela empresa.
- Aumento dos preços de mercadorias, serviços e imóveis, produzido pela chegada de pessoas com maior poder aquisitivo e pelo simples aumento da demanda de mercadorias e serviços causados pelo aumento da população local sem aumentar a oferta.

A incongruência do Projeto Minas-Rio com os arranjos locais e atributos da paisagem em Minas Gerais, se soma ao abusivo processo de licenciamento do trecho fluminense, no Litoral Norte do Rio de Janeiro, ligado à implantação do Porto do Açú, em São João da Barra. Segundo relatório da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB, 2011), o empreendimento se mostra totalmente incompatível com as características e condições socioambientais do litoral norte do estado, região de extrema singularidade ambiental.

Trata-se de uma região única e socioambientalmente diferenciada. A área prevista para a implantação do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB) e de todo o complexo portuário do Açú se localiza na zona deltaica do rio Paraíba do Sul, formada por planícies costeiras fluvio-marinhas e domínios litorâneos de dunas, cordões arenosos e restingas, totalizando 156.995 hectares (ZEE-RJ, 2008). Compõe este domínio um complexo mosaico de lagunas, charcos, pequenos córregos, brejos costeiros, vegetação arbustiva fixadora de dunas, formações geológicas sedimentares, formações herbáceas e graminóides associadas a faixas de praia, além de um mosaico de comunidades rurais, pescadores artesanais, agricultores familiares, posseiros e pequenos comerciantes (AGB, 2011).

FOTO 15 – VISTA PANORÂMICA DA RESTINGA DE SÃO JOÃO DA BARRA. AO FUNDO, DETALHE DO PÍER DO PORTO DO AÇU

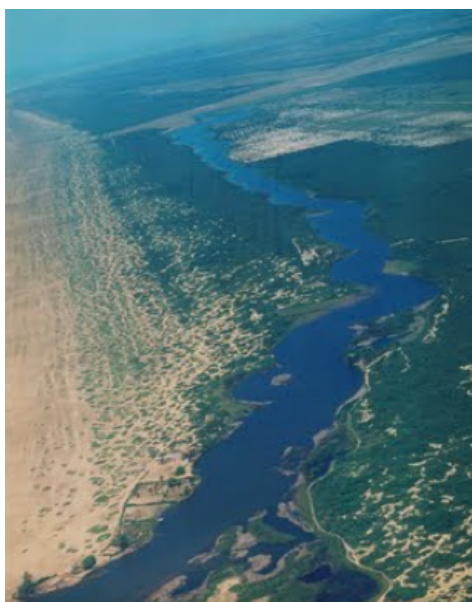


FOTO 16 – LAGOA DE IQUIPARI MARGEADA PELO ATERRO HIDRÁULICO. AO FUNDO DETALHE DO PORTO.



Fonte: Blog do Roberto Moraes

FOTO 17 – LAGOA DE IQUIPARI – SÃO JOÃO DA BARRA - RJ



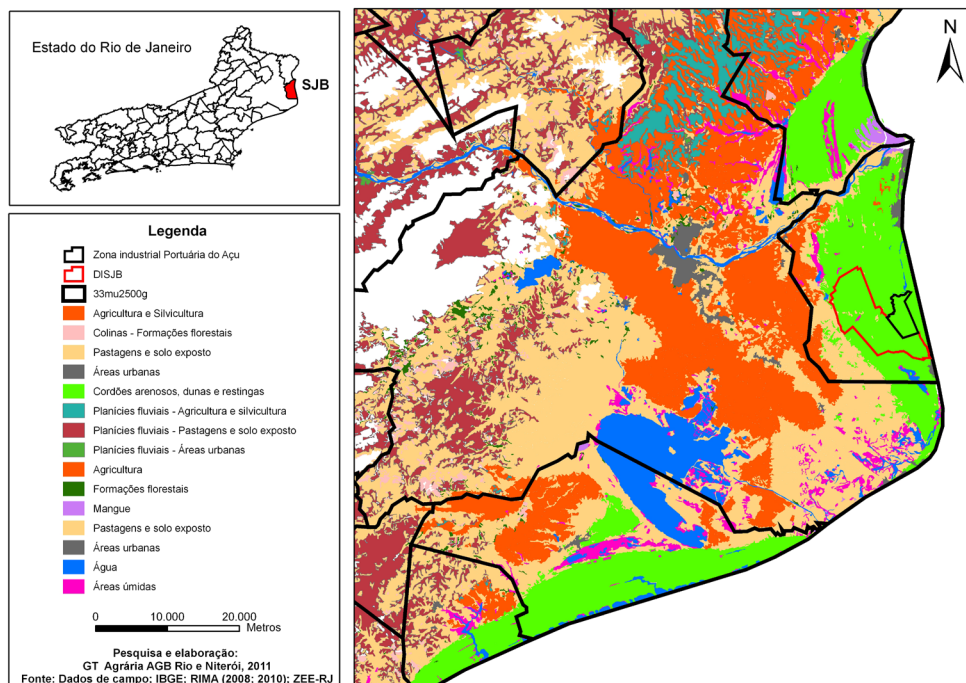
Fonte: Portal Serra do Espinhaço

Os ecossistemas do Açu se destacam pela presença de comunidades ecológicas marcadas pela singularidade botânica e faunística, reconhecidamente classificadas como de extremo interesse biológico para a conservação da biodiversidade (RIMA, 2010). Os próprios diagnósticos apresentados nos EIA/RIMA das unidades industriais confirmam esta complexa estrutura paisagística, com testemunhos de espécies ameaçadas de extinção e de distribuição biogeográfica restrita (AGB, 2011). Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o litoral norte fluminense é uma área prioritária para a conservação de quelônios marinhos, por representar o extremo sul das áreas de desova de tartarugas marinhas do litoral brasileiro e por abrigar pelo menos 4 espécies em extinção, classificadas como “em perigo”. O trecho que

vai de Grussaí a Lagoa Feia, classificado como MC-805, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2004), é de prioridade extramente alta para a conservação.

Este mosaico se destaca num continuum litorâneo (verde claro no mapa) que se estende desde a porção centro-sul do município de São Francisco do Itabapoana, atravessando todo o litoral de São João da Barra, intercalado por faixas de mangues e áreas úmidas na porção costeira do município de Campos dos Goytacazes, seguindo por toda a extensão da linha de costa que acompanha os municípios de Quissamã e Carapebus, e por fim atingindo a porção extremo litoral norte do município de Macaé.

MAPA 5 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO LITORAL NORTE FLUMINENSE, CONFORME O ZEE-RJ. DESTAQUE PARA A FAIXA CONTÍNUA DE RESTINGA E AS ÁREAS PREVISTAS DO DISTRITO INDUSTRIAL DE SÃO JOÃO DA BARRA (DISJB) E ZONA INDUSTRIAL PORTUÁRIA DO AÇU – PROJETO MG-RJ.



A extensão deste ambiente costeiro, ecologicamente diferenciado, se configura como a mais extensa área contínua de restinga do país, com cerca de 300 km², instituindo aspectos singulares e de grande relevância para a conservação ambiental da região. As restingas desta região ainda não foram totalmente estudadas e catalogadas suas espécies, salvo aquelas do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, entre Macaé e Quissamã e representam um testemunho recente da evolução geoecológica do litoral brasileiro. Segundo os estudos ambientais do ZEE do estado do Rio de Janeiro esta região é o último espaço natural de conectividade de ecossistemas costeiros no estado - incluindo as restingas, mangues e dunas litorâneas - responsáveis pela manutenção da estabilidade geológica e biológica do litoral norte fluminense. A restinga de São João da Barra, sobretudo o complexo lagunar Grussaí/Iquipari é uma das últimas existentes fora de unidades de conservação.

No caso específico de São João da Barra, segundo levantamentos do CPRM (Serviço Geológico do Brasil) e o Plano Diretor municipal o domínio de restingas e cordões litorâneos ocupam praticamente 75% do município, incluindo toda a área do DISJB e da zona industrial e portuária do Açú. Como não há nenhuma unidade de conservação em SJB a permanência e extensão destas áreas no município por todos estes anos estão vinculadas diretamente ao padrão histórico de uso e ocupação das terras. Tal ocupação, diferentemente do CIPA, foi impulsionada por atividades pouco impactantes, como as atividades ligadas à agricultura camponesa e à pesca artesanal.

Certamente e sob o olhar do conflito ambiental não há dúvidas para questionar a própria ideia de “sustentabilidade” que supostamente caracteriza o empreendimento, de Minas Gerais ao Rio de Janeiro, sobretudo o aspecto locacional. Flexibilizar os critérios da conservação em nome do minério e do porto oculta o marco de legitimidade dos zoneamentos ambientais realizados em ambos os estados e exclui o valor intrínseco destes ambientes para os grupos/classes sociais diretamente envolvidos. Além disso, a concepção do Projeto é oposta ao manejo histórico destas áreas, caracterizado pela ocupação

camponesa, que tem tido seu modo de vida violado num contexto de distribuição desigual dos impactos.

Isso tem sido comprovado por pesquisas independentes, que apontam para um cenário de impactos irreversíveis e com sérias consequências para a população. Em ambos os trechos, não faltam registros que demonstram estas consequências. Em Minas Gerais, segundo DIVERSUS (2011) os casos variam desde a diminuição da vazão hídrica dos cursos d'água; desaparecimento de nascentes; inviabilidade de uso da água para recreação, banhos, lazer e lavagens de roupas; comprometimento do abastecimento para consumo humano; aumento de turbidez; alteração da qualidade do ar, com agravos à saúde; aumento na emissão de ruídos e detonações de explosivos; impactos nos quintais produtivos e na segurança alimentar das famílias atingidas; marginalização e invisibilidade de comunidades.

No Rio de Janeiro, estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) no âmbito do Atlas de Remanescentes da Mata Atlântica revelou que entre 2011 e 2012, São João da Barra foi o município brasileiro que mais desmatou áreas de restinga em todo o domínio de Mata Atlântica no país, ao que se atribui diretamente pela construção do Porto do Açú¹⁷. Estudo do Laboratório de Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Norte Fluminense, em 2012 comprovou um grave e acelerado processo de salinização¹⁸ da planície Goitacá, localizada na região do Porto do Açú, em decorrência das obras de construção do estaleiro da OSX, abertura do canal de acesso e formação de aterro hidráulico sobre o piso da restinga com material salinizado¹⁹. O estudo demonstra uma salinização das águas subterrâneas e superficiais para consumo humano e para irrigação - do Canal Quitungute à Lagoa de Iquipari - na ordem de 5 a 7 vezes superior à do rio Paraíba do Sul; e na comunidade de Água Preta, a salinidade encontrada em água de pasto é semelhante a água do mar, 820 vezes maior que a água doce.

FOTO 18 – PLANTAÇÃO DE ABACAXIS DANIFICADA PELO PROCESSO DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E SALINIZAÇÃO DAS TERRAS DO AÇU



Fonte: Blog Roberto Moraes / Folha de São Paulo

17 Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2013/06/sao-joao-da-barra-rj-tem-maiores-indices-de-desmatamento-em-restinga.html>

18 Disponível em <http://www.robertomoraes.com.br/2013/03/aterro-hidraulico-no-acu.html>

19 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1202918-estudo-diz-que-porto-de-eike-salgou-regiao-no-rio.shtml>;

FOTO 19 – DEPÓSITO DE SAL NO SOLO EM PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NA COMUNIDADE DE ÁGUA PRETA DECORRENTE DAS ÁGUAS SALINIZADAS



Fonte: AGB

TABELA 4 – PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS DO COMPLEXO PORTUÁRIO E INDUSTRIAL DO AÇU E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

EMPREENDIMENTOS	CARACTERÍSTICAS	IMPACTOS
DISTRITO INDUSTRIAL DE SÃO JOÃO DA BARRA – DISJB	<ul style="list-style-type: none"> • INVESTIMENTO DE 3 BILHÕES DE REAIS • GERAÇÃO DE 10.000 EMPREGOS • ÁREA DE 7.036 HA COM INFRAESTRUTURA DE ÁGUA, ESGOTO, ENERGIA E VIAS DE CIRCULAÇÃO • UNIDADE DE CONSTRUÇÃO NAVAL; FÁBRICA DE AUTOMÓVEIS; FÁBRICAS DE CIMENTO; FÁBRICAS DE PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO; INDÚSTRIAS MECÂNICAS; FÁBRICAS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS; FÁBRICAS DE AUTOPEÇAS E ELETRODOMÉSTICOS; UNIDADES SIDERÚRGICAS; OUTRAS FÁBRICAS E SERVIÇOS ASSOCIADOS ÀS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E PORTUÁRIAS. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. DESTRUIÇÃO DA RESTINGA 2. EXPULSÃO DE AGRICULTORES E ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA 3. RESTRIÇÃO À PESCA ARTESANAL 4. DESTRUIÇÃO DE PESQUEIROS 5. POLUIÇÃO DA ÁGUA (ESGOTO DOMÉSTICO E INDUSTRIAL) 6. POLUIÇÃO DO AR (GASES TÓXICOS E METAIS PESADOS) 7. REDUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS 8. USO ABUSIVO DE ÁGUA 9. REBAIXAMENTO DO FUNDO MARINHO 10. DESTRUIÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS 11. DESTRUIÇÃO DE LAGOAS COSTEIRAS 12. AUMENTO DA EROSION COSTEIRA 13. ALTERAÇÃO DA SEDIMENTAÇÃO COSTEIRA 14. FORTE AUMENTO POPULACIONAL 15. AUMENTO DA VIOLÊNCIA 16. ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA 17. FAVELIZAÇÃO 18. RESTRIÇÕES AO USO DO SOLO
LINHA DE TRANSMISSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • POTÊNCIA DE 2.100 MW • 50 KM DE EXTENSÃO • R\$ 18 BILHÕES DE INVESTIMENTO 	
USINA TERMELÉTRICA A GÁS NATURAL	<ul style="list-style-type: none"> • 3.300 MW DE POTÊNCIA • 2,3 BILHÕES DE DÓLARES • 112 HA DE ÁREA CONSTRUÍDA 	
USINA TERMELÉTRICA A CARVÃO MINERAL	<ul style="list-style-type: none"> • 3 GERADORES COM 2100MW DE POTÊNCIA • 239 HÁ DE ÁREA CONSTRUÍDA 	
UNIDADE DE TRATAMENTO DE PETRÓLEO	<ul style="list-style-type: none"> • INSTALAÇÕES PARA ESTOCAGEM E PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO 	
UNIDADE DE CONSTRUÇÃO NAVAL	<ul style="list-style-type: none"> • 940 HA DE ÁREA CONSTRUÍDA • R\$ 3,5 BILHÕES • OFICINA DE CALDEIRARIA PESADA, PLATAFORMAS DE SOLDAGEM E MONTAGEM DE BLOCOS, ESTRUTURAS DE MONTAGEM DE ACESSÓRIOS DE AÇO, TUBULAÇÕES, EQUIPAMENTOS NAVAIS, ITENS DE ELETRICIDADE, TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE E PINTURA • CANAIS INTERNOS E MARINHOS AO LONGO DO CONTINENTE E COM ENTRADA MAR ADENTRO (13 KM DE EXTENSÃO) 	

Fonte: AGB (2012)

Quanto ao licenciamento ambiental do Projeto em ambos os trechos o cenário de fragmentação da análise de impactos ambientais - processo em que o licenciamento se curva ao isolamento de cada trecho constituído - ocultou a dimensão de conjunto do empreendimento, negando sua totalidade e integração com todas as obras que compõe o sistema mina-mineroduto-indústria-porto. O processo de licenciamento, do que seria um único e integrado projeto foi desmembrado em três processos isolados: “o complexo minerário, em licenciamento no Sistema de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais - SISEMA; o mineroduto, em licenciamento pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; o Porto do Açú, em licenciamento pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA, do Estado do Rio de Janeiro” (CIDADE e ALTERIDADE, 2013, p.12).

O caso expressa um sintoma estrutural de insegurança institucional e confirma a instabilidade dos limites entre os níveis de competência atribuídos aos órgãos ambientais, ao insistir na separação indevida do empreendimento, tomado em suas várias repartições como peças isoladas, o que no fundo afastou as análises de sinergia e aproximação de estudos mais sistêmicos. Afinal, o processo destacou critérios arbitrários quanto ao nível de competência relacionado ao aspecto locacional, visto que o Porto do Açú, que se localiza no mar territorial e na plataforma costeira - bens da União - não foi licenciado pela esfera federal, como deveria ocorrer, mas sim pelo SISEMA Rio de Janeiro (AGB, 2011).

O licenciamento fragmentado - estratégia frequente de grandes empreendimentos - “costuma não só acarretar o subdimensionamento dos impactos globais de um projeto, como reforça o cenário de inexorabilidade de sua implementação, pois o sequenciamento entre os cursos dos distintos processos acaba por tornar necessária cada uma de suas parcelas ou etapas” (CIDADE e ALTERIDADE, 2013, p.12). O MPF, em compilação anterior referente a vários outros processos de licenciamento ambiental tem percebido o não cumprimento das análises de cumulatividade e sinergia dos impactos, justificado pelo processo fragmentário e isolado que o licenciamento vem tomando diante da complexidade dos empreendimentos e dos efeitos sinérgicos sobre as populações atingidas e ambiente natural (AGB, 2011).

“ Em atendimento às determinações da Resolução Conama n°. 001/86, todo EIA deveria avaliar as propriedades cumulativas e sinérgicas dos impactos, assunto que tem sido abordado por diversos autores ligados à temática ambiental. (...) Uma avaliação de efeitos ambientais deve considerar a cumulatividade e a sinergia dos impactos, uma vez que a associação de várias intervenções pode agravar ou mesmo gerar problemas sociais que, de outro modo, não ocorreriam. A conjunção de projetos de desenvolvimento que alteram, um após outro, ou ao mesmo tempo, modos de vida locais, pode intensificar sofrimentos e perdas, inviabilizar esforços de adaptação e recuperação familiares, coletivos, gerar ou acirrar conflitos diversos” (MPF, 2004, p.27-28).

A AGB (2011) destaca no mesmo sentido que a substituição da análise de totalidade e abrangência do projeto no trecho fluminense pela avaliação frágil de suas repartições estruturou uma arbitrariedade na definição do “objeto” do licenciamento.

“ No fundo, o que caracteriza esta fragilidade no processo de implantação do CIPA foi a fragmentação do “objeto” do licenciamento ambiental. A definição do “empreendimento” foi arbitrária, feita de forma partilhada; como se o CIPA fosse algo isolado do conjunto de projetos que compõe este sistema. Desta forma, a própria concepção do prognóstico e do conjunto de medidas mitigadoras e compensatórias passam a não contemplar todo o empreendimento, mas apenas uma “fração do objeto” licenciado” (p.24).

No caso de Minas Gerais,

“Outros graves questionamentos ao empreendimento, ao processo de licenciamento, e ao EIA-RIMA foram levantados pelo Fórum CMD e Comissão Pastoral da Terra - CPT, entre os quais destacamos: a raridade dos ecossistemas de canga e a ocorrência de espécies de fauna e flora raras, endêmicas e/ou ainda não descritas pela ciência; a geração de grande quantidade de estéril e rejeitos, devido ao baixo teor do minério; comprometimento, em qualidade e quantidade, dos recursos hídricos regionais; a inconclusão dos estudos apresentados no EIA/RIMA acerca da hidrogeologia; delimitação incorreta da área de influência sobre cavidades; insuficiência dos levantamentos apresentados para a caracterização de todos os locais que sofreriam a instalação de estruturas associadas ao empreendimento; não apresentação de projeto de reassentamento de comunidades tradicionais afetadas; desconsideração, no cômputo dos impactos sobre a economia das famílias e comunidades afetadas, da produção voltada para o mercado (queijo, aguardente, farinha, doces, banana, milho, feijão, etc); desconsideração do impacto da perda/diminuição da água para a viabilidade econômica dos sítios rurais; desconhecimento, pelo SISEMA, das modalidades de ressarcimento adotadas nos processos de negociação de compra e venda de áreas demandadas pelo projeto minerário, já realizados pelo empreendedor; caráter genérico da proposta de reestruturação das atividades econômicas afetadas pelo empreendimento; ausência/incompletude dos estudos relacionados ao fluxo populacional nos municípios da chamada Área de Influência Direta, entre outros (SISEMA, 2008b)” (CIDADE e ALTERIDADE, 2013, p.13).

Neste caso, mesmo diante desta complexidade, e com inúmeras posições e manifestações contrárias ao empreendimento, inclusive em audiência pública, arguindo o “juízo de viabilidade socioambiental do empreendimento, situado no interior da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e no curso da Estrada Real”, em 2008, após Parecer Único SISEMA-MG, a licença prévia para o complexo minerário foi concedida, “trazendo a reboque um altíssimo número de condicionantes, e a postergação, para a fase seguinte do licenciamento, de estudos e informações cruciais à própria formação do juízo de viabilidade ambiental do empreendimento (SISEMA, 2008b).” (Idem, ibidem, p.14).

Em dezembro de 2009, contrariando as expectativas do Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Conceição do Mato Dentro e de entidades sindicais, como a FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - a licença de instalação (LI) foi concedida, na sua Fase 1, e em dezembro de 2010, a Fase 2 da LI. Porém, nenhuma destas etapas assistiu ao cumprimento do conjunto das condicionantes determinadas pela LP, o que mais tarde ocasionou um aprofundamento do quadro de desigualdades socioambientais, sobretudo pela indefinição dos atingidos e aos impactos ambientais, particularmente nas águas e na produção agrícola das famílias.

As graves violações socioambientais desenroladas ao longo da emissão das licenças motivou as intervenções da Secretaria Estadual do Ambiente - SEMAD, juntamente da atuação do IBAMA e da Comissão de Atingidos, proporcionando novas medidas de reequilíbrio do empreendimento, como visto no Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, nos moldes do caso da Usina Hidrelétrica de Irapé para avaliação dos atingidos e reassentados. Mesmo assim,

“A distância entre o discurso da empreendedora e a realidade vivenciada pelos atingidos ficaria registrada nos resultados da vistoria conjunta IBAMA/SEMAD realizada em 2010, bem como em diversos documentos protocolados na SUPRAM Jequiti-

nhonha ao longo de 2010 e 2011. Conforme demonstram Becker & Pereira (2011, p. 246 a 248), enquanto os impactos se agravavam, atingindo um contingente populacional cada vez mais amplo, a empreendedora acionava dispositivos burocráticos e técnicos para evitar o reconhecimento dos danos e dos atingidos, em sua totalidade. A inoperância das medidas protetivas que, por mediação das diversas instâncias do Estado, foram sequencialmente incorporadas ao Licenciamento, sugere que sua principal eficácia consistiu na produção de efeitos de verdade (FOUCAULT, 1999, p. 29), em momentos críticos para o avanço do próprio processo” (p.17).

Já no Rio de Janeiro, o parecer do Grupo de Apoio Técnico Especializado Ambiental do Ministério Público Estadual - GATE Ambiental - aponta arbitrariedades e ausência de critérios para o licenciamento das obras sobre as áreas de restinga. Questiona-se o fato de se licenciar permanentemente um projeto de tamanha envergadura sobre áreas de preservação permanente (APP), conforme a Resolução CONAMA N° 303/2002²⁰ e a Lei Federal 4.771/1965, que institui o Código Florestal. Enfim, áreas sensíveis que só justificam usos e intervenções pouco impactantes (AGB, 2011).

“ Art. 3º Constitui Área de Preservação Permanente a área situada:
(...)

IX - nas restingas:

a) em faixa mínima de trezentos metros, medidos a partir da linha de preamar máxima;

b) em qualquer localização ou extensão, quando recoberta por vegetação com função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues;

X - em manguezal, em toda a sua extensão;

XI - em duna;

XII - em altitude superior a mil e oitocentos metros, ou, em Estados que não tenham tais elevações, à critério do órgão ambiental competente;

XIII - nos locais de refúgio ou reprodução de aves migratórias;

XIV - nos locais de refúgio ou reprodução de exemplares da fauna ameaçadas de extinção que constem de lista elaborada pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal;

XV - nas praias, em locais de nidificação e reprodução da fauna silvestre”

(CONAMA 303, 2002).

“ O GATE Ambiental sinaliza que os estudos ambientais não abordam o disposto na Constituição Estadual, art. 268, que define, entre outras, as lagoas, lagos, restinga e áreas endêmicas com espécies ameaçadas de extinção como áreas de preservação permanente. O EIA/RIMA do Distrito Industrial justifica a “intervenção” nas áreas de APP apenas pela previsão do regime de “utilidade pública” do Distrito prevista no Decreto Estadual, como elemento suficiente para atender as exceções à regra de proibição de intervenções nestas áreas do Código Florestal, art. 4. Ainda, o GATE ressalta que a vegetação objeto da supressão, qual seja a de restinga, configura vegetação de Mata Atlântica e, portanto, submetida aos critérios e dispositivos de autorização da Lei 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica), um diploma legal que não foi devidamente considerado na avaliação. O EIA/RIMA do DISJB, por exemplo, não especifica os estágios de regeneração da

²⁰ A Resolução CONAMA N° 303 de 20 de março de 2002 dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

vegetação a sofrer intervenções conforme a Lei supracitada, nem mesmo justificada como o DISJB se enquadra nos critérios de “utilidade pública” conforme art. 3º, inciso VII” (AGB, 2011, p.30-31).

“ Outra questão pontuada pelo GATE Ambiental é que o reuso de efluentes industriais, cujo tratamento será de alta eficiência segundo os estudos analisados, não foi uma diretriz obrigatória na gestão dos recursos hídricos, mas apenas uma medida pontual. Ademais, não foi também mencionada uma proposta de usos combinados da água, provindas de fontes diversas, tanto subterrâneas, quanto superficiais, o que poderia equacionar a gestão da água em premissas mais equilibradas. Também não foram mencionadas quaisquer análises sobre o impacto da captação de água sobre o ambiente deltaico do rio, que já sofre com a redução de vazão e o assoreamento. Registra-se neste caso que a redução da vazão do Paraíba do Sul já está diretamente ligada aos recentes eventos de erosão costeira que tem impactado as praias de Atafona, em São João da Barra, e promovido um avanço da cunha salina e da maré sobre o continente” (p.34).

Ainda no Rio de Janeiro “não foram identificados nos RIMAs, o mapeamento dos sítios de reprodução das espécies (criadouros) e de alimentação de animais, apenas sua “caracterização”. Cita-se que no caso dos quelônios (tartarugas) e cetáceos, animais extremamente sensíveis às alterações nos ambientes costeiros, os impactos serão administrados apenas pelo “monitoramento” das espécies e por programas de educação ambiental. Chama a atenção também, sobretudo nos documentos disponibilizados ao público a ausência de dados quantitativos sobre a vegetação, muito menos a real área de restinga a ser desmatada para a implantação do complexo” (idem, ibidem, p.31). A fragilidade no reconhecimento destas áreas e na postura permissiva adotada pelo INEA confirma nitidamente a supervalorização dos aspectos econômicos do empreendimento, dirimindo-se apenas pelo momento favorável à cadeia produtiva do petróleo e as possibilidades da OGX em ser a maior empresa privada do setor. Os aspectos ambientais, biológicos e botânicos, até mesmo os legais ficaram posicionados apenas a título de “caracterização” e não como critério de escolha e definição na viabilização das obras.

A partir das obras do porto, já em 2007 e com a publicação dos decretos estaduais e municipais que desapropriaram as terras do 5º Distrito de São João da Barra, o licenciamento de todo o complexo foi se conformando pela lógica “fast food”, em ato contínuo, já que em 2010 o porto do Açú já estava licenciado; a Usina de Pelotização - em fase de obras; o Mineroduto com Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI); a Usina Termoelétrica Carvão Mineral (UTE) com LP e LI, aguardando o início das obras; o Pátio Logístico com LP e LI; a Unidade de Tratamento de Petróleo (UTP) com LI emitida pelo INEA; a Usina Termoelétrica a Gás (UTE Gás) com EIA protocolado; e a Usina Siderúrgica I, também com possui EIA protocolado (RIMA, 2010, p.112; AGB, 2011).

Outro grave impacto do empreendimento se refere ao influxo populacional na região em decorrência da chegada de enorme contingente de trabalhadores e profissionais, ocasionando forte pressão sobre os serviços públicos (água, esgoto), transporte, empregos, violência e habitação. O cenário apontado pelo EIA da OSX prevê até 2025, um influxo da ordem de 1,3 milhões de pessoas, “sendo mais de 700 mil no município de São João da Barra e cerca de 600 mil em Campos, o que daria em 15 anos, uma população de cerca de 1,8 milhões de pessoas, apenas nestes dois municípios”²¹.

Já o uso dos recursos hídricos pelo empreendimento também segue na mesma direção, com forte pressão sobre os cursos d'água da região, podendo ocasionar conflitos futuros, já que o Complexo do Açú será o maior usuário de água de toda a bacia do rio Paraíba do Sul.

“ As decisões que legitimaram a viabilidade do empreendimento também se esqueceram de apresentar uma avaliação mais correta sobre o impacto do distrito industrial sobre os recursos hídricos da região. Além da alteração do fluxo subterrâneo, com possibilidade de salinização de águas costeiras, impacto sobre áreas úmidas, com drenagem e abertura de macrodrenos para esgotar a umidade da área do Distrito, secção de ambientes lacustres, como o corte sobre a Lagoa do Veiga, formação de aterro sobre alagados e planícies, a exemplo da UCN, geração de milhões de litros de efluentes industriais e domésticos lançados por meio de emissário submarino em áreas de pesca, chama-se a atenção para o abusivo e insustentável uso dos recursos hídricos necessários para atender a “viabilidade produtiva” do complexo.

No RIMA do Distrito Industrial de São João da Barra menciona-se de forma bem genérica a ordem de 10 m³/s como “vazão de projeto” necessária ao abastecimento das unidades e modais industriais previstas. Será uma tomada d'água do Rio Paraíba do Sul, a cerca de 20 km da foz, com estação elevatória e um conjunto de adutoras paralelas a rodovia RJ-240 até o sistema de reservação do DISJB. Com esta previsão, o CIPA se tornará o maior usuário de água de toda a bacia.

Para se ter uma idéia da magnitude deste projeto, segundo o Plano de Recursos Hídricos, em 2005 a demanda industrial de todos os municípios do estado do Rio de Janeiro situados na bacia era de 11,14 m³/s, na equivalência de consumo de 1.206 empresas industriais. Se traçarmos um paralelo, somente o DISJB consumirá o equivalente a 1.082 unidades industriais (de pequeno, médio e grande porte), ou seja, um percentual próximo a 89% da demanda industrial total existente na bacia no trecho fluminense.

A AGEVAP também afirma que “para o ano 2005, a demanda estimada para atender todas as sedes municipais pertencentes à bacia do Rio Paraíba do Sul²² é (foi) da ordem de 17,7 m³/s, sendo 7,3 m³/s para a fração fluminense, 6,3 m³/s para a paulista e 4,1 m³/s para a parcela mineira” (AGEVAP, 2007). Isso significa que para uma vazão de projeto estimada em 10m³/s, o consumo de água de todos os empreendimentos previstos no CIPA equivalem ao consumo de uma população de 2.816.000 habitantes, ou mesmo 85 vezes a população do município de São João da Barra. Ao considerarmos somente as sedes municipais do trecho fluminense da bacia (52 sedes), tem-se que a demanda hídrica do CIPA chega a ser 36% superior ao consumo de toda a população urbana destas cidades, ou seja, o equivalente a 2.053.000 habitantes” (p.33-34).

Ao que pese este cenário na capacidade de suporte dos ambientes costeiros e estuarinos, tem-se também, contraditoriamente, os impactos das compensações ambientais previstas no licenciamento do Complexo do Açú. Ou seja, aquilo que deveria ser compensado a título de minimizar o impacto do empreendimento na vida da população, na eco-

22 Computa-se em toda a bacia do Paraíba do Sul, nos trechos paulista, mineiro e fluminense 177 sedes municipais.

nomia e nas expectativas de desenvolvimento, acabou se transformando em mais impactos, como é o caso da criação das unidades de conservação ambiental. Além de impactar várias comunidades, as unidades de conservação receberam tratamento diferenciado em diferentes estudos ambientais (EIA/RIMA) para o mesmo empreendimento, quanto ao aspecto locacional, o que evidencia as fragilidades de um processo de avaliação ambiental pautado na fragmentação.

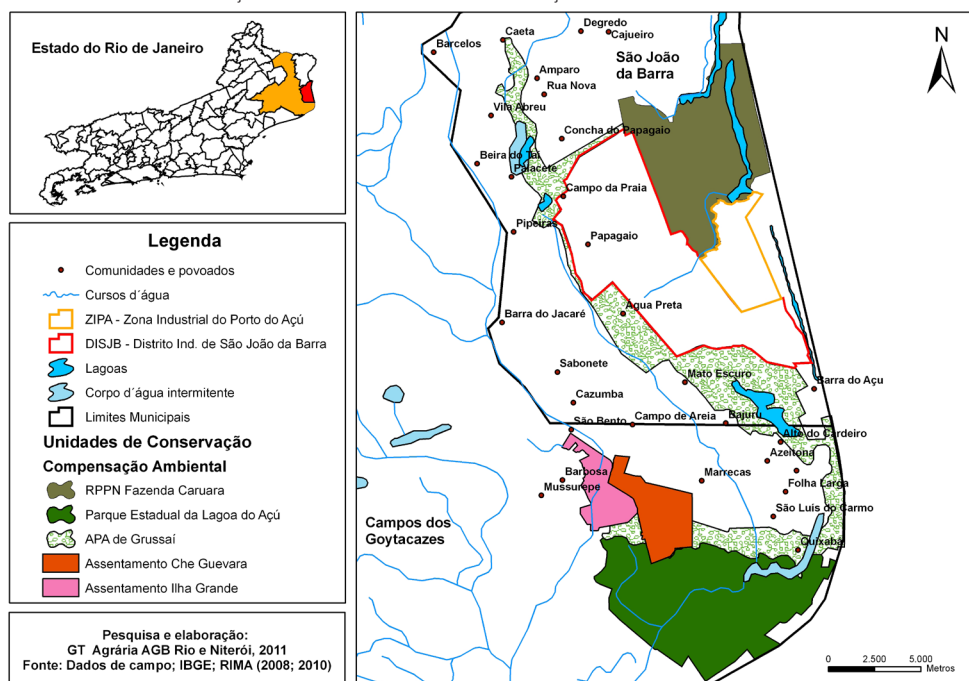
“ A proposição apresentada pelos formuladores prevê a criação de três unidades de conservação ambiental, sendo duas delas unidades de uso sustentável - Área de Proteção Ambiental de Grussaí e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da Fazenda Caruara - e uma unidade de proteção integral, o Parque Estadual do Açu. Juntas, essas três unidades somam mais de 17.000 hectares destinados à compensação ambiental e deverão impactar, no total cerca de 33 comunidades rurais e pequenos núcleos urbanos, sobretudo os pequenos agricultores.

A criação destas unidades trará novas regras para o uso do solo na região, critérios mais restritivos de acesso aos recursos naturais, aumento da vigilância e fiscalização ambiental, coibição de práticas tradicionais, como a pesca e a agricultura familiar entre outras. Não houve qualquer diálogo com as famílias e comunidades rurais impactadas, especialmente no que se refere aos novos critérios de ocupação do solo e às condições de permanência no local. No RIMA do DISJB não há qualquer referência de consulta pública às populações, mencionando apenas a responsabilidade do INEA em reconhecer as referidas unidades.

No caso da APA de Grussaí, são pelo menos 8 comunidades diretamente afetadas, sendo duas delas os assentamentos rurais Ilha Grande e Che Guevara, com 58 e 74 famílias respectivamente. Segundo o mapeamento e proposição locacional da APA parte das terras dos dois assentamentos passarão a ficar regidas pelas normas e critérios da unidade de conservação, restringindo ainda mais as atividades agrícolas familiares. Nenhum dos assentamentos foi convidado a participar da proposta de construção destas unidades. Em relação ao Parque Estadual do Açu, com 5.915 hectares novamente os assentamentos rurais Ilha Grande e Che Guevara deverão sofrer fortes restrições no uso do solo, por estar no entorno da área. Certamente as famílias terão suas atividades restringidas pelos critérios do Plano de Manejo e pelas regras da zona de amortecimento da unidade.

Com a forte restrição de uso do solo para várias comunidades, as medidas compensatórias parecem muito mais impactar suas condições e modos de vida, do que potencializar e otimizar suas práticas e conhecimentos. Há inclusive a previsão de deslocamento de populações nas comunidades de Mata Escuro, Água Preta e Quixabá pela implantação das unidades de conservação, o que configura um retrocesso se considerarmos a importância do ambiente físico na relação destes grupos com os recursos naturais. Registra-se também que no RIMA do DISJB não há qualquer proposta de reassentamento destas famílias. O que se observa neste sentido é uma profunda desconsideração destas populações, que por anos mantiveram suas práticas associadas aos ecossistemas costeiros sem causar impactos ambientais significativos. Não é por menos, que mesmo sem nenhuma unidade de conservação, São João da Barra manteve ainda 75% de suas terras em domínio de restinga” (AGB, 2011, p. 36-37).

MAPA 6 – MAPA DAS COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



Apesar de toda esta situação de insustentabilidade do empreendimento “o pacto de interesses tomou tamanha proporção que nem a autuação do MPF intimidou o governo estadual no Rio de Janeiro, que continuou emitindo as licenças necessárias à viabilização das obras. Em janeiro de 2009, o Governador Sérgio Cabral assinou um decreto - sem a devida consulta pública - declarando “áreas de interesse públicos” imóveis e benfeitorias situadas nas faixas de terra necessárias à construção e passagem do Mineroduto Minas-Rio. A primeira audiência pública para discutir o projeto em São João da Barra foi realizada apenas em agosto de 2009, quando o projeto já estava em vias de licenciamento, sendo apresentado como dado, sem se possibilitar que a população se posicionasse diante da proposta. Os benefícios foram destacados, enquanto os riscos foram minimizados. A própria prefeita do município de SJB defendeu o projeto na audiência, extrapolando suas responsabilidades e demonstrando o caráter patrimonialista do Estado brasileiro, em que os interesses privados são defendidos por agentes do Estado que utilizam o tráfico de influência para beneficiar certas famílias e grupos políticos” (AGB, 2011, p.32).

Caracteriza-se, assim, em ambos os trechos pela fragilidade na avaliação dos impactos em seu conjunto; invisibilidade social de grupos afetados; licenciamento por trecho construído; omissão da relação entre as etapas e obras previstas, de cada empreendimento em separado com o conjunto de obras ao qual se filia, permitindo a conclusão de sua independência; impossibilidade do direito ao não, conforme Convenção 169 da OIT do qual o Brasil é signatário; separação indevida entre o meio ambiente de suas dimensões sociais, espaciais e históricas, perdas incalculáveis para a biodiversidade costeira e marinha; além da sustentação indevida e privilegiada do aspecto econômico, fundado na relação custo/benefício do empreendimento em detrimento das dimensões sociais e ambientais.

Da lama ao sal, expressão dos impactos nas águas que as tornaram impróprias para o consumo humano e para a reprodução social das famílias atingidas, como sustentar tamanha e súbita inviabilidade do empreendimento, que prossegue em formas cada vez mais excludentes, diante dos riscos ambientais e dos agravos à saúde da população?



Propriedade Privada.
Não ultrapasse.



Uma empresa do Grupo EBX

SEÇÃO 4

A QUESTÃO FUNDIÁRIA: PRIVATIZAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO

O Brasil vive um cenário de contrarreforma agrária neste início de século XXI. Apesar da intensa luta dos movimentos sociais rurais nas últimas duas décadas do século XX e na primeira década do século XXI, não só a estrutura fundiária brasileira não foi desconcentrada, como vemos hoje um avanço do grande capital sobre a terra no país, impulsionado pela expansão do agronegócio, pelos interesses ligados à exploração mineral e pelos empreendimentos energéticos, turísticos, industriais e de infraestrutura. Tudo isto em detrimento das populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, assentados da reforma agrária e camponeses em geral.

Dados do Cadastro do Incra mostram que aumentou a concentração fundiária no país, pois a área ocupada pelas grandes propriedades subiu de 51,63% em 2003 para 56,12% em 2010, com a área média destas crescendo de 1.910 ha para 2.443 ha²³.

Mas o que se está denominando de contrarreforma agrária é um processo mais amplo que, além da dimensão fundiária, inclui as dimensões econômica, produtiva, tecnológica, ambiental e trabalhista. Em outras palavras, estamos falando do aprofundamento de um modelo agrário calcado (1) na concentração das terras, da renda e da riqueza no campo; (2) na subordinação da agricultura aos interesses das grandes corporações transnacionais por meio das técnicas utilizadas no processo de produção (sementes, agroquímicos, máquinas e equipamentos), do processamento agroindustrial e do monopólio da comercialização; (3) no aprofundamento da insegurança alimentar, diante da concentração da produção em *commodities* em detrimento dos alimentos básicos; (4) na devastação ambiental (desflorestamento e contaminação química de solos, águas, alimentos e trabalhadores) e na superexploração do trabalho (incluindo os casos de trabalho escravo e as mortes por exaustão)²⁴.

Ora, se reforma agrária, por definição, é desconcentração fundiária e democratização da terra, da renda, da riqueza e do poder no campo, definitivamente, o que estamos vivendo no Brasil é seu oposto, pois a concentração da terra está se ampliando, assim como da renda e da riqueza e o agronegócio se torna cada vez mais poderoso, amparado pela mídia, por segmentos crescentes da intelectualidade e pela cada vez mais numerosa e poderosa bancada ruralista.

24 Como decorrência disto, a importação de feijão cresceu de 110 mil toneladas para 400 mil toneladas entre 2009 e 2013, enquanto a produção caiu de 3,5 milhões de toneladas para 2,9 milhões de toneladas no mesmo período. No caso do arroz, a queda na produção foi de 12,6 para 11,6 milhões de toneladas, elevando as importações para 1 milhão de toneladas. A produção de trigo recuou de 5,9 para 4,3 toneladas, fazendo as importações subirem de 5,6 para 7,2 milhões de toneladas. Por sua vez, a produção de soja cresceu de 57 para 82 milhões de toneladas. (Teixeira, 2013).

25 Na dimensão fundiária, além do já citado aumento da concentração, cabe destacar o avanço do capital estrangeiro sobre as terras no Brasil. No caso do setor sucroalcooleiro, por exemplo, as empresas estrangeiras já controlam 58% das usinas de açúcar e álcool, sobretudo através da Bunge, da Cargill e da Shell (Carvalho, 2013). Este controle das grandes corporações transnacionais sobre a agricultura brasileira, se reflete ainda na concentração cada vez maior da produção agropecuária brasileira nos produtos que interessam a estas corporações, em detrimento das necessidades alimentares da população do país.

Ao mesmo tempo e também movido pelo interesse exportador, tem-se ainda o avanço do setor minero metalúrgico sobre novas áreas de exploração, impactando comunidades inteiras, e fortalecendo este movimento de contrarreforma agrária que vem se impondo, por meio de aquisições de ativos fundiários, ocupação de terras desapropriadas com recurso público ou com concessões de uso a longo prazo. Este setor muito se aproxima dos interesses do agronegócio, quando analisado o lobby conjunto frente aos investimentos do PAC para aumentar as obras estruturantes como grandes estradas, barragens, usinas e empreendimentos de energia. O setor também atua de forma sistemática na revisão dos marcos legais, assim como no Código Florestal, o Código da Mineração está sendo desmontado (PL 5.807/2013) para radicalizar a exploração mineral no Brasil, garantindo ainda mais o direito a propriedade a longo prazo (concessões) e certamente uma reestruturação fundiária do setor.

Este quadro geral se materializa no caso do Projeto Minas-Rio através de 12 questões básicas: (1) desapropriação, por suposta utilidade pública, dos agricultores de São João da Barra-RJ e transferência de suas terras a preços irrisórios para o controle privado; (2) pressão sobre famílias em São João da Barra-RJ para venda das terras a preços irrisórios; (3) reassentamento ilegal e inadequado das famílias desapropriadas em São João da Barra-RJ; (4) ação de desmobilizadores sociais para antecipar possíveis reações contrárias das populações atingidas, buscando cooptar lideranças locais e dividir as comunidades; (5) ameaça de despejo de famílias do assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos-RJ em função da construção de uma variante da BR-101; (6) ameaça de expulsão de famílias dos assentamentos Ilha Grande e Che Guevara em função da criação do Parque Estadual da Lagoa do Açu, como compensação ambiental dos danos causados pelo CIPA; (7) desapropriação de agricultores por suposta utilidade pública em Conceição do Mato Dentro-MG e demais municípios para instauração das minas e dos dutos por preços irrisórios; (8) reassentamento inadequado das famílias em Conceição do Mato Dentro-MG e região; (9) ação de desmobilizadores sociais sobre famílias em Conceição e região para venda das terras a preços irrisórios; (10) destruição de formas comunitárias tradicionais de uso da terra em Minas Gerais; (11) invisibilidade e desconhecimento de comunidades atingidas em Conceição do Mato Dentro-MG; e (12) fragmentação do processo de licenciamento ambiental;

Todos estes aspectos nos colocam diante da questão agrária e certamente evidencia um processo de reconcentração de terras ao modo de implantação do empreendimento, desdobrando em impactos profundos na vida das famílias atingidas.

No Rio de Janeiro, o processo de desapropriação começou ainda em junho de 2008, quando o Governo do Estado do RJ publicou um decreto no qual declarava uma área de 7.200 hectares de interesse público, a qual deveria ser desapropriada, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin). Essa área, localizada no 5º Distrito de São João da Barra, era basicamente ocupada por pequenos agricultores, que produziam principalmente abacaxi, quiabo, maxixe, jiló e leite, contribuindo significativamente para o abastecimento dos mercados local, regional e da própria região Metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo o Decreto, estes agricultores deveriam dar lugar ao condomínio industrial previsto no projeto. É importante salientar, que tanto o condomínio industrial, quanto o porto são empreendimentos privados, embora contassem com significativos recursos públicos para sua implantação. No entanto, as desapropriações estão sendo feitas com recursos de uma autarquia pública, numa absurda “parceria público-privada” que só beneficia o capital, não à toa a questão das desapropriações e as garantias previstas no “reassentamento” dos atingidos foram pautas ocultas e pouco esclarecedoras nas audiências públicas promovidas pelo INEA e CODIN.

Trata-se, neste caso de uma política de reassentamento compulsória, muito comum nas ações de “compensação” de grandes projetos de desenvolvimento, onde acredita-se que a troca de “terra por terra” atende aos critérios de sustentabilidade dos empreendi-

mentos, se eximindo de considerar os efeitos destes deslocamentos nos modos de vida das populações e em suas relações afetivas, simbólicas, culturais.

Os indícios de irregularidades nesse processo de retirada dos trabalhadores rurais da área para a implantação do CIPA envolvem tanto as áreas que teriam sido adquiridas pelo Grupo EBX quanto pela Codin. Há o caso da fazenda Saco D´Antas, que pertencia à falida Usina Baixa Grande, foi ocupada pelo MST em 1999, mas não foi desapropriada pelo Incra, sob argumento de ser uma área inadequada para a criação de um assentamento rural devido aos solos arenosos. Desde então, várias famílias lá se mantiveram como posseiros e em 2008 foram impedidos de entrar na área. Os que moravam foram transferidos para a Fazenda Pontinha, os que só plantavam e/ou criavam animais nada obtiveram. Alguns destes entraram na Justiça solicitando reintegração de posse com base no instituto do usucapião, mas não há sentenças definitivas. A situação jurídica atual da fazenda Saco D´Antas é uma incógnita, alguns dizem que foi comprada legalmente pelo Grupo EBX, outros que essa compra foi ilegal, pois a área pertenceria ao Banco do Brasil em função das dívidas acumuladas pela Usina Baixa Grande, mas de qualquer forma há fortes indícios de grilagem (AGB, 2011).

Os deslocados originalmente da Saco D´Antas para Pontinha foram depois transferidos para a fazenda Palacete, que pertencia à Usina Barcelos, do Grupo Othon e teria sido adquirida pelo Grupo EBX, embora tal transferência ainda não tenha sido registrada no Cadastro Rural. Lá foi criada a Vila da Terra, onde cada família tem direito a uma casa e de 2 a 10 ha para plantio e criação. As famílias chegaram em 12 de setembro de 2011 com a promessa de terem um documento definitivo em 6 meses, o que não foi cumprido. O contrato diz que as famílias receberão as escrituras seis meses após a regularização da situação jurídica da terra, o que segundo informações que circulam na região está emperrado por disputas judiciais em torno do controle da área envolvendo os Grupos EBX e Othon e a justiça trabalhista (Idem, ibidem).

Além disso, a produção - numa área degradada e com condições completamente diferentes daquelas nas quais estavam acostumadas a produzir - dificulta ainda mais esta adaptação. Reclamam ainda do isolamento, já que a área é distante de núcleos urbanos, da infestação de insetos, do intenso calor, bem como da constante vigilância a que são submetidos pelos seguranças e demais funcionários da empresa que administra a Vila. Acrescente-se a violência produzida contra o modo de vida dos agricultores, transferidos para uma área com uma lógica urbana de planejamento, em lotes quadrados, sem árvores e com restrições para a construção de benfeitorias. Outro ponto importante é o controle das assembleias e reuniões da associação de moradores e agricultores da Vila pela LLX.

FOTO 20 – VILA DA TERRA (REASSENTAMENTO) – FAZENDA PALACETE



Fonte: LLX

Em visita ao reassentamento Vila da Terra, em março de 2012 a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pôde constatar as denúncias feitas por moradores do 5º Distrito, das quais se destacam no fragmento abaixo:

FIGURA 4 – PRINCIPAIS VIOLAÇÕES CONSTATADAS PELO COMISSÃO – VILA DA TERRA, MARÇO DE 2012

- **A Titulação dos Lotes:** As famílias ainda não receberam o Título de Propriedade dos Lotes em que foram reassentados. De acordo com os moradores, a CODIN informou que no prazo de 6 (seis) meses os reassentados receberiam a titulação definitiva de suas novas terras. **O prazo inicialmente determinado já teria vencido e os moradores não obtiveram maiores esclarecimentos sobre essa questão.**

Em breve encontro com representantes da CODIN em SJB, obtivemos a informação que a fazenda comprada para implantação da Vila da Terra, anteriormente pertencente ao Grupo OTHON, pela Empresa LLX, ainda não teve seu processo de transferência de propriedade concluído.

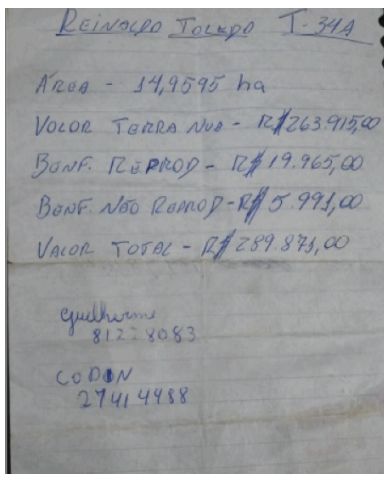
- **Construção de Benfeitorias de Alvenaria:** As famílias estão impedidas de construir benfeitorias nos lotes antes de receberem a titulação, a exemplo de garagens e etc.
- **Produção Agrícola:** No acordo feito com as famílias no processo de reassentamento, a CODIN e a LLX comprometeram-se a dar toda a infraestrutura para produção agrícola, o que não ocorreu ainda. **Os reassentados foram orientados a não iniciar a produção, em especial a de culturas permanentes (árvores frutíferas, por exemplo).**
- **Eletificação:** **A energia elétrica na Vila Terra é fornecida por geradores, uma vez que ainda não foi instalado o sistema de eletificação pela AMPLA. As famílias não foram informadas de um prazo.**

Fonte: ALERJ [2012]

O Grupo EBX também teria adquirido da Usina Barcelos a fazenda Caruara, para a qual está prevista a implantação de uma RPPN, como parte da compensação ambiental pelos danos provocados pela instalação do CIPA, e contraditoriamente como já analisado na Seção 3, uma termelétrica à carvão mineral (hoje cancelada).

No caso das áreas que estão sendo desapropriadas pela CODIN, os problemas envolvem a forma de notificação, erros de vistoria, subavaliação e assédio moral. A ASPRIM relata que as famílias têm sido intimidadas por agentes de segurança privada, contratados pela LLX, pela Polícia Militar do 8º Batalhão de Campos e por ações criminosas, como o caso de agricultores que tiveram suas terras e lavouras invadidas e destruídas em pleno final de semana e no período noturno. Por outra, as tratativas da CODIN no caso das desapropriações têm sido as piores possíveis, com ações fraudulentas, onde grande parte das famílias têm recebido - a título de garantia e negociação de suas terras - um pequeno rascunho de papel, sem carimbo, assinatura, marca oficial da instituição, apenas anotações a caneta registrando o valor venal da terra, o valor das benfeitorias e o valor a ser pago na desapropriação. Não há nestes casos, nenhum mandato oficial da justiça, muito menos a presença de agente judiciário para acompanhar o processo.

FIGURA 5 – FOTO DA NOTIFICAÇÃO EMITIDA PELA CODIN NAS DESAPROPRIAÇÕES



Fonte: AGB (2011)

Somente na fase de implantação da UCN (fase 1) foram despejados cerca de 80 pequenos produtores rurais, além de desapropriados 1.403 lotes urbanos localizados no distrito de Barra do Açu. De toda forma, fica evidente que o artigo 265 da Constituição Estadual do RJ - que prevê que em caso de remoção deve haver negociação com as famílias para garantir o reassentamento das mesmas - foi desrespeitado, uma vez que as famílias são unânimes em afirmar que a fazenda Palacete não oferece condições adequadas para o reassentamento, pois trata-se de terras degradadas e de áreas irrisórias.

Também não foi cumprida a obrigatoriedade de indenização prévia e desenvolvimento de programas de readaptação também anteriores à remoção, pois as famílias foram removidas antes das novas residências terem sido concluídas, assim como deixaram de plantar em suas terras antes de terem os novos lotes entregues. Cabe ressaltar também a baixa, insuficiente e frágil assessoria jurídica prestada às famílias.

Especialmente nas localidades de Água Preta e Mato Escuro (São João da Barra) há forte insatisfação de trabalhadores com o fato de que placas simplesmente foram colocadas indicando a desapropriação das terras e sua destinação para unidades do CIPA, sem que qualquer esclarecimento tenha sido prestado aos trabalhadores. Moradores relataram inclusive que laçadores foram contratados para capturar gado dos pecuaristas da região e soltá-los à noite, no meio da estrada, como forma de pressioná-los a sair da área.

FOTO 21 – PLACA FIXADA PELA CODIN NAS TERRAS DOS PEQUENOS AGRICULTORES, DEMARCANDO SUA “PROPRIEDADE PRIVADA”



Fonte: Blog Marcos Pedlowski

Há indicações de processos diferenciados na negociação com grandes e pequenos proprietários, além do total desrespeito a posseiros, parceiros e arrendatários. Enquanto vultosas indenizações teriam sido pagas aos grandes proprietários, nada seria garantido aos pequenos produtores. Nas negociações com os pequenos sempre vem à tona a baixa fertilidade das terras como argumento para redução das indenizações.

Segundo a ASPRIM, a discussão sobre os preços praticados nas indenizações e a nova condição de vida e trabalho já foram apresentadas às famílias como dadas, inclusive o novo “arranjo habitacional” do tipo “condomínio rural moderno” previsto na fazenda Palacete e o preço a ser pago pelo metro quadrado na desapropriação, menos de R\$ 2, ou seja R\$ 20.000 por hectare. Cálculo realizado a partir dos laudos de vistoria encomendados pela Codin, indica um valor médio de R\$ 15.576 por hectare. Segundo reportagem de novembro de 2011 o Grupo EBX fechou contrato de aluguel com uma empresa francesa, no valor de R\$ 63.437 por hectares/mês (<http://www.infomoney.com.br>). Em março de 2012, outro contrato foi estabelecido, desta vez com uma empresa dos EUA com valor equivalente a R\$ 57.361 por hectares/mês (<http://www.brasileconomico.com.br>). Trata-se de um exemplo inquestionável da lógica da acumulação por espoliação de que nos fala Harvey (2004), afinal o Grupo EBX obtém terras através de uma ação de desapropriação por utilidade pública por meio da Codin por menos de R\$ 16 mil por hectare e as aluga por até 4 vezes esse valor ao mês!!!! Com ganhos tão extraordinários fica até difícil entender como o Grupo conseguiu falir...

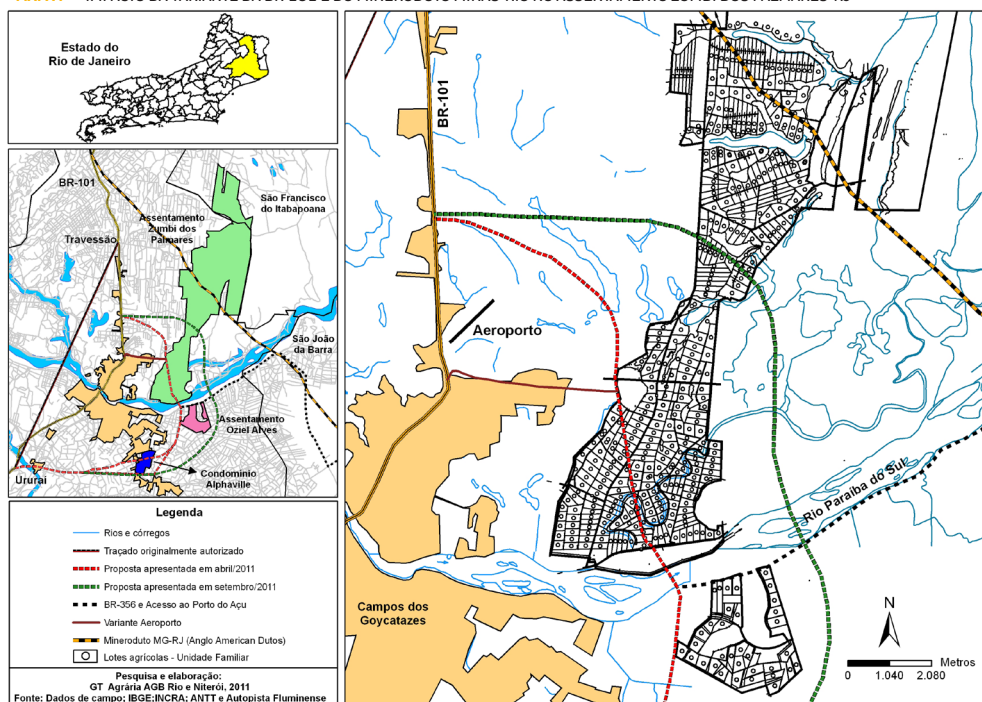
Ao mesmo tempo, de forma indireta há o impacto da instalação do corredor logístico (rodovias, ferrovias, linha de transmissão de energia elétrica) que servirá ao Complexo do Açú. Este inclui a construção de uma variante da BR-101, a ser duplicada a partir do distrito de Ururá até Travessão. O projeto original de duplicação da BR-101 previa uma variante mais curta que cortava a cidade de Campos a oeste, enquanto a nova proposta de variante, aprovada pelo governo do Estado, deverá aproveitar a rodovia municipal que atravessa o assentamento de reforma agrária Zumbi dos Palmares. Este assentamento é um símbolo da luta pela reforma agrária no norte fluminense, conquistado há quase 15 anos pela luta dos trabalhadores sem terra na região dominada pelos latifúndios canavieiros, em terras da antiga Fazenda São João, situada entre os municípios de Campos e São Francisco do Itabapoana. O novo traçado deixa a BR-101, que é a principal via de escoamento da produção, mais próxima do CIPA, além de facilitar a expansão da malha urbana do município de Campos a leste.

Ao cortar o assentamento, a duplicação da rodovia deverá impactar famílias de agricultores dos núcleos II e III do assentamento Zumbi dos Palmares. Vale dizer que o mineroduto também passa por dentro dos lotes do assentamento Zumbi dos Palmares, diminuindo lotes e cortando brejo e lagoas. Oficialmente os assentados nunca foram notificados sobre o projeto de duplicação da rodovia, entretanto, se mobilizaram para cobrar explicações de autoridades federais, estaduais e municipais, a partir de notícias veiculadas na imprensa local. A reação dos assentados parece ter surtido efeito e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, órgãos responsáveis pelo setor, teriam decidido retomar o traçado original, mas os assentados também não foram oficialmente comunicados. Esta indefinição gerou inclusive um episódio tragicômico: um deputado poderoso na região, marido da prefeita de Campos, foi ao assentamento e mostrou um mapa para os assentados para provar que a rodovia não passaria na área do assentamento, porém o referido mapa omitia dois dos cinco núcleos em que se subdivide o assentamento...

Por fim, há um terceiro tipo de impacto, o das compensações ambientais. Além das fazendas adquiridas e das terras transferidas pelo poder público ao empreendimento, a reorganização fundiária da região também se complexifica a partir da criação de novas unidades de conservação, decorrentes das compensações do empreendimento. Conforme des-

crito na Seção anterior, famílias de 33 comunidades rurais terão restringido suas práticas e atividades agrícolas por conta do Parque Estadual da Lagoa do Açu, mas também impactos diretos na ocupação e permanência de 22 famílias dos assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, que foram literalmente ignorados no processo de criação da unidade.

MAPA 7 – IMPACTO DA VARIANTE DA BR-101 E DO MINERODUTO MINAS-RIO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ



Já em Minas Gerais os processos não foram distintos dos verificados no Rio de Janeiro. O processo de aquisição de terras para implantação das minas em Conceição do Mato Dentro iniciou-se em 2006, de forma dissimulada, através de um corretor que dizia querer comprar terras para a criação de cavalos e para a preservação de matas. Este atuava em nome de uma empresa denominada Borba Gato Agropastoril S.A., por coincidência, nome de um bandeirante paulista que se notabilizou por seguir à frente das expedições, limpando o caminho da presença indígena e outros perigos.

Além da dissimulação outro problema verificado na área diz respeito ao impacto deste processo de transferência de terras para as mãos do capital privado, numa área onde havia uma forma peculiar de uso comum das terras, as chamadas terras no bolo. Era tradição na região, sobretudo no entorno da Serra da Ferrugem, a presença de pequenos sítios familiares, territorialmente articulados entre si, a partir de relações de parentesco, muitas vezes assentadas sobre terrenos de herança mantidos em comum, localmente designados terras no bolo da família. Nestas se combinava a apropriação privada das terras baixas - utilizadas para plantio, criação e morada - com o uso comum dos terrenos montanhosos e da água (SANTOS, 2009, p. 26 a 28 apud REPRESENTAÇÃO MPF). Algumas das comunidades onde esta forma de uso comum das terras era tradição eram compostas por famílias afrodescendentes, remontando a um passado de escravidão ou a um tempo próximo à abolição (IDEM). (p.18)

As terras no bolo representavam ainda uma estratégia de segurança frente às vicissitudes do processo migratório, pois era comum o retorno às terras que haviam ficado sob a guarda de parentes daqueles que migraram e tiveram que retornar. Como as terras no bolo, em geral, não possuíam documento,

“as estratégias para sua aquisição envolveram um forte assédio aos herdeiros, que eram abordados separadamente e pressionados a vender seus direitos, sob o argumento da inexorabilidade da obra. Processos extremamente conflituosos, violentos e desagregadores foram desencadeados pelo método de negociação da empresa, que favorecia ou aprofundava desacordos entre herdeiros...” (SANTOS, 2009, p. 48/49).

Outra dimensão das mudanças fundiárias na região foram (são) as desapropriações. Segundo documento encaminhado pela Comissão de Atingidos ao Ministério Público Federal, em representação no ano de 2012, o governo estadual decretou serem de utilidade pública terras destinadas à desapropriação para instalação de dutos e minas em favor da AngloFerrous.

“Para garantir os investimentos e a implantação desse projeto, os governos estaduais e federal tomaram várias medidas e criaram uma série de incentivos fiscais. No caso de Minas Gerais, declarou-se de utilidade pública para desapropriação, em favor da empresa AngloFerrous Minas-Rio Mineração S.A., as faixas de terras necessárias à construção das instalações complementares ao empreendimento mineroduto Minas-Rio e à implantação das minas de minério de ferro e da usina de beneficiamento, localizadas nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas respectivamente. Desapropriou também 752 propriedades nos 25 municípios por onde passará o mineroduto. Para instalação das obras e demais atividades de infraestrutura, decretou serem de utilidade pública as áreas para intervenção e supressão de vegetação primária ou secundária, em qualquer estágio de regeneração, localizadas no Bioma Mata Atlântica, áreas de preservação permanente ou em outros espaços especialmente protegidos (REPRESENTAÇÃO MPF, 2012: p. 03)

Neste processo de desapropriação, as terras adquiridas eram cercadas e os moradores impedidos de por elas circular, o que impedia a continuidade do uso coletivo e o acesso à água. Além disso, a empresa ainda realizava medições de terra sem o conhecimento dos proprietários; entrava em propriedades para medir água, sem licença ou autorização; abria caminhos e cercas (para passagem de veículos pesados e máquinas), removia ou colocava novos mata-burros, porteiras e outras estruturas.

No que se refere à população atingida pelo empreendimento, destacam-se duas situações principais:

- a) a dos que foram despejados das terras que ocupavam e reassentados em condições precárias;
- b) a dos que permanecem em suas terras, mas tiveram as condições de reprodução social comprometidas.

Desde o início das obras, em 2008, a população que deveria ser reassentada sofre com danos à estrutura física das casas, devido ao desmonte de rochas, além dos incômodos causados pela convivência diária com as obras, como: excesso de trânsito de veículos e pessoas, poeira, poluição das águas, aumento da violência, visitas de trabalhadores da empresa etc. Algumas famílias já receberam suas casas, entretanto há diversas outras que continuam convivendo com os transtornos causados pelas obras.

Os atingidos que foram reassentados enfrentam ou enfrentaram problemas com a nova moradia, que vão desde aquelas de que a casa não atende às necessidades da família, até as que afirmam a má qualidade da construção civil. Há registros de atingidos que se sentiram forçados a se mudarem antes que as obras terminassem ou que não tiveram

opção de escolha por terrenos em lugares mais adequados às necessidades das famílias. (DIVERSUS: 2010, p. 246):

Além disso, os reassentados estão recebendo CONTRATO DE COMODATO COM PRAZO DE 2 ANOS com cláusula que obriga a desocupação ao final destes 2 anos, caso solicitado pela ANGLO, sem garantias de transferência de registro definitivo de terras, diferentemente do que foi acordado anteriormente. (IDEM, p.48).

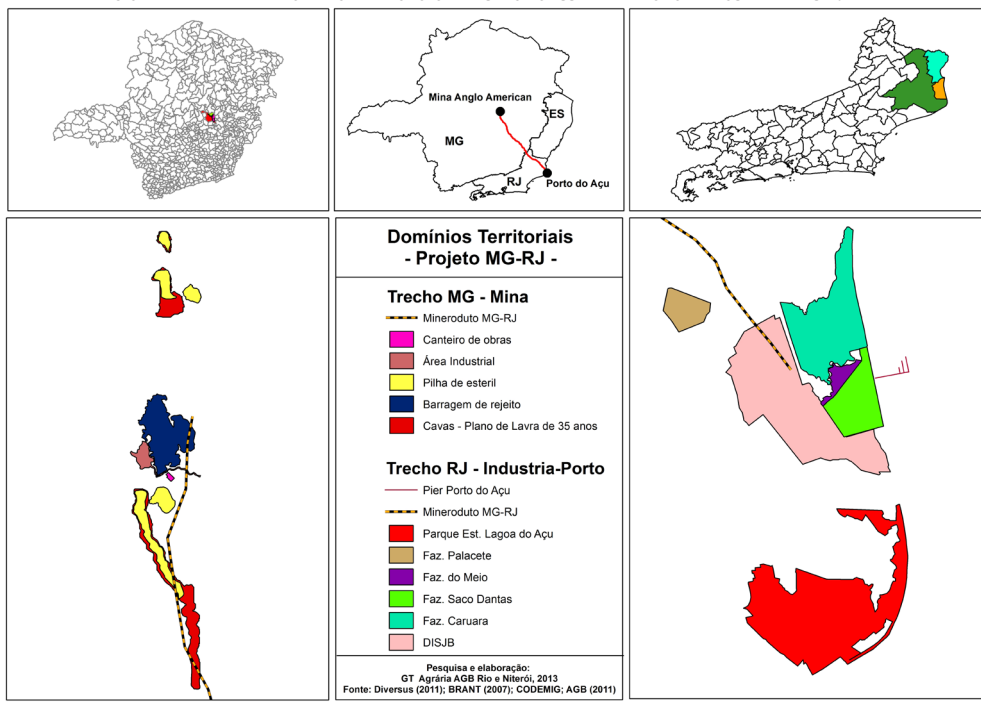
Enfim, o Projeto Minas-Rio está produzindo incertezas, ameaças e indignação, em função do atropelo dos direitos sociais, ambientais e fundiários das famílias atingidas, diante da prioridade dada pelas autoridades aos interesses do grande capital em detrimento das condições de vida da população. Com os processos desapropriatórios e a aquisição de terras nas regiões do empreendimento uma mudança radical está em curso - sobretudo no que se refere a questão da terra - com evidências concretas de reconcentração fundiária e privatização de recursos. A Tabela 5 e o Mapa 8 evidenciam este processo e a totalidade das áreas que estão sendo transferidas para o controle do capital privado, em detrimento de pequenos agricultores e pescadores artesanais.

TABELA 5 – DOMÍNIOS TERRITORIAIS CONCENTRADOS PELO PROJETO MINAS-RIO

DOMÍNIO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (HA)
TRECHO MINAS GERAIS		
LAVRA	ITAPANHOACANGA	872,5
PILHA DE ESTÉRIL E CAVA	ITAPANHOACANGA	1.470,72
PILHA DE ESTÉRIL E LAVRA	SAPO E FERRUGEM	641,08
LAVRA, PILHA DE ESTÉRIL, ITM, CANTEIRO DE OBRAS, SUB-ESTAÇÃO DE ENERGIA, ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO E BARRAGEM	SAPO	619,27
LAVRA	SAPO E FERRUGEM	1.538,79
BARRAGEM DE REJEITO E ITM	SAPO	1.439,52
BARRAGEM DE REJEITO	FAZENDA ÁGUA SANTA	3,21
ITM	SAPO	56
LAVRA	FERRUGEM	9,6
LAVRA	SAPO E FERRUGEM	17,48
LAVRA	FERRUGEM	2,08
LAVRA	SAPO	32,9
LAVRA	SAPO	4,75
BARRAGEM DE REJEITO	SAPO	3,75
ITM	SAPO	94,5
TOTAL MG		6.806
TRECHO RIO DE JANEIRO		
Fazenda Caruara	SÃO JOÃO DA BARRA	4.234
Fazenda Saco Dantas	SÃO JOÃO DA BARRA	1.935
Fazenda Pontinha	SÃO JOÃO DA BARRA	1.141
Fazenda do Meio	SÃO JOÃO DA BARRA	382
Fazenda Palacete	SÃO JOÃO DA BARRA	945
Parque Estadual da Lagoa do Açú	CAMPOS DOS GOITACAZES	8.251
Distrito Industrial de São João da Barra	SÃO JOÃO DA BARRA	7.200
TOTAL RJ		24.088
TOTAL GERAL		30.894

Fonte: MINAS GERAIS (2008); AGB (2011);

MAPA 7 – IMPACTO DA VARIANTE DA BR-101 E DO MINERODUTO MINAS-RIO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

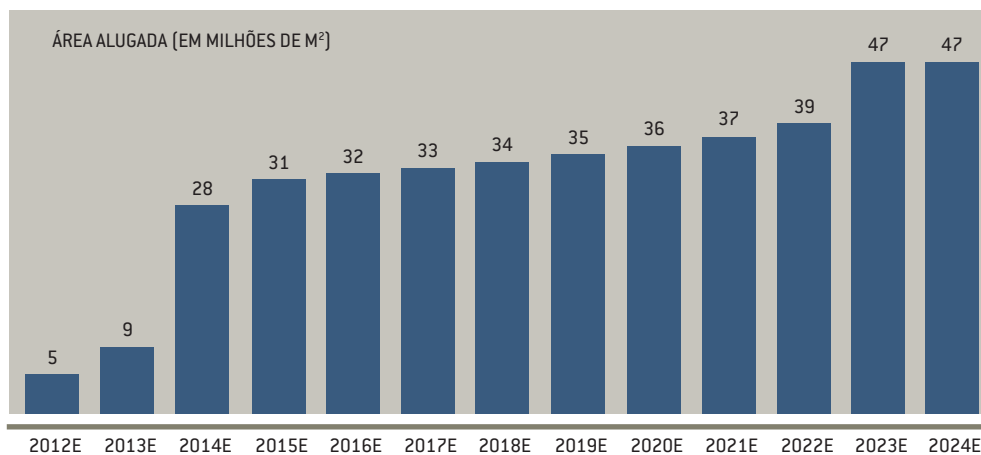


São 6.806 ha em Minas Gerais - destinados à extração mineral, pilhas de estéril e área de deposição de rejeitos - e 24.088 ha no Rio de Janeiro - envolvendo o porto, o distrito industrial e as áreas de reassentamento e compensação ambiental. No total são 30.984 ha transferidos para o controle das empresas privadas. Só a área do Rio de Janeiro é o triplo da área do maior assentamento rural do estado, justamente o Zumbi dos Palmares ameaçado pelo corredor logístico que tem cerca de 8 mil ha.

Se tomarmos por base os gastos médios da CODIN para desapropriação das áreas do Distrito Industrial de São João da Barra, de R\$ 15 mil/ha, teríamos um gasto total de R\$ 464.760.000 para obtenção de todos os 30.984 ha que fazem parte do Complexo Minas-Rio. Por outro lado, se considerarmos os ganhos mensais da LLX com o aluguel de áreas industriais, de R\$ 60 mil mensais, teríamos um rendimento total de R\$ 22.308.480.000 por ano com a utilização dos mesmos 30.984 ha. Isto é, um ganho 48 vezes, mais o valor que seria gasto com a aquisição das terras. Isto se tivessem pago por elas...

A LLX é mais modesta e, em novembro de 2012, apresentou Laudo de Avaliação do Banco MerrillLynch que previa em 12 anos receita de R\$ 7,3 bilhões com aluguel de terras no Açú. Ainda assim não deixa de ser um grande negócio para quem nada desembolsou por estas terras...

GRÁFICO 3 – AVALIAÇÃO PROSPECTIVA DE ÁREAS ALUGADAS NO AÇU



Fonte: Blog Roberto Moraes

Enfim, esse é o cenário em que o estado expropria e retira direitos de agricultores, pescadores e moradores de comunidades do interior para atender aos interesses do grande capital. Afinal, como nos diz Fontes em sua análise sobre o capital-imperialismo no Brasil,

“...as expropriações são a contraface necessária da concentração exacerbada de capitais e (...) a forma mais selvagem da expansão do capitalismo. (...) Essa é a marca original do capital - seu desenvolvimento propulsa a socialização da existência em escala sempre ampliada, mas somente pode ocorrer impondo processos dolorosos de retrocesso social. (Fontes, 2010, p. 93)

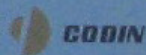
A análise da questão fundiária, portanto, permite concluir que há quatro estratégias utilizadas tanto em Minas como no Rio de Janeiro, que parecem configurar um modus operandi unificado por trás da implantação desses grandes projetos de desenvolvimento, quais sejam: (1) a desapropriação, por suposta utilidade pública, dos agricultores com a transferência de suas terras a preços irrisórios para o controle privado; (2) pressões sobre as famílias para venda das terras a preços irrisórios; (3) reassentamento ilegal e inadequado das famílias desapropriadas; (4) ação de desmobilizadores sociais para antecipar possíveis reações contrárias das populações atingidas, buscando cooptar lideranças locais e dividir as comunidades.

O Complexo Minas-Rio faz parte da lógica de desenvolvimento em curso hoje no país que faz com que agronegócio e minérios respondam juntos por 68% do valor das exportações em 2012 (Teixeira, 2013), às custas do sofrimento de trabalhadores e moradores do campo. Tudo isto em nome de um desenvolvimento que implica cada vez mais concentração de terra, renda e riqueza e deixa um rastro de violência e degradação social e ambiental. É a contrarreforma agrária em andamento, capitaneada pelo grande capital de mãos dadas com o Estado brasileiro.

Propriedade Privada da CODIN

Futuras instalações do Distrito Industrial
de São João da Barra - DISJB

Companhia de
Desenvolvimento Industrial
do Estado do Rio de Janeiro



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SOMANDO FORÇAS

SEÇÃO 5

ATINGIDOS E UNIDOS: LUTAS E RESISTÊNCIAS AO PROJETO MINAS-RIO

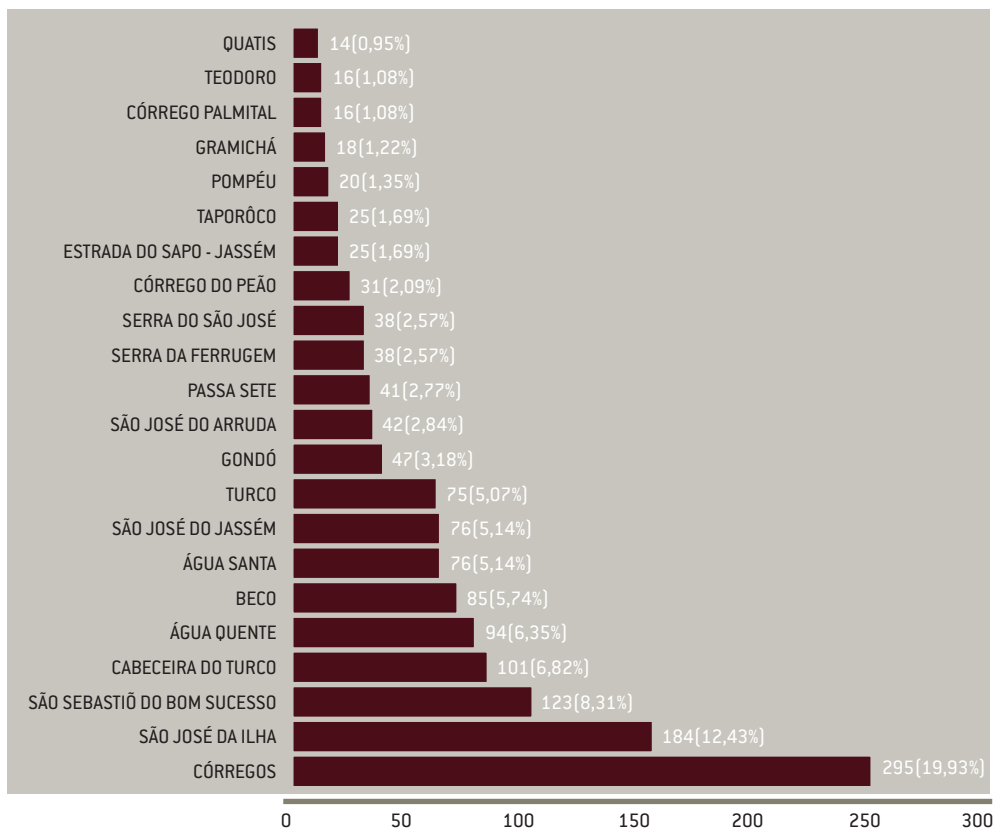
A população diretamente atingida pelo Projeto Minas-Rio vem sendo violada pela implantação da obra desde 2007. Seja em Minas Gerais ou no Rio de Janeiro, os casos convergem para uma situação grave que vincula abusos por parte do empreendimento, ação desmedida do poder público, incluindo o uso da força policial, remoções compulsórias por desapropriações, desmembramento de comunidades inteiras, mudanças na economia local, migrações, imobilidade, aumento da violência e perda de sociabilidade, além de greves trabalhistas, paralisações da obra, manifestações e protestos de todas as ordens.

Trata-se de um caso explícito de injustiça socioambiental e atinge frontalmente o espaço agrário e agrícola de 32 municípios diretamente envolvidos, e assim reproduz mais um episódio de profundas mudanças na vida e no cotidiano das populações rurais. Os atingidos envolvem desde agricultores camponeses, pescadores artesanais, moradores de povoados rurais, comunidades tradicionais, artesãos, pequenos comerciantes, trabalhadores rurais, meeiros e assentamentos de reforma agrária. Envolve diretamente o impacto sobre a segurança alimentar, sobre o modo de vida camponês e a produção agrícola, o que coloca também em questão toda a sociedade urbana como atingida.

Em Minas Gerais, próximo de 1.500 pessoas serão diretamente atingidas pelas obras da mina e demais projetos, em 22 comunidades rurais e povoados localizados nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim (DIVERSUS, 2011). São famílias camponesas, comunidades negras que vivem da agricultura familiar, a partir de quintais produtivos, roças variadas, criações e atividades não agrícolas. O perfil demográfico das comunidades atingidas em MG,

(...) contemplou a 417 domicílios, dos quais 405 (97,12%) com moradores e 12 (2,88%) sem moradores permanentes. Foram caracterizadas 1.480 pessoas vivendo em 22 localidades, que vão desde distritos, passando por comunidades bem delimitadas a até regiões formadas por uma sequência de propriedades ao longo de uma estrada de referência, caso da estrada entre São José do Jassém e o distrito de São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo) (DIVERSUS, 2011 p.37).

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS NAS COMUNIDADES ATINGIDAS EM MINAS GERAIS PELAS OBRAS DA MINA E PROJETOS ASSOCIADOS



Fonte: DIVERSUS (2011)

A maioria desta população atingida compõe a faixa etária de 10 a 19 anos, configurando uma expressiva população de jovens na área diretamente atingida, ao que se demonstra pela pirâmide etária “que a população jovem está aumentando em relação à adulta e principalmente às faixas etárias mais elevadas” (p. 39). Além disso, pelo “que foi observado em campo, a base da pirâmide não é mais larga porque parte da população jovem se desloca para centros maiores em busca de oportunidades de estudo e mesmo de trabalho, embora fique claro que grande parte dela permanece na região.” Com a implantação da mina, que exigirá trabalho qualificado e especializado, este quadro tenderá a se aprofundar.

Quase 65% da população atingida em MG é formada por moradores e agricultores locais, nascidos e criados na área rural daqueles municípios, que, com o longo tempo de convívio e relações com o território possibilitou estruturar uma economia local com base na produção de alimentos. Esta população tem ainda uma relação profunda com a paisagem, desde os sopés e topos de montanhas e com os cursos d’água, como córregos, poços e cachoeiras, usados para banho, lazer, pesca e comemorações (DIVERSUS, 2011). Além disso, o fator cultural (vizinhos, festas, amizades, visitas de parentes), em mais da metade dos domicílios atingidos é o aspecto mais presente na vida desta população e também é o fator mais expressivo quanto ao impacto na mineração na região.

A renda média mensal dos domicílios gira em torno de R\$ 1.178, demonstrando a viabilidade do modo de vida local e a constituição de uma economia camponesa importante para os municípios, já que foram contabilizados um efetivo bovino de 1.888 animais, sobretudo gado leiteiro para consumo e venda local; 9.289 aves, sobretudo como estoque de proteína e segurança nutricional das famílias; 466 suínos, além de um efetivo menor de equinos, caprinos e mulas, para apoio no trabalho rural. Tem-se ainda uma

produção agrícola que mantém fortalecida o consumo diversificado de alimentos e a segurança alimentar, desde os pomares e canteiros de hortaliças, roças de arroz, milho, feijão, cana de açúcar, café, amendoim, além de da produção agroindustrial, como a farinha de mandioca, além da produção de biscoitos e bolos, quitandas, doces, queijo e cachaça (idem, ibidem).

MOSAICO 1 – ATIVIDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES NA REGIÃO IMPACTADA EM MINAS GERAIS



Fonte: DIVERSUS (2011)

As comunidades mantêm fortes laços entre si, por meio de redes de parentesco, pela afinidade religiosa e comemorações, fato que pode ser constatado pela estrutura construída ao longo dos anos, nas pequenas propriedades.

“ A quantidade expressiva de cômodos existentes em mais da metade dos domicílios pesquisados é uma característica comum da região e do interior de Minas. Outro aspecto interessante é a quantidade de cômodos utilizados como dormitório que não somente atende os membros das famílias residentes como também acolhe aqueles que moram fora e têm por hábito visitar com frequência os parentes nos feriados, nas férias escolares e nas épocas de festa nas comunidades” (p.56)

FOTO 22 – DETALHE DE MORADIA TÍPICA EM MINAS GERAIS NA REGIÃO IMPACTADA PELO PROJETO EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO-MG



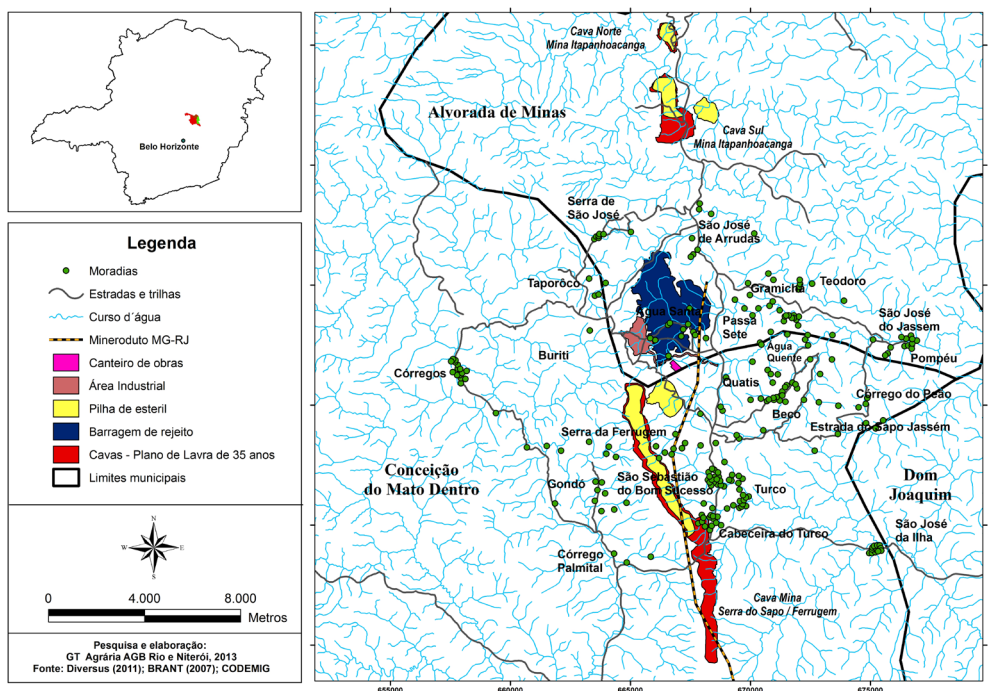
Fonte: DIVERSUS (2011)

FOTO 23 – QUINTAL PRODUTIVO AGROFLORESTAL DA REGIÃO



Fonte: DIVERSUS (2011)

MAPA 9 – COMUNIDADES Atingidas em MG pelo Projeto Minas-Rio



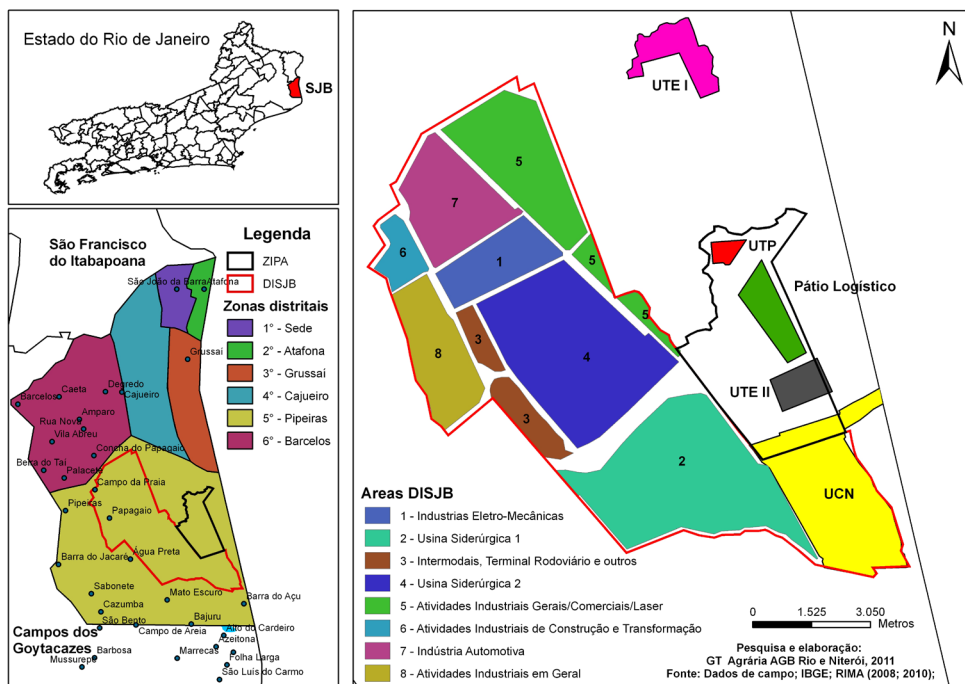
A importância destes espaços - da roça, dos quintais, da farinheira, das hortas - para a manutenção do modo de vida destas famílias não foi devidamente considerada pelos estudos ambientais (EIA/RIMA); pelo contrário, subestimou-se estas potencialidades. O relatório da DIVERSUS (2011) destaca,

“ (...) argumentou-se que os impactos antrópicos do empreendimento eram mínimos, posto que representavam apenas 1,4% da área ocupada com lavouras e pastagens em toda a Área de Influência Direta. Não se importou em saber, algo básico em um Estudo de Impacto Ambiental, quem eram, como viviam e como poderiam ser impactados pelo projeto as pessoas que viviam, produziam ou possuíam outras relações com ou nestes “irrisórios” 1,4% de área “produtiva” dos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, nem tampouco como estes impactos poderiam ser evitados, minimizados ou compensados. Ao se optar, por pressa, imperícia ou má fé, fazer uma descrição genérica sobre a área, que com mínimas adaptações numéricas valeria para qualquer empreen-

dimiento em qualquer lugar de Minas Gerais, os verdadeiros e principais impactos quanto ao meio antrópico foram subsumidos junto com a população existente na área e se transformaram em uma mínima “redução da área produtiva” acarretando na redução da produção leiteira para fabricação de queijo e na redução da produção para subsistência. Portanto, o EIA não foi capaz de entender e avaliar a importância fundamental das roças e dos quintais para a reprodução social destas famílias, assim como da produção de quitandas, doces e farinha de mandioca, fonte de renda tão ou ainda mais importante que o queijo. (...) Tendo em vista uma “falha” de tal monta, fica muito difícil entender como um EIA genérico, válido, sob este aspecto, para quase que qualquer área rural do estado de Minas Gerais, pôde servir de base para a concessão de licenças que permitiram, e permitem, a implantação do empreendimento, pois todas as demais informações relativas ao Meio Antrópico, em que pese sua importância, não podem substituir ao verdadeiro e completamente desconsiderado impacto que o empreendimento gerou, e está gerando, para a vida de todas as pessoas que possuem nome, sobrenome, dignidade e mereciam um mínimo de respeito de todas as partes envolvidas neste processo, desde antes do EIA.” (p. 308)

Já no Rio de Janeiro, trata-se de situação bem semelhante: a região impactada pelo Projeto MG-RJ atinge diretamente áreas ocupadas pela agricultura familiar, pela pesca artesanal, estruturada pela produção de alimentos e pelo modo de vida camponês. Do total de 7.057 pessoas residentes na área rural de São João da Barra (Censo IBGE 2010), mais de 70% se encontram concentrada no 5º Distrito de São João da Barra (Pipeiras), um território essencialmente rural, que possui em torno de 5.000 pessoas vivendo da agricultura, da pesca, de pequenos mercados, comércios e serviços ligados ao turismo. Foi exatamente neste distrito que o Complexo do Porto do Açú foi licenciado pelo governo do estado do Rio de Janeiro.

MAPA 10 – DIVISÃO DOS DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA (MAPA INFERIOR, À ESQUERDA), COM DESTAQUE PARA O PERÍMETRO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE SÃO JOÃO DA BARRA E A ZONA INDUSTRIAL E PORTUÁRIA DO AÇU. NO CENTRO DA FIGURA, O ZONEAMENTO INDUSTRIAL DO DISJB



Na região do 5º Distrito vivem “agricultores familiares, posseiros, pescadores artesanais, trabalhadores assalariados, pequenos comerciantes e outros mais que se reproduzem de maneira associada ao ambiente físico, numa relação de uso pouco impactante. Tradicionalmente, vivem nas brechas e interstícios dos ambientes costeiros, com práticas e costumes tipicamente da agricultura familiar, com pequenos roçados de quiabo, maxixe, banana, aipim, cana, abacaxi, olerícolas diversas, frutíferas, açudes e pequenas criações de cabra, bovinos, suínos e aves.” (AGB, 2011, p.40). Considerando esta trajetória histórica, trata-se de um “continuum sócio-histórico de uso do território, referenciados aos modos de uso e significação próprios aos distintos grupos sociais que vivem na região”.

FOTO 24 – MUTIRÃO DE TRABALHADORES RURAIS NO MANEJO DA LAVOURA DO ABACAXI E MAXIXE NO 5º DISTRITO DE SÃO JOÃO DA BARRA - RJ²⁵



Fonte: DIVERSUS (2011)

FOTO 25 – COLHEITA DO ABACAXI – 5º DISTRITO DE SÃO JOÃO DA BARRA



Fonte: DIVERSUS (2011)

Segundo a Associação dos Geógrafos Brasileiros, “as práticas agrícolas familiares no município (de São João da Barra) se mostram de significativa importância para reprodução social dos agricultores e pescadores artesanais. Em 2009, foram 4.600 mil frutos de abacaxi, 200 toneladas de batata-doce, 179.200 toneladas de cana, 600 toneladas de mandioca, 100 toneladas de melão, 100 toneladas de tomate, 35 toneladas de banana, 1.600 mil frutos de coco da baía, 2.100 toneladas de goiaba, 54 toneladas de laranja, além de ser o maior produtor de maxixe e quiabo do estado do Rio de Janeiro” e o “terceiro maior produtor de pescado” (p.40). Além disso,

“ (...) segundo o Censo Agropecuário 2006, registrou-se 279 hectares de horticultura/floricultura e 9.641 hectares disponíveis para criações diversas (muas, bovinos, eqüinos, caprinos) nos estabelecimentos rurais. Nos aspectos conservacionistas, as práticas de uso pouco impactaram o município, registrando-se em 2006 apenas 109 hectares de pastagens degradadas e nenhum registro para terras erodidas, desertificadas e/ou salinizadas (Censo IBGE, 2006)” (AGB, 2011, p.40).

Apesar deste reconhecimento da importância da agricultura no município, e em particular no 5º Distrito, nos estudos ambientais “não foi considerado, apenas a título de caracterizar suas “fragilidades” e “incipiência” variáveis como a produção de alimentos, economia agrícola familiar e segurança alimentar da população”, além de não se conceber “por exemplo, em nenhum dos relatórios analisados a agricultura familiar como prática de baixo impacto ambiental e como modo de vida de centenas de famílias,

muito menos se retratou um prognóstico da situação alimentar e nutricional das famílias após a implantação do complexo, haja vista sua relação direta com a terra.” (Idem, ibidem, p.40-41).

“ *A forte relação e dependência destes grupos com os recursos naturais disponíveis no ambiente, sem os quais não há condições de permanência e de vida em comunidade, sinaliza evidências concretas de pertencimento e apropriação, sobretudo para os agricultores, que mantêm toda uma história de relações com o lugar, a memória vivida e sentimentos afetivos e morais com suas terras. Os RIMAs analisados, apenas apontam sua existência a título de caracterizar suas “posses”, sua materialidade, ocultando dimensões incomensuráveis da existência humana, normalmente reduzidas a um valor numérico que contabiliza apenas o tamanho da terra, omitindo-se quanto à responsabilidade pela total desestruturação dos modos de viver e produzir a ser desencadeada pelos empreendimentos previstos. Há inclusive uma análise a-temporal e equivocada no RIMA do DISJB (p.14-15) que supõe a existência de “vazios demográficos” na área de influência direta do empreendimento, considerando a presença humana apenas nas áreas de povoamento e nucleação urbana. Isso certamente esconde a dinâmica de trabalho das famílias agricultoras, que muitas das vezes, residem nas comunidades e povoados rurais, mas trabalham em lotes agrícolas situados em outra porção do município. O fato deste lugar ainda permanecer com características ambientais tão próximas ao de um ambiente “intocado” não pode se desvincular de uma real percepção que correlacione a natureza social dos grupos e comunidades ali situadas com a dinâmica de reprodução ecológica dos ambientes de restinga”.* (Idem, ibidem, p.41)

Em uma citação do Relatório de Impacto Ambiental da Unidade de Construção Naval, fica clara esta evidência distorcida em relação à agricultura do município, que foi classificada, entre outras, como “agricultura incipiente” e as famílias como aquelas em “condição de hiposuficiência social”.

“ *A fragilidade das produções agrícolas, incluindo a cana-de-açúcar de baixa produtividade e os pequenos produtores desprovidos de políticas públicas que incentivam e organizam sua produção, somado ao alto grau de sazonalidade apresentado pela atividade do turismo, tornam a área muito frágil em sua dinâmica econômica”* (trecho do RIMA da Unidade de Construção Naval, 2010, p.65).

Apesar do empreendimento ter sido implantado no 5º Distrito, outras comunidades e pequenos povoados também foram atingidos, visto a dinamização da região em função da chegada de novos investimentos, seja na abertura e pavimentação de estradas, no aumento do fluxo de caminhões e veículos pesados, na formação de grandes canteiros de obras, ou mesmo no transporte de cargas e no influxo de contingente de trabalhadores e operários do Porto. Ao todo, pode-se identificar 33 comunidades atingidas, em São João da Barra e Campos dos Goytacazes, incluindo famílias de pescadores artesanais e assentamentos de reforma agrária.

“ Com a construção da unidade naval (UCN) um número significativo de grandes embarcações²⁶ passará a disputar o controle do espaço marinho com a pesca artesanal, promovendo mudanças bruscas nas práticas e rotinas dos pescadores, inclusive inviabilizando a rota e a delimitação das áreas de pesca. O próprio acesso ao mar, a partir do litoral ficará também comprometido; do total de 34 km de perímetro costeiro do município de SJB, cerca de 20 km (58%) correspondem aos limites das fazendas e empreendimentos do CIPA. O aumento exponencial do fluxo de grandes embarcações e a permanente movimentação das águas será sintomático na redução e deslocamento dos cardumes, na mudança do perfil da pesca, com a atração da pesca industrial (já em curso), riscos imediatos de derramamento de óleo, fragilização da economia artesanal pesqueira, entre outras. As medidas de mitigação não garantem nenhuma ação concreta que preserve a continuidade da atividade pesqueira familiar, apenas a menção da necessidade de “disciplinar o tráfego” das embarcações, numa postura de “ajustamento”, o que pode ser entendido como uma nova “regra” de acesso ao mar e aos recursos pesqueiros, e no fundo, uma ruptura dos códigos coletivos e acordos comunitários destes grupos”.

Não somente pela radical mudança na rota das pequenas embarcações artesanais, a pesca será diretamente impactada pela abertura do canal de acesso à UCN, prevendo o rebaixamento da plataforma marinha com a dragagem de 13.700.000 m³ de sedimentos. O aumento radical da turbidez da água e o revolvimento do fundo marinho já é visível na rotina dos pescadores, impactando atualmente o volume e a distribuição geográfica dos pescados. O intenso fluxo de embarcações trará também impactos na qualidade da água, em especial pelo descarte das águas de lastro.

Ademais, chama a atenção a pouca ênfase dada aos impactos ambientais de algumas “ações complementares” na fase de instalação do CIPA, diretamente associadas à continuidade da pesca no litoral da região. O RIMA da UCN prevê a implantação de dois “bota fora marinhos”, um nome que caiu em desuso; o primeiro deles está entre dois pesqueiros (sendo um deles o Buraco dos Morros) e o segundo, previsto futuramente, na borda do pesqueiro do Açú, uma importante área de pesca. Outra área que não teve seus impactos previstos foi a área de empréstimo marinho (de material dragado) entre os pesqueiros Buraco dos Morros e Joacy. Apesar do empreendedor sinalizar que os “bota fora” já foram licenciados pelo órgão ambiental, não foram apresentadas as medidas de gestão e monitoramento destas áreas. No fundo, aquilo que o empreendedor chama de bota fora representa, na verdade grandes depósitos de resíduos mar adentro, projetados a receber milhões de toneladas de material excedente - proveniente de dragagens e escavações” (AGB, 2011, p.42)

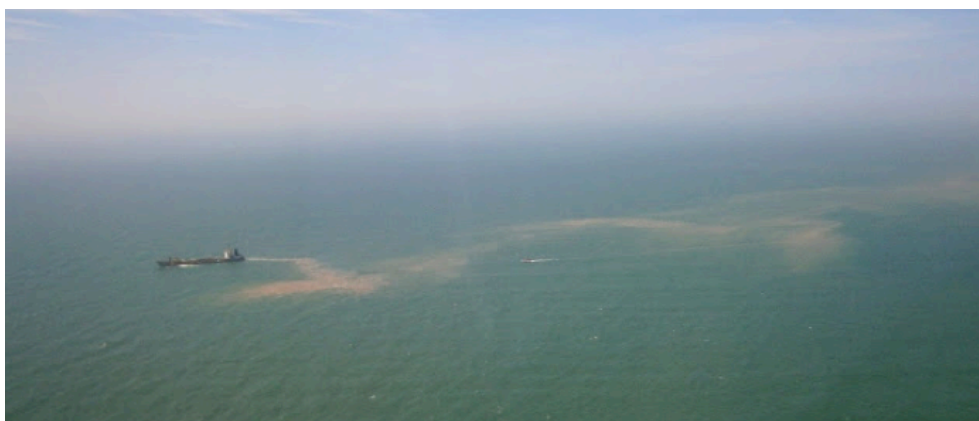
26 “A UCN Açú se dedicará a construção, conversão, reparo e manutenção de quaisquer tipos de embarcações, com ênfase na cadeia produtiva de petróleo e gás, que inclui navios plataforma FPSO (Floating, Production, Storage and Off-loading), plataformas TLWP (Tension Leg Wellhead Platform), plataformas semi-submersíveis; jaquetas de plataformas fixas WHP (Wellhead Platform) e navios-sonda (Drillship), além de conveses, sondas e navios graneleiros ou transportadores” (RIMA, 2010, p.16).

FOTO 26 – DRAGAGEM PARA ABERTURA DO CANAL DE ACESSO AO ESTALEIRO OSX



Fonte: Blog Roberto Moraes

FOTO 27 – DESPEJO DE SEDIMENTOS EM ALTO MAR – DRAGAGEM COMPLEXO DO AÇU



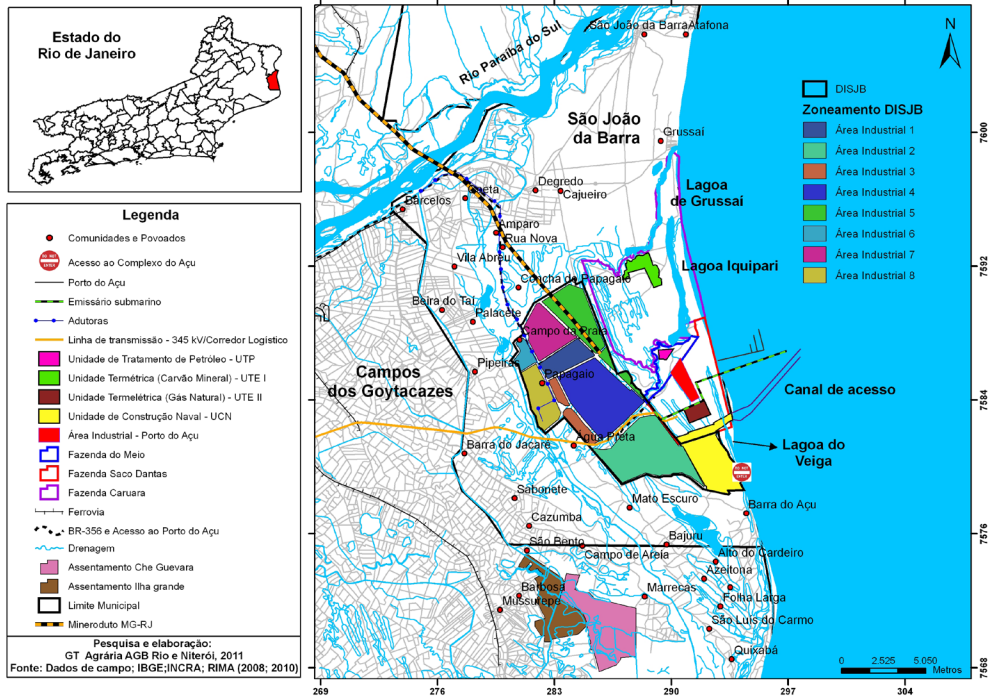
Fonte: Blog Roberto Moraes

FOTO 28 – ÁREA DO ESTALEIRO OSX, EM CONSTRUÇÃO, JUNTO AO CANAL TX-2, TAMBÉM ATERRADA E DEPOIS TERRAPLANADA, COM AREIA RETIRADA DO CANAL EM CONSTRUÇÃO E TAMBÉM COM SEDIMENTOS DA LAGOA (CANAL) DO VEIGA. NESTA FOTO É POSSÍVEL VER O ESTÁGIO DAS OBRAS DO ESTALEIRO

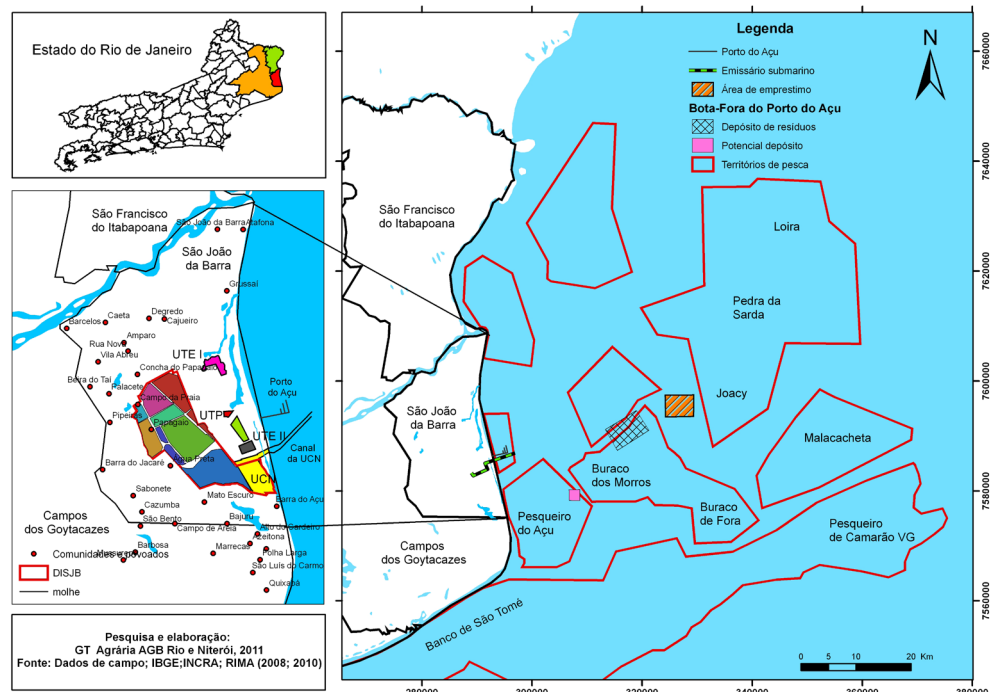


Fonte: Blog Roberto Moraes

MAPA 11 – COMUNIDADES IMPACTADAS PELO DISTRITO INDUSTRIAL DE SÃO JOÃO DA BARRA



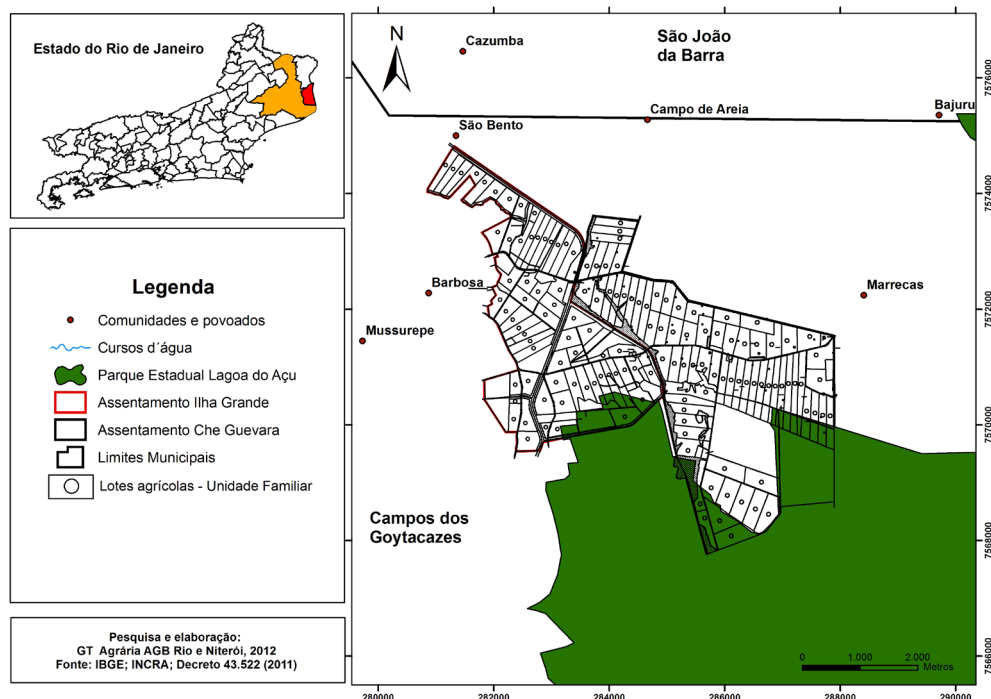
MAPA 12 – ÁREA DE PESCA DO LITORAL NORTE FLUMINENSE E LOCALIZAÇÃO DOS “BOTA FORA” (DEPÓSITOS DE RESÍDUOS)



Neste conjunto de comunidades impactadas - direta ou indiretamente - estão os assentamentos de reforma agrária, os PAs Che Guevara e Ilha Grande, respectivamente com 74 e 58 famílias. Estas comunidades foram diretamente atingidas pelas ações de compensação ambiental do empreendimento, quando da criação do Parque Estadual da Lagoa do Açú, cuja área demarcada de 8.251 hectares atingiu frontalmente os assentamentos, sobrepondo seus limites aos lotes de produção familiar. Segundo as cooperativas

de que prestam assessoria técnica na área, caso permaneça esta situação serão atingidos 22 lotes familiares - que produzem alimentos diversos para a região norte - ocasionando uma “perda de 3.497 ton/ano de alimentos, (...) quantidade suficiente para gerar danos econômicos da ordem de R\$ 400.000,00/ano, ou mesmo “uma redução na renda familiar em torno de R\$ 18.181,00 família/ano” (GONZAGA, OLIVEIRA e BARCELOS, 2013, p. 17).

MAPA 13 – LIMITE DO PARQUE ESTADUAL DA LAGOA DO AÇU E CONFLITO COM OS LIMITES DOS PAS (CONFORME INFORMAÇÕES DO ANEXO II DO DECRETO Nº 43.522 - NOVEMBRO DE 2011)



AÇÃO RESISTENTE: DENÚNCIAS, PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

É desde 2008 que esses pequenos agricultores e atingidos vêm se organizando, tentando acumular forças para os enfrentamentos necessários ao Projeto Minas-Rio, tendo em vista impedir todas as violações dos seus direitos, bem como tornar sem efeito os decretos das desapropriações.

Em 2010, no Rio de Janeiro, os camponeses, pescadores e moradores da região atingida pelos impactos causados pela implantação do Complexo criam a ASPRIM - Associação dos Proprietários de imóveis e Moradores de Pipeiras, Barcelos, Cajueiro e Campo da Praia. O objetivo da Associação visava a organização e mobilização das comunidades do entorno das obras, para resistir e denunciar as violações sofridas em função dos decretos desapropriatórios de cerca de 7.200 hectares, pertencente até então a 1500 pessoas - envolvidas diretamente com a lida com a terra, com o plantio e colheita de produtos alimentícios para alimentar as suas famílias e comercializar o restante para possibilitar novos cultivos.

Nos últimos anos, esse processo de resistência se amplia, com a formação de uma grande frente de Movimentos Populares e pesquisadores de várias universidades e institutos de pesquisas presentes no processo de organização e fortalecimento das lutas pelos seus direitos e como consequência, na constituição do Poder popular desses sujeitos atingidos na região do Açú.

Nesse contexto, as ações políticas dos camponeses e camponesas do Açu/RJ se materializam cada vez mais e conquistam maior visibilidade de forma a ampliar os processos de resistências à implementação e, portanto, construção do Complexo Portuário do Açu, como vem sendo popularmente chamado.

Já em Conceição do Mato Dentro, localizada a 167 km de Belo Horizonte e com aproximadamente 20 mil habitantes, cidade que até bem pouco tempo se orgulhava de ser um recanto para os amantes do turismo ecológico, em função de suas belezas naturais, como montanhas, cachoeiras e um povo super acolhedor, hoje amarga ser o ponto de partida do Projeto Minas-Rio, como afirmou um dos atingidos em um dos encontros de resistência realizada naquele município em maio de 2013. “Depois que começou esse empreendimento, isso aqui virou uma desgraça, e no início eu pensava, por que tinha que ser em Conceição do Mato Dentro, por que não foi para outro lugar, mas hoje, eu digo isso não tinha que existir, pois o que não é bom para nós trabalhadores daqui, não pode ser bom para trabalhador de nenhum lugar.”

O objetivo destas expropriações²⁷ neste município é a exploração das jazidas de minério que serão transportadas pelo mineroduto, para então ser exportados através do porto que está sendo construído e ao mesmo tempo destruindo tudo ao seu redor, transformando áreas férteis e cultiváveis em solos desertificados e águas salinizadas.

Fatos que não são exclusivos desses dois Estados, mas que vem ocorrendo nas diversas regiões brasileiras e em vários países com a chamada “mundialização do capital”, que possibilita ao grande capital, restabelecer a rentabilidade dos seus investimentos, num quadro, em que a concorrência entre as regiões, bem como as vantagens oferecidas, como isenções fiscais, subsídios, rebaixamento de salários, dentre outros, contribuem para a escolha e permanência desses grupos empresariais em detrimento de quaisquer limites sejam eles geográficos, culturais ou econômicos determinados pelos países em seus diferentes e complexos territórios.

Neste quadro, alguns elementos comuns ao processo de acumulação primitiva, estudadas por Marx nos séculos XIV e XV na Inglaterra, podem ser identificados na atual fase da Globalização da economia, como - apropriação da terra privada dos pequenos camponeses e pescadores e das terras comuns; conversão dos pequenos produtores e pescadores em trabalhadores assalariados; concentração do capital fundiário objetivando a garantia de financiamentos públicos e privados; a violência da expulsão; a concepção e execução do Complexo que se fundamentam no autoritarismo; expulsão realizada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da desapropriação das terras fundamentada no interesse público, sem possibilidade de contestação pelos atingidos - expulsão pelo poder do grande capital e sua milícia privada associada às forças policiais estatais; apoiada pela mídia, associada ao grande capital com a campanha: resistir ao Porto do Açu é lutar contra o progresso.

Deste modo, é necessário compreender que os processos de acumulação capitalista, desde o seu estágio, caracterizado por Marx de acumulação primitiva ou originária, convivem com as formas sofisticadas e mais avançadas da atualidade, portanto elas não são excludentes, mas dialogam entre si e com os demais sujeitos, como o Estado

27 A expropriação do produtor direto é levada a cabo com o vandalismo mais implacável, sob o impulso das paixões mais infames (...). A propriedade privada obtida com o esforço pessoal, baseada, por assim dizer, na identificação do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é suplantada pela propriedade capitalista, fundamentada na exploração do trabalho alheio, livre apenas formalmente. (MARX, 2009, pág. 875).

28 Este se apresenta como de fundamental importância no processo de ampliação e acumulação do capital, ou como afirma Marx no Manifesto Comunista “O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (1998, pág. 10). No caso do Brasil, Coutinho (1997) afirma que o Estado “moderno brasileiro foi quase sempre uma ‘ditadura sem hegemonia’.

burguês²⁸, que tem se caracterizado como o grande agente financiador dos mega empreendimentos.

O empreendimento da forma em que foi concebido, sem participação da comunidade local e da forma que está sendo executado, em decorrência dos decretos, pode ser classificado como de total desrespeito àqueles pequenos agricultores, pescadores e suas famílias. Esses vivem hoje uma espécie de “Estado de Exceção”,²⁹ porque a concepção e execução do Complexo se fundamentam no autoritarismo de suas ações.

Assim, a presença do aparato policial tem sido a face do Estado com maior visibilidade no 5º Distrito/Açu, em São João da Barra - RJ e em Conceição de Mato Dentro/MG, principalmente, no momento de expulsão desses agricultores de suas terras e da demolição de suas casas e destruição de seus pomares e demais plantações. Observa-se, portanto, que a utilização de alguns instrumentos pelas instituições, representantes do Estado, ultrapassam em determinadas ações, àquelas praticadas no período histórico estudado por Marx na Inglaterra no momento expropriação das terras dos camponeses, visando à criação de uma força de trabalho livre para a produção de matérias-primas para alavancar o processo de industrialização.

É neste contexto de conflitos e enfrentamentos ao Projeto Minas-Rio que as ações de resistência, denúncia e mobilização foram tomando contornos variados, desde o início das obras, assim como os processos de licenciamento ambiental, manifestações, audiências públicas e protestos de todo o tipo. Para uma retrospectiva desta - linha do tempo - que caminha de forma contraditória, junto às pessoas, paisagens e vidas inteiras, abaixo uma síntese dos principais fatos que marcaram esta experiência desastrosa junto aos povos do campo e dos mares. Estas informações foram compiladas do Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela FIOCRUZ/FASE³⁰, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, de sites e blogs e atualizações diversas com base no acompanhamento e vivência in loco dos conflitos, desde 2008. Dentre as ações e acontecimentos mais relevantes, destacaremos as lutas políticas, sociais e jurídicas.

- **Dezembro de 2006:** Lançamento da “pedra fundamental” do Porto do Açu, com a presença da ex-governadora Rosinha Garotinho, Eike Batista e a prefeita de São João da Barra, Carla Machado
- **Outubro de 2007:** Início das obras de construção do Porto do Açu, em São João da Barra-RJ.
- **03 e 05 de março de 2008:** foram realizadas três audiências públicas consecutivas nas sedes dos municípios a serem afetados pelo empreendimento da mineração (Conceição do Mato Dentro; Alvorada de Minas e Dom Joaquim), para discutir a documentação apresentada pelo empreendedor.
- **07 de março de 2008:** MMX Minas-Rio Mineração obtém do IBAMA licença de instalação para abertura do canteiro de obras, do pátio de armazenamento de tubos e o acesso à estação de bombas 01 do mineroduto do Sistema MMX Minas-Rio.
- **05 de agosto de 2008:** Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) libera licença prévia da Usina Termoelétrica Porto do Açu.

29 Para Angambem (2004) o Estado de exceção domina cada vez mais o cerne da biopolítica no ocidente e, se este estado de exceção é a prevalência de uma força de lei sem lei, uma força de lei discricionária que, no entanto, permitida na própria lei, a suspende a fim de preservá-la e, para isso, rompe com o pacto entre Estado e cidadãos, sujeitando-os a toda sorte de privação de direitos em nome de uma necessidade qualquer exterior ao direito, logo, é evidente que os cidadãos sofrem de um ato de violência perpetrado pelo estado por razões completamente alheias à sua própria constituição, a saber, a defesa de seus direitos naturais e de sua cidadania.

30 Disponível em <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?cod=121&pag=ficha>

- **13 de agosto de 2008:** O Ministério Público Federal (MPF) ajuíza ação civil pública perante a Justiça Federal em Belo Horizonte para impedir a continuidade das obras de instalação do Mineroduto Minas-Rio. São réus na ação o IBAMA, o estado de Minas Gerais, a MMX Minas-Rio Mineração e Logística Ltda, a Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração, a LLX Açú Operações Portuárias S/A, a LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S/A e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), do Rio de Janeiro. O MPF pede que a Justiça conceda liminar determinando a paralisação imediata de qualquer atividade de construção do Mineroduto Minas-Rio e suspendendo os efeitos da licença prévia da Mina Sapo-Ferrugem, das licenças prévias e de instalação do Mineroduto e das licenças prévia e de instalação do Porto de Açú. Pede ainda que, ao final da ação, seja decretada a nulidade dos procedimentos de licenciamento e das licenças concedidas até o momento e que seja declarada a atribuição do IBAMA para realizar o licenciamento do empreendimento, considerando-o como um todo único e indissolúvel formado pelo conjunto Mina-Mineroduto-Porto.
- **17 de agosto de 2008:** Ministério Público Federal (MPF) ajuíza ação civil pública na Justiça Federal pedindo liminar para que sejam paralisadas as obras do Porto do Açú, em São João da Barra.³¹
- **21 de agosto de 2008:** Júlio Bueno, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, anuncia que terão início estudos para promover a desapropriação da área prevista para a construção do Condomínio Industrial do Complexo Portuário do Açú. Agricultores presentes no local recebem promessa de serem indenizados ou transferidos para outras áreas.
- **23 de agosto de 2008:** Através de decreto, Governo do Estado do Rio de Janeiro retira as localidades conhecidas como Água Preta e Mato Escuro, no quinto distrito de São João da Barra, da área destinada ao distrito industrial do Complexo Logístico do Açú. A área excluída soma 4.800 do total reservado ao projeto.
- **Outubro de 2008:** O Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) de Minas Gerais publica Parecer Único Nº 001, que reconhece graves violações e riscos a população atingidas em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, além da vulnerabilidade dos ambientes atingidos (serra, cachoeiras, rios e cavernas)
- **23 de outubro de 2008:** assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público Estadual de Minas Gerais e a Anglo Ferrous Minas-Rio, visando a recuperação de áreas impactadas por atividades de pesquisa mineral.
- **Dezembro de 2008:** Governo do Estado do Rio de Janeiro decreta área de mais de 7.200 hectares no 5º distrito de São João da Barra como área de interesse público, onde será construído o Condomínio Industrial do Complexo Portuário do Açú. Atuais moradores do local serão desapropriados.
- **Dezembro de 2008:** FEEMA (atualmente INEA) emite licença de instalação para obras do Porto do Açú.
- **21 de janeiro de 2009:** LLX Minas-Rio, LLX Açú e MPX assinam convênio com Prefeitura Municipal de São João da Barra para instalação de entreposto pesqueiro no município.
- **21 de janeiro de 2009:** Governador do Estado do Rio de Janeiro assina decreto declarando de utilidade pública imóveis e benfeitorias situadas nas faixas de terra necessárias à construção e passagem do Mineroduto Minas-Rio.

- **Fevereiro de 2009:** Em entrevista ao jornal Valor Econômico, presidente da Colônia de Pescadores Z-2 afirma estar apreensivo quanto aos impactos da construção do Porto do Açu na pesca do camarão na região. Obras do porto estariam afetando principal área de pesca do crustáceo no município.
- **Abril de 2009:** Após BNDES Participações adquirir cerca de 12,5% das ações da LLX e integrar projeto do Porto do Açu, Governo Federal aceita incluir projeto no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).
- **20 de maio de 2009:** Grupo EBX anuncia início de negociações com a Wuhan Iron and Steel Co (WISCO) para instalação de usina siderúrgica chinesa no Condomínio Industrial do Complexo Portuário do Açu e participação da mesma como acionista de várias empresas do grupo.
- **01 de julho de 2009:** Governo do Estado do Rio de Janeiro anuncia concretização das negociações entre o Grupo EBX e a WISCO. Previsão é que siderúrgica se instale no Complexo Portuário de Açu com investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões. Siderúrgica é considerada como principal investimento na área.
- **Agosto de 2009:** Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) libera licença para construção do pátio logístico do Porto do Açu. Pátio permitirá o armazenamento e a movimentação principalmente de carga própria do Grupo EBX, mas também de carga de outras empresas, como produtos siderúrgicos, carvão, grãos líquidos e sólidos.
- **27 de agosto de 2009:** Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal realiza audiência pública para discutir projetos e impactos do projeto do Complexo Portuário do Açu. Prefeita de São João da Barra defende o projeto durante a audiência.
- **28 de agosto de 2009:** primeira manifestação das comunidades atingidas pelo Complexo do Porto do Açu, no centro de São João da Barra.

FOTO 29 – MORADORES E AGRICULTORES DO 5º DISTRITO DE SÃO JOÃO DA BARRA EM PROTESTO



Fonte: Blog Roberto Moraes

- **31 de agosto de 2009:** Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Cesar Asfor Rocha, suspende a decisão que havia interrompido o processo de instalação do Mineroduto Minas-Rio.
- **Setembro de 2009:** LLX e a Votorantim Cimentos fecham acordo para realizar estudos de viabilidade para implantação de uma unidade de produção de cimento no Porto do Açú.
- **10 de setembro de 2009:** Anglo Ferrous Brazil anuncia projeto de ampliar a capacidade do sistema Minas-Rio para uma produção anual de 80 milhões de toneladas de minério de ferro até 2015.
- **16 de outubro de 2009:** INEA concede licença de instalação UTE Porto do Açú.
- **10 de novembro de 2009:** Membros da Comissão Especial de Aquicultura e Pesca da ALERJ visitam canteiros de obras de Porto do Açú e defendem compensações financeiras aos pescadores de São João da Barra.
- **Abril de 2010:** Justiça Federal nega pedido de liminar em julgamento de ação movida pelo MPF/RJ.
- **Mai de 2010:** INEA publica instrução técnica para licenciamento da UTE Porto do Açú II.
- **22 de agosto de 2010:** Fundação da ASPRIM - Associação dos Proprietários de imóveis e Moradores de Pipeiras, Barcelos, Cajueiro e Campo da Praia.

FOTO 30 – REUNIÃO DE FUNDAÇÃO NA SEDE DA ASPRIM.



- **Setembro de 2010:** Ternium adquire controle acionário da Siderúrgica Norte Fluminense (então sob controle da LLX).
- **16 de setembro de 2010:** INEA concede licença de instalação para Unidade de Tratamento de Petróleo da LLX.
- **29 de outubro de 2010:** Representação ao Ministério Público Federal, que propiciaram dois Inquéritos: Um sobre o Corredor Logístico e outro sobre o desvio da Br 101 e as implicações para os assentamentos da Reforma Agrária e também para os demais agricultores.

- **Dezembro de 2010:** Marinha do Brasil autoriza LLX a construir canal em São João da Barra - obra servirá para instalação de unidade de construção naval da OSX no local.
- **10 de março de 2011:** Manifestação com um abraço na Matriz foi realizado na segunda-feira de carnaval, em Conceição do Mato Dentro-MG. O objetivo do ato público foi chamar a atenção da sociedade para os impactos provocados pela mineradora Anglo American na região e cobrar da empresa o cumprimento das medidas condicionantes impostas pelos órgãos fiscalizadores e pelo Poder Público para que a empresa se instale na região da Serra da Ferrugem, consagrada pela Unesco como Reserva da Biosfera do Espinhaço.
- **31 de março de 2011:** Operários do Porto do Açu bloqueiam estrada de acesso a obras em pleito por melhores salários e condições de alojamento. São trabalhadores da empresa ARG, que estão construindo o Porto de Eike Batista.

FOTO 31 – TRABALHADORES EM GREVE BLOQUEIAM ESTRADA DE ACESSO AO PORTO DO AÇU



Fonte: G1.com [31/03/2011]

- **25 de abril de 2011:** Produtores rurais sob processo de desapropriação fecham via de acesso às obras do Complexo para protestar contra falta de transparência e diálogo na condução das desapropriações e indenizações. Um grupo de proprietários que tiveram suas terras desapropriadas impediu a entrada dos cerca de 2 mil empregados que trabalham na construção do porto, informou a assessoria da LLX, empresa do grupo EBX responsável pela construção do Porto do Açu.

FOTO 32 – PROTESTO CONTRA AS DESAPROPRIAÇÕES NO AÇU - RJ



Fonte: Blog Marcos Pedlowski

- **26 de abril de 2011:** Os camponeses desbloqueiam o acesso ao Porto, após realizarem uma mística;

FOTO 33 – MÍSTICA E RESISTÊNCIA DE FAMÍLIAS – ABRIL DE 2011



Fonte: Bernardo Tabak do G1 RJ

- **31 de maio de 2011:** Pequenos agricultores promovem novamente manifestação na estrada de acesso ao Porto do Açú.³²

- **02 de setembro de 2011:** “O Ministério Público Federal (MPF) em Campos (RJ) instaurou inquérito civil público para acompanhar as obras do distrito industrial de São João da Barra e do corredor logístico do Norte Fluminense, projetos de apoio ao Porto do Açu, verificando o devido licenciamento ambiental e o respeito a legislação de proteção ao meio ambiente.³³
- **11 de Setembro de 2011:** Comissão de Direitos Humanos da ALERJ realiza audiência pública para discutir complexo portuário.

FOTO 34 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS ALERJ – SET/2011



Fonte: Luiza Chuva

- **29 de setembro de 2011:** Assembleia no Assentamento Zumbi dos Palmares contra a duplicação da BR-101 e passagem do mineroduto;

FOTO 35 – MOBILIZAÇÃO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – CAMPOS DO GOYTACAZES-RJ



Fonte: Blog Marcos Pedlowski

32 Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/05/agricultores-fazem-manifestacao-perto-do-porto-do-acu.html>. e: <http://momentoverdadeiro-campos-rj.blogspot.com.br/2012/01/porto-do-acu-campistas-participam-de.html>. Acessado em 27/11/2013

33 Disponível em: http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-rj-investiga-licenciamento-de-obras-de-apoio-ao-porto-do-acu/?searchterm=a%C3%A7u. Acessado em 27/11/2013.

- **Outubro de 2011:** VIII Seminário sobre Trabalho Escravo Contemporâneo do Norte Fluminense, que ampliou a compreensão da questão agrária e sua relação com o trabalho e os mega empreendimentos na região.
- **Novembro de 2011:** Comissão Especial da ALERJ realiza Audiência para discutir projetos socioambientais da EBX.

FOTO 36 – AUDIÊNCIA PÚBLICA ALERJ – NOV/2011



Fonte: Dep. Luiz Paulo Correa da Rocha/ALERJ

- **06 de dezembro de 2011:** Moradores do Açú, 5º distrito de São João da Barra fizeram uma manifestação contra as desapropriações a tarde desta terça-feira (06/12), na Estrada Saco Dantas, na localidade de Água Preta. A via está interditada com galhos de árvores e pneus e segundo os manifestantes vai ficar fechada para carros de empresas que prestam serviço na sobras do Complexo Portuário do Açú.³⁴

FOTO 37 – PROTESTO DE AGRICULTORES E MORADORES DO AÇU



Foto: Carlos Grevi

- **14 de dezembro de 2011:** Estudantes protestaram durante festa oferecida pela empresa LLX/Grupo EBX à imprensa campista em um restaurante da cidade de Campos. Entre palavras de ordem: “imprensa vendida palavra corrompida” eles questionaram as desapropriações truculentas que estão ocorrendo na região do 5º distrito de SJB, expulsando famílias camponesas e pescadores.
- **17 de dezembro de 2011:** Seminário em Água Preta/Açu com aulas e debates públicos envolvendo a comunidade acadêmica e os camponeses, pescadores e moradores atingidos pelos impactos da implantação do Completo portuário.
- **19 de dezembro de 2011:** MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (Asprim, CPT, MST, Pesquisadores da UFF de Campos), protocolam CARTA DE REPÚDIO em relação à forma que vem sendo conduzido o processo de licenciamento ambiental do “Complexo Portuário do Açu”, bem como as respectivas desapropriações de imóveis para finalidade de formação do complexo industrial.
- **19 de dezembro de 2011:** ASPRIM e demais entidades de apoio aos atingidos do Açu, protocolaram representação no Ministério Público Federal, com a finalidade de informar e requerer providências investigativas, reivindicando também a suspensão de legalidades inventadas com base em ilegalidades e a condenação moral de práticas de violação dos direitos humanos.³⁵
- **23 de dezembro de 2011:** Ministério Público Federal anuncia instauração de inquérito para investigar denúncias de violações dos direitos humanos no processo de desapropriação conduzido pela CODIN.
- **29 de dezembro de 2011:** Ministério Público Estadual obtém liminar junto à Justiça Estadual para impedir arbitrariedades cometidas contra moradores idosos do 5º distrito de São João da Barra.
- **03 de janeiro de 2012:** A ASPRIM, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o MPA (Movimento de Pequenos Agricultores), a NERU/UFF (Universidade Federal Fluminense) e as famílias de pequenos agricultores do 5º distrito de SJB apresentam representação por atos de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, em face dos fatos a seguir narrados, ao Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de São João da Barra.
- **18 de janeiro de 2012:** Manifesto de pequenos agricultores e pescadores sobre intimidação e violência sofridas no Complexo Industrial Portuário do Açu.³⁶
- **21 de janeiro de 2012:** Caminhada pela terra com o apoio e presença do Bispo Dom Roberto de Campos. Em torno de 400 pessoas participaram, percorrendo o trajeto da sede da Asprim em Campo da praia até a Praia do Açu.³⁷

35 Disponível em: http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_direitos-do-cidadao/mpf-investiga-supostas-milicias-atuando-em-desapropriacoes-para-obras-da-ebx/?searchterm=a%C3%A7u. Acessado em 27/11/2013.

36 Ler na íntegra em : <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505833-agricultoresepescadoresofremintimidacao-eviolencianocomplexoindustrialportuariodoacu> . Acessado em 27/11/2013

37 Disponível em: <http://momentoverdadeiro-campos-rj.blogspot.com.br/2012/01/porto-do-acu-campistas-participam-de.html>. Acessado em 27/11/2013.

FOTO 38 – ATO PÚBLICO EM SÃO JOÃO DA BARRA. O ATO FOI NO AÇU, 5º DISTRITO DE SÃO JOÃO DA BARRA/RJ, OU SIMPLEMENTE: AÇU EM SÃO JOÃO DA BARRA/RJ.



Foto: Ana Costa

- **28 de fevereiro de 2012:** Trabalhadores do complexo portuário realizam manifestação por melhores condições de trabalho e pagamento de horas extras.
- **12 de março de 2012:** Expulsão do Sr Totonho de suas terras em Água Preta. Ele conta que ao acordar e caminhar para molhar o seu plantio, como fazia todas as manhãs, é impedido pela PM-Polícia Militar de se aproximar da sua roça. Então ele diz: “ eu nunca recebi nada do Estado, mas hoje acabei recebendo sim, mas foi a polícia.” Tudo que estes camponeses querem é a terra para continuarem a lida do dia a dia, plantando, colhendo, comercializando seus produtos, distribuindo com seus vizinhos e com os visitantes e não acompanhar aquelas máquinas monstruosas, destruindo plantações, tombando árvores que levaram décadas para crescerem e claro, tentando destruir a história daquela gente³⁸.

FOTO 39 – AGRICULTOR DESPEJADO DE SUA TERRA EM ÁGUA PRETA, SÃO JOÃO DA BARRA - RJ



Foto: Ana Costa

- **12 a 14 de março de 2012:** 1ª Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural realizada no SESC/Grussaí/SJB, elaboram manifesto de repúdio e solicitaram a imediata suspensão dos despejos impetrados contra os pequenos agricultores do V Distrito, conforme lista de assinaturas.³⁹
- **21 de março de 2012:** Justiça Estadual de Minas Gerais concede liminar ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) suspendendo obras do mineroduto Minas-Rio.
- **21 de abril de 2012:** Seminário em Barra do Açu, com aula pública e reconhecimento de campo dos impactos do Porto do Açu, junto de agricultores, professores, estudantes, sindicalistas e moradores locais.

FOTO 40 – ATO POLÍTICO EM FRENTE AO CANTEIRO DE OBRAS DA OSX – BARRA DO AÇU – RJ



Fonte: Eduardo Barcelos

- **Abril a julho de 2012:** Organização e realização do Curso de formação política, para preparação e fortalecimento de Lideranças Camponesas, objetivando ampliar e aprofundar as ações de resistência dos atingidos em todo aquele território. Depoimento de uma pessoa participante do curso, registrado durante a reunião de avaliação: -“Eu aprendi a resistir mais, bater de frente. Que é preciso unir forças. A importância da denúncia para animar os agricultores do Açu. Falar com as pessoas que estão desanimadas. Sei que não vai ser fácil, mas dá para resistir. Foi bom, muita coisa eu ignorava, o domínio que eles querem ter sobre os agricultores, escravizando-os. (...) Quanto mais humilde a pessoa, mais eles pisam. Se a pessoa tem um pouco mais de conhecimento, eles tentam negociar...”
- **10 de abril de 2012:** Tribunal de Justiça de Minas Gerais suspende obra estruturante do mineroduto Minas-Rio colocando em xeque viabilidade econômica do Porto de Açu.
- **17 de abril de 2012:** Audiência Pública realizada na sede da Associação Comunitária do distrito de São Sebastião do Bonsucesso, conhecido também como comunidade do Sapo, coordenada pelo Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de ouvir as reclamações e denúncias da população rural afetada pelo empreendimento Minas-Rio, da Anglo American.

39 Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/508033-a-unica-presenca-do-poder-publico-no-v-distrito-de-acu-e-a-da-policia-militar-entrevista-especial-com-ana-maria-costa>. Acessado em 27/11/2013

- **01 de maio de 2012:** Trabalhadores rurais, atingidos por empreendimentos da EBX e movimentos sociais, realizam ato no centro do Rio de Janeiro em protesto contra os impactos de empreendimentos do grupo no estado e pela política de financiamento do BNDES de conceder recursos do FAT para estes empreendimentos.
- **02 de maio de 2012:** Carta aberta da Plenária dos Movimentos Sociais, reunidas na organização da Cúpula dos Povos, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 02 de maio de 2012⁴⁰
- **16 de maio de 2012:** Mesa redonda: “V DISTRITO DE S. J. DA BARRA: IMPACTOS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOS PEQUENOS AGRICULTORES E PESCADORES DO AÇU/SJB/RJ.” VII Semana Acadêmica da Graduação em Serviço Social na UFF de Campos. Com a participação dos atingidos do Açú e representante da ASPRIM, alunos e professores da UFF e das demais universidades de Campos; representantes de Movimentos sociais e da comunidade em geral e foi marcado pela indignação e pela emoção dos que ali estiveram.

FOTO 41 – PLENÁRIA DA VII SEMANA ACADÊMICA DA GRADUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DA UFF



Foto: Ana Costa

- **29 de maio de 2012:** EPSJV realiza ciclo de debates sobre os impactos dos grandes empreendimentos no Rio de Janeiro.
- **11 de junho de 2012:** 3º ENCONTRO NA OAB/RJ, SOBRE IMPACTADOS PELO COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU. Momento em que foi apresentado um conjunto de demandas, conforme ata em anexo.
- **15 de junho de 2012:** Participação dos atingidos no Seminário IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NO LITORAL CAPIXABA/FLUMINENSE: Ideias para compreensão de um fenômeno recente.
- **15 a 22 de junho de 2012:** Durante esses dias na Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro, Representantes da ASPRIM e demais camponeses participaram de vários debates sobre os impactos e violações dos direitos humanos que vem

ocorrendo no Açú em função do grande empreendimento, que é o Complexo Portuário do Açú.

- **03 de setembro de 2012:** Petição apresentada pelos Movimentos sociais, ambientalistas e pesquisadores independentes que denunciam a violação de direitos humanos assim como impactos sociais e culturais e ambientais irreversíveis pela empresa multinacional Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A.. O projeto da mineradora insere-se numa extensa área ameaçando os modos de vida de inúmeros grupos tradicionais e solicitam a paralisação total e imediata do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (MG). https://secure.avaaz.org/po/petition/Paralisacao_imediata_do_empreendimento_Anglo_Ferrous_MinasRio_Mineraacao_SA_em_Minis_Gerais/?tta
- **13 de setembro de 2012:** Uma manifestação de proprietários rurais fechou a Rodovia RJ-240, que liga a Rodovia BR-356 (Campos/São João da Barra - SJB) às obras do Porto do Açú, no início da madrugada. Eles protestam contra a desapropriação de terras no local para a implantação do empreendimento. O protesto aconteceu por volta de 1h. Usando galhos de árvores, pedaços de madeiras e pneus velhos, o grupo ateou fogo na RJ-240, na altura da localidade de Água Preta, no 5º Distrito de SJB, bloqueando a passagem de veículos.

FOTO 42 – PROTESTO NA RJ-240 CONTRA AS OBRAS DO PORTO DO AÇÚ



Foto: arquivo/Campos 24Horas.

- **17 de setembro de 2012:** Balanço do MPF identifica 33 ações e investigações contra o Grupo EBX, da qual 13 relativas ao Porto do Açú;
- **22 de outubro de 2012** - O Promotor de Justiça, Dr. Leandro Manhães, visita o sítio de uma das atingidas do Açú, a Dona Noêmia, e fez um pronunciamento público em apoio a luta dos camponeses, pescadores e moradores do Açú;
- **28 de novembro de 2012:** “Fiscais do Ministério Público do Trabalho (MPT)” acompanhados do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil realizaram na manhã desta quarta-feira (28), uma fiscalização em um alojamento de trabalhadores que prestam serviços no Porto do Açú. Na pousada na praia de Grussaí, litoral de São João da Barra estavam abrigados 180 trabalhadores de duas empresas.

- **06 de dezembro de 2012:** MPF/RJ instaura inquérito para apurar impacto ambiental das obras do Porto do Açú em função do processo de salinização das águas que vem causando danos a saúde da população e prejuízos nas plantações dos pequenos agricultores.⁴¹
- **17 de dezembro de 2012:** Divulgado estudo que confirma salinização de canal em São João da Barra.
- **19 de dezembro de 2012:** Protesto contra salinização para estrada no Açú. Produtores rurais do Açú, 5º Distrito de São João da Barra, fecharam no final da tarde de ontem a RJ-240, que dá acesso ao Complexo Portuário do Açú. O protesto foi para chamar a atenção para o processo de salinização das águas e “desertificação” das terras do Açú, em decorrência das obras do Porto.

FIGURA 6 – CARTAZ DA CAMPANHA CONTRA A SALINIZAÇÃO E DESERTIFICAÇÃO DO AÇÚ



FOTO 43 – MANIFESTAÇÃO DE AGRICULTORES E MORADORES CONTRA A SALINIZAÇÃO DAS ÁGUAS



Foto: Ana Costa

41 Disponível em: http://noticias.pgr.mpf.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-instaura-inquerito-para-apurar-impacto-ambiental-das-obras-do-porto-do-acu/?searchterm=a%C3%A7u. Acessado em 27/11/2013.

- **20 de dezembro de 2012:** MPE-RJ apresenta denúncia contra pessoas e empresas que atuaram irregularmente no licenciamento ambiental da Siderúrgica Ternium S/A.
- **28 de dezembro de 2012:** Fiscais do MPT identificam violações dos direitos trabalhistas dos funcionários da obra.
- **16 de janeiro de 2013:** INEA confirma salinização de poços em São João da Barra.
- **31 de janeiro de 2013:** MPF move ação civil pública contra OSX, LLX, INEA e IBAMA por danos socioambientais decorrentes da salinização dos canais.
- **01 de fevereiro de 2013:** INEA multa OSX em mais de R\$ 1 milhão por danos causados pela salinização.
- **08 de fevereiro de 2013:** Justiça Federal suspende supressão de restinga em obras da OSX.
- **08 de março 2013:** 1ª Vara Federal de Campos, concede liminar determinando que o Ibama realize em um prazo de 15 dias, uma auditoria no local do empreendimento para informar à Justiça qual a extensão da área de preservação permanente em que a vegetação de restinga foi suprimida, se essa supressão já ocorreu totalmente e quando teria sido concluída. Caso o Ibama não cumpra a determinação, a multa diária para o órgão será de R\$ 10 mil. Ação civil pública movida pela Asprim e demais entidades apoiadoras do movimento de resistências.
- **12 de março de 2013:** Manifestação dos pequenos agricultores articulados a Asprim e do MST que apresentaram as denúncias, questionamentos e Propostas, durante a Audiência Pública realizada em Barra do Açu para revisão do Plano Diretor de SJB-II com representantes do escritório do arquiteto e ex-governador de Santa Catarina, Jaime Lerner. O presidente da Asprim questionou a inexistência no PD de um Plano de Contingenciamento de Desastres, tendo em vista, o crescimento dos riscos com a implantação do empreendimento logístico e industrial, enquanto o representante do MST denunciou o uso destas terras num processo de concentração fundiária que foi possibilitada pela intervenção do governo estadual favorecendo unicamente ao grupo empresarial EBX.
- **27 de março de 2013:** agricultores e moradores do 5º Distrito de São João da Barra, em resistência pacífica impedem ações de desapropriação na comunidade de Água Preta.

FOTO 44 – MANIFESTAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES EM ÁGUA PRETA



Fonte: Blog Marcos Pedlowski

- **02 de abril de 2013:** Greve de trabalhadores da empresa espanhola Acciona que presta serviços nas obras do Porto do Açú e do estaleiro da OSX.

FOTO 45 – GREVE DOS TRABALHADORES NO AÇU E PROTESTO NA ESTRADA DE ACESSO ÀS OBRAS



Fonte: Blog Marcos Pedlowski

- **16 de abril de 2013:** Manifesto Público de denúncia dos atingidos pelo Projeto Minas-Rio, empreendimento minerário da Anglo American em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas.⁴²
- **22 de abril de 2013:** Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realiza Audiência Pública sobre violações de direitos humanos na exploração mineral do Estado e apura as ameaças, agressões e fraudes das mineradoras.

FOTO 46 – AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG SOBRE A EXPLORAÇÃO MINERAL EM MINAS GERAIS



Fonte: ALMG (Foto: Guilherme Bergamini)

- **03 e 04 de maio de 2013:** Atingidos de Conceição de Mato Dentro/MG e do Porto do Açu/SJB/RJ, pesquisadores de diversas Instituições de Ensino Superior nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e representantes de Movimentos Sociais realizaram o I intercâmbio das resistências ao Projeto Minas-Rio, organizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (Gesta/UFGM).

FOTO 47 – I ENCONTRO DE INTERCÂMBIO DAS COMUNIDADES EM RESISTÊNCIA AO PROJETO MINAS-RIO



Fonte: Canal IBASE

- **06 de maio de 2013:** Audiência Pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O objetivo foi discutir as denúncias sobre danos aos direitos fundamentais causados pela atividade mineradora no Município de Conceição do Mato Dentro, apresentadas durante a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 6/5/2013.

FOTO 48 – PROTESTOS DURANTE A AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG



Fonte: Site Dep. Rogério Correa

- **08 de maio de 2013:** Trabalhadores da empresa de montagem industrial ICEC paralisam atividades nas obras do Porto do Açú por falta de salário.
- **26 de maio de 2013:** Ministério do Trabalho e Emprego divulga relatório com 254 autuações, em 25 empresas de um universo de 150 que atuavam no Complexo do Açú, em função de problemas referentes a pagamento de salários e benefícios, falta de segurança no trabalho, excesso de jornadas e condições de alojamento.
- **06 de junho de 2013:** Ato público nas escadarias da ALERJ denuncia impactos dos megaprojetos e megaeventos sobre as comunidades tradicionais do estado. Porto de Açú é um dos casos denunciados.
- **03 de julho de 2013:** Trabalhadores da Anglo American se rebelam em Conceição do Mato Dentro/MG. Um protesto de cerca de 800 trabalhadores terminou em incêndio de alojamento. Esses trabalhadores são terceirizados da Montcalm, empresa de engenharia, construção e montagem eletromecânica que atua em vários segmentos da construção e indústria.

FOTO 49 – INCÊNDIO NOS ALOJAMENTOS DO MONTCALM EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, RESULTADO DOS PROTESTOS DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS



Fonte: Liga Operária

- **05 de julho de 2013:** Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da ALMG Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada no município de Conceição do Mato Dentro, onde a população exigiu a paralisação das obras, por conta dos prejuízos econômicos, sociais e ambientais provocados pelo empreendimento.

FOTO 50 – PLENÁRIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO



Fonte: Site Dep. Rogério Correa

- **27 de julho de 2013:** Moradores do 5º Distrito de São João da Barra apresentaram queixa-crime ao Superior Tribunal de Justiça pedindo o afastamento imediato do governador Sérgio Cabral e de Luciano Coutinho, presidente do BNDES.

FOTO 51 – AGRICULTORA DO AÇU ASSINANDO A QUEIXA CRIME CONTRA EIKE BATISTA, LUCIANO COUTINHO E SERGIO CABRAL



Fonte: Blog Marcos Pedlowski

- **23 e 24 de agosto de 2013:** Atingidos de Conceição de Mato Dentro/MG e do Porto do Açu/SJB/RJ, pesquisadores de diversas Instituições de Ensino Superior nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e representantes de Movimentos Sociais realizaram o segundo intercâmbio das resistências ao Projeto Minas-Rio, organizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (Gesta/UFGM), a Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes e a Associação dos Produtores Rurais e Imóveis Município de São João da Barra - ASPRIM. Em que foi aprovada a elaboração e divulgação da Carta do Açu.

FOTO 52 – II ENCONTRO DE INTERCÂMBIO DAS COMUNIDADES EM RESISTÊNCIA AO PROJETO MINAS-RIO – SÃO JOÃO DA BARRA – RJ



Fonte: Blog Roberto Moraes

FOTO 53 – RECONHECIMENTO DE CAMPO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DO PORTO DO AÇU, NO 5º DISTRITO DE SÃO JOÃO DA BARRA, JUNTO DAS COMUNIDADES ATINGIDAS EM MINAS GERAIS, NO II ENCONTRO DAS COMUNIDADES EM RESISTÊNCIA



Fonte: Canal IBASE

- **18 de outubro de 2013:** registro de atentado a bala contra agricultora do 5º Distrito de São João da Barra.
- **11 de novembro de 2013:** Audiência Pública na ALERJ, organizada pela Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Deputado Marcelo Freixo-PSOL/RJ.

FOTO 54 – AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALERJ PARA DISCUTIR AS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS PELO COMPLEXO DO PORTO DO AÇU



Fonte: Blog Roberto Moraes

- **14 de novembro de 2013:** MPT-MG identifica 160 trabalhadores vítimas de tráfico de pessoas em obra da Anglo American⁴³. As vítimas eram 100 haitianos e 60 nordestinos que trabalhavam na construção de casa para a mineradora em Conceição do Mato.
- **Fevereiro de 2014:** Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) acatou o recurso do Ministério Público Federal, acionado por organizações dos agricultores e moradores do Açú (ASPRIM) e Comissão Pastoral da Terra, e suspendeu a decisão da 1ª Vara Federal em Campos (RJ) que havia recebido parcialmente a ação contra as empresas do Grupo EBX por conta da degradação ambiental causada pelas obras do Porto do Açú. Com esta decisão, o TRF2 pede a suspensão das obras do Porto por ter causado a salinização das águas na região, inclusive aquelas para abastecimento humano. (Fonte: CPT-Nacional)

Enfim, apesar de tantas e outras questões e acontecimentos que marcaram este Projeto, um dos desafios apontados e que este relatório busca contribuir, é de fazer com que a sociedade entenda, que os problemas sofridos, hoje, pelos moradores do Açú e de Conceição de Mato Dentro, principalmente, pelos pequenos agricultores, comunidades tradicionais e pescadores, não são ações isoladas. Mas que esse processo faz parte de um novo ciclo de mundialização do capital, que tem na exploração e expropriação, na concentração e acumulação suas dimensões principais.

43 Disponível em: http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal_do_mpt/comunicacao/noticias/conteudo_noticia!/ut/p/c4/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hH92BPJydDRwN_E3cjA88QU1N3L7OgMC93l_2CbEdFAAovLRY!/?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/wps/wcm/connect/mpt/portal+do+mpt/comunicacao/noticias/obra+da+anglo+american+e++flagrada+com+trafico+de+pessoas

44 Fotografia, fonte:<http://www.otempo.com.br/for%C3%A7a-tarefa-resgata-haitianos-em-trabalho-de-gradante-em-mg-1.748146>. Exibido em 27/11/2013



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGB. *Impactos socioambientais dos grandes projetos de desenvolvimento: o caso do Complexo Industrial Portuário do Açú*. Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Revista Terra Livre, vol. 1, n.38. São Paulo, jan-jun, 2012.
- _____. *Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial Portuário do Açú*. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Relatório Técnico. Rio de Janeiro, 2011.
- ALERJ. *Relatório de visita às famílias impactadas pela implantação do projeto do Complexo Industrial Portuário do Açú (CIPA), localizado no 5º Distrito de São João da Barra - RL*. Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- ALVARENGA Felipe Medeiros, *Os deserdados do desenvolvimento: o caso da implantação do Complexo Portuário e Industrial do Açú e seus impactos sócio territoriais*. Programa de pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Dissertação de Mestrado, Campos do Goytacazes, 2013. 109p.
- BECKER, L. C. & PEREIRA, D. *O Projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro*. In: FERNANES, F. R. C, ENRIQUEZ, M. A. R. S, & ALAMINO, R. C. J. (eds). Recursos minerais e sustentabilidade territorial. Brasília: MCT-CETEM, 2011.
- BRASIL MINERAL. *Os perfis das 100 maiores*. Brasil Mineral, n.320, p.80-132. 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “*Notas sobre cidadania e modernidade*”. In: Praia Vermelha. Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, v. 1, n. 1, 1º sem. 1997.
- CIDADE ALTERIDADE. *Impactos da Mineração na Região de Conceição do Mato Dentro - Relatório Parcial*. Projeto Internacional de Pesquisa Cidade e Alteridade: Convivência Multicultural e Justiça Urbana. Belo Horizonte, 2013.
- CPRM, *Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais*. Serviço geológico do Brasil. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPRM, 2001. 1 CD-ROM.

- DIVERSUS. *Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.) - Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG - DNPM Nº: 830.359/2004 - PA/Nº. 00472/2007/004/2009 - Classe 06. Agosto de 2011.*
- DNPM. *Anuário Mineral Brasileiro 2010*. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral. 2010.
- _____. *Maiores Arrecadadores CFEM*. 2013. Disponível em: https://sistemas.dnmp.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx. Acesso em 02 Nov.
- _____. *Sumário Mineral*. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral. 2012.
- FIOCRUZ. *Fragilidade no processo de licenciamento ambiental do Complexo Portuário de Açú coloca em risco comunidades de 32 municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro*. Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. 2007.
- FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GATE. *Parecer Técnico N. 130/2011*. Grupo de Apoio Técnico Especializado. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- GESTA. *Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais*. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/gesta/>
- GONZAGA, L; OLIVEIRA, L.J.C; BARCELOS, E.A.S. *Levantamento Socioprodutivo e Ambiental dos Lotes Atingidos pela Criação do Parque Estadual da Lagoa do Açú, no Contexto de Implantação do Complexo Industrial e Portuário do Açú*. Relatório Técnico. Campos dos Goytacazes, 2013.
- IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2006.
- IBGE. *IBGE Cidades*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>.
- IBRAM. *Informações e análises da economia mineral brasileira*. Brasília: Instituto Brasileiro de Mineração. 2012.
- INTERNATIONAL TRADE CENTER. *Trade map: trade statistics for international business development*. 2013. Disponível em: <http://www.trademap.org>. Acesso em 04 Jul 2013.
- LENCIONI, S. 2007. “Condições Gerais de Produção: Um Conceito a ser Recuperado para a Compreensão das Desigualdades de Desenvolvimento Regional”, Scripta nova - Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, vol. IX, nº 245, pp.1138-9788.

- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: livro I, vol. 1. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *O capital: crítica da economia política*: livro I, vol. 2. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.
- MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. *Resource revolution: meeting the world's energy, material, food and water needs*. London: McKinsey Global Institute. 2011.
- MINAS GERAIS. *Parecer Único SISEMA*. n. 001/2008, out. 2008.
- MMA. *Mapa das Áreas Prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira*. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2006. Disponível em <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira/%C3%A1reas-priorit%C3%A1rias>
- MPF. *Deficiências em estudos de impacto ambiental: síntese de uma experiência*. - Brasília: Ministério Público Federal/4ª Câmara de Coordenação e Revisão; Escola Superior do Ministério Público da União, 2004.
- _____. *MPF investiga licenciamento de obras de apoio ao Porto do Açú*. Disponível em http://www.prrj.mpf.gov.br/noticias/noticia_corpo.php?idNoticia=983. Acesso em 02/09/2011.
- *O MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA, 150 ANOS DEPOIS*. Karl Marx, Frederic Engels/Carlos N. Coutinho e.t. al. Daniel A. Reis Filho (org). Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- PESSANHA, Roberto M.; QUINTO JR, Luiz de P.; GOMES FILHO, Hélio. (2012). Complexo Logístico Industrial Porto do Açú - O Midas perde poder - Anais do XII Seminário Internacional da Rede de Investigadores Iberoamericanos de Globalización y Territorio - RII 2012. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.rii2012.com.br/trabalho/complexo-logistico-industrial-porto-do-acu-%E2%80%93-o-midas-perde-poder>>. Último acesso em 29 de março de 2013.
- PESSANHA, Roberto M.; QUINTO JR, Luiz de P.; GOMES FILHO, Hélio. (2012). Complexo Logístico Industrial Porto do Açú - Impactos do Toque de Mídas - Anais do I Sedres - Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade acontecido no Rio de Janeiro - 29 e 31 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/152477386/Complexo-Logistico-Industrial-Porto-do-Acu-Impacto-do-Toque-de-MIDAS-Sedres-Agosto-de-2012>>. Último acesso em 23 de novembro de 2013.
- REPRESENTAÇÃO MPF. *Violações de Direitos Humanos na ADA e AID - Projeto Minas-Rio*. Conceição do Mato Dentro, 2012.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Subsecretaria de Planejamento. *Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro 2007 - 2010*. Rio de Janeiro, 2007.

- RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Subsecretaria de Planejamento. *Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro 2012 - 2031*. Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, A. F. M. *Relatórios Antropológicos elaborados para o Ministério Público Federal, acerca do empreendimento minerário em Conceição do Mato Dentro*, MG. 2009, 2009b e 2010.

SANTOS, 2013, et alli. *Impactos da mineração na região de Conceição do Mato Dentro*. Projeto Internacional de Pesquisa Cidade e Alteridade: Convivência Multicultural e Justiça Urbana. Belo Horizonte, 2013.

- WILSON, J. D. *Governing global production resource networks in the Asia-Pacific steel industry*. Hampshire: Palgrave Macmillan. 2013.

- WORLD BANK. *World Bank commodities price forecast*, October 2013. Washington: World Bank. 2013a.

- _____. *World Bank commodity price data*. Washington: World Bank. 2013b.

- ZEE-RJ. *Relatório da Etapa IV. Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008a.

- ZEE-RJ. *Relatório da Etapa V. Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008b.

RELAÇÃO DE DOCUMENTÁRIOS E VÍDEOS SOBRE O CASO AÇU E CONCEIÇÃO DE MATO DENTRO, QUE PODEM SER VISUALIZADOS NO YOUTUBE:

- Promotor de Justiça em Campos, Dr Leandro Manhães, declara apoio aos camponeses e pescadores do Açú. <http://www.youtube.com/watch?v=qbcaBoyeq2k>
- “IGNORADOS” -Documentário realizado pela Coordenação de Extensão e Núcleo de Criação Audiovisual do Polo Universitário de Campos dos Goytacazes - UFF http://www.youtube.com/watch?v=dpM_QLX9svM
- “Suas terras desapropriadas serão utilizadas para a construção de estaleiros do Porto do Açú, com investimentos avaliados em mais de um bilhão de dólares, valor que não paga uma história de vida. “ <http://www.youtube.com/watch?v=RA9h2AKG1Sc>
- Vídeo realizado durante o ato de “desapropriação” das terras do senhor Jair Alves de Almeida. <http://www.youtube.com/watch?v=T9OlqkH5Y6o>
- Imagens da linha do mineroduto que as empresas do empresário Eike Batista pretendem instalar no Açú, 5º Distrito de São João da Barra, RJ. <http://www.youtube.com/watch?v=vM0199oiPk4>
- Dia 06/05/2013, houve Audiência Pública contra Mineração em Conceição do Mato Dentro, MG, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na Comis-

são de Direitos Humanos, em Belo Horizonte. Denúncias seriíssimas foram feitas. Cf. aqui nesse vídeo as denúncias feitas pela professora Dra. Andrea Zhouri, dona Rita Teixeira e Dr. Élcio Pacheco e gravadas por frei Gilvander Moreira. Belo Horizonte, MG, Brasil, 08/05/2013 - <http://www.youtube.com/watch?v=8YHtpx10A9c>

- <http://www.youtube.com/watch?v=YyVFRsDfdh4>
- Marcelo Freixo fala sobre as decisões tomadas após uma audiência pública com agricultores de São João da Barra, onde é construído o Porto do Açú, e representantes do poder público. Eles discutiram os impactos sociais e ambientais do empreendimento. <http://www.youtube.com/watch?v=it6UV1iJs94>
- Outros narradores do Açú - <http://www.youtube.com/watch?v=426s8b3jfl4>
- Links diversos sobre o caso Conceição do Mato Dentro (Fonte:GESTA/UFMG)
- <http://www.youtube.com/watch?v=kLxQjBsvQdo>
- <http://www.youtube.com/watch?v=oysDR7sf5RU&feature=related>
- <http://www.youtube.com/watch?v=DRCoxLCEovc&feature=related>
- <http://www.youtube.com/watch?v=c8D5wXogj1s>
- <http://www.youtube.com/watch?v=YyVFRsDfdh4>
- <http://www.youtube.com/watch?v=8STBl2BCJ6Q>
- <http://www.youtube.com/watch?v=HPFIKL7w4oY>
- <http://www.youtube.com/watch?v=Hj33ss4BCAE>
- <http://www.youtube.com/watch?v=8YHtpx10A9c>

RELAÇÃO DE BLOGS ACESSADOS

- Blog Roberto Moraes - <http://www.robertomoraes.com.br/>
- Blog Marcos Pedlowski - <http://pedlowski.blogspot.com.br/>

